

TEMAS E DOCUMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA:

Trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas (da Colônia a República)

de Fontarcem, Estado do Pará, em um cartão
rio a rua Figueira Campos, nº 23, me
foi presente um atestado firmado pelo
bon fidei Eloy de Figueiredo affrimeu.

Gefferson Ramos Rodrigues
Isabel Teresa Creão Augusto
Wania Alexandrino Viana
(organizadores)

Navegando Publicações



TEMAS E DOCUMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA:
Trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas
(da Colônia a República)

Gefferson Ramos Rodrigues
Isabel Teresa Creão Augusto
Wania Alexandrino Viana
(organizadores)

**TEMAS E DOCUMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA:
Trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas
(da Colônia a República)**

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2021






www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Arte da Capa: Alberto Ponte Preta

Copyright © by autor, 2021.

T278 – RODRIGUES, G. R.; AUGUSTO, I. T. C.; VIANA, W. A. (Orgs.). Temas e documentos para o ensino de história: trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas (da Colônia a República). Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

ISBN: 978-65-81417-37-6

 10.29388/978-65-81417-37-6-0

Vários Autores

1. Baixo Amazonas 2. Brasil Colonial 3. Brasil Republicano I. Gefferson Ramos Rodrigues, Isabel Teresa Creão Augusto, Wania Alexandrino Viana II. Navegando Publicações. Título

CDD – 370

Índice para catálogo sistemático

Educação 370



GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO
Embaixada no Brasil



Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,
Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFTM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFScar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFScar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucilia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas -Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de La Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yael Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

TEMAS E DOCUMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: Trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas (da Colônia a República)

Financiamento: Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEx)- Ufopa. Edital nº 03/2019.

Projeto: Preservação, pesquisa e ensino com documentos históricos de Santarém (Séculos XIX-XX).

Integrantes:

Professora-coordenadora: Wania Alexandrino Viana

Professores-colaboradores: Emilie Stoll, Gefferson Ramos Rodrigues, Isabel Teresa Creão Augusto, Lademe de Sousa Correia e Luiz Carlos Laurindo Junior.

Bolsistas Peex-Mestrado: Duci Alves de Matos e Ivonely de Brito Pereira.

Bolsistas Peex-Graduação: Dalila Katriny de Souza Brandão, Hellen Carla Carneiro Oliveira, Jossana Ricelle da Silva Gonçalves e Regiandrea de Jesus Lourido Xavier.

Agradecimentos:

Aos professores convidados neste livro: Karl Heinz Arenz, Mauro Cezar Coelho, Elane Rodrigues Gomes, Anna Raquel de Matos Castro e Leonardo da Silva Torii. Ao embaixador do Grão Ducado de Luxemburgo Carlo Krieger, ao Cartório Souza Alho e ao **laboratório Patrimoines Locaux, Environnement et Globalisation (PALOC)** do Institut de Recherche pour le Développement da França pelo financiamento do equipamento e das bolsas dos estudantes que digitalizaram e sistematizaram os documentos históricos de Santarém apresentados nesse livro. À Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) e Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proen) pela iniciativa do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEx)-Ufopa, e pelo financiamento do Projeto e publicação deste Livro. Ao Comitê Gestor dos Programas Institucionais (CGPRITS) pela colaboração e orientação ao longo do desenvolvimento das atividades.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	14
I O inventário post-mortem como fonte para o entendimento da história do trabalho na Amazônia durante o período colonial	19
1. O inventário: uma fonte judicial que retrata o cotidiano durante a colônia	20
2. O contexto do mundo do trabalho na Amazônia, entre a colônia e o império	32
3. Aprendendo com documentos	47
II Os assentos de casamento: uma fonte para a História da família no Brasil Império	53
1. De onde vem os documentos: os cartórios	54
2. O Brasil império no livro didático	65
3. Aprendendo com documentos	77
III Os registros de nascimento: uma perspectiva de análise sobre migrações na Amazônia (1937-1945)	81
1. Os registros de nascimento	82
2. Processos migratórios na Amazônia sonhada por Ford	87
3. Aprendendo com documentos	105
IV Os atestados de óbito: documentos para a história das doenças na Amazônia durante a Primeira República	109
1. Os atestados de óbito	110
2. A História da saúde e das doenças como objeto de pesquisa da História	117
3. Aprendendo com documentos	130
POSFÁCIO	139
Ensinar História Hoje: um ato de coragem	

PREFÁCIO*

Samba,
Agoniza mas não morre
Alguém sempre te socorre
Antes do suspiro derradeiro.

Agoniza, mas não morre. Nelson Sargento

A esperança é como o samba, agoniza, mas não morre. Ela sempre socorre a gente com um sopro que renova os sentidos, aponta o horizonte e recupera as forças para a continuação da caminhada. A esperança é artigo de primeira necessidade nestes tempos em que vivemos. Não somente porque sem ela a vida é mais difícil – e a Dificuldade tem se empenhado em seus propósitos! – mas porque a esperança é condição fundamental para a projeção de futuro!

A História, apesar do epíteto que alardeia tratar-se do “estudo do passado”, é disciplina voltada para o futuro. Pelo menos, assim é a História Escolar! Ela está comprometida com a formação de crianças, adolescentes e adultos – logo, se volta para o futuro. Não mais com o sentido assumido durante séculos, segundo o qual o passado conformava um manancial de exemplos sobre como se deve agir. Mas, porque oferece aprendizagens necessárias à inserção em um mundo solidário, comprometido, empático e crítico. A História Escolar, inserida na Educação Básica, compartilha dos objetivos da Escola e dessa etapa da formação. Ela participa do “pleno desenvolvimento da pessoa”, da “formação para a cidadania” e da “preparação para o mundo do trabalho”.

A História Escolar ensina a ler. Ela não ensina, apenas, a ler textos em prosa discursiva. Ela ensina a decifrar diferentes linguagens. O saber histórico é apreendido por meio do acionamento de um sem número de *textos* cuja leitura é ensinada, também, nas aulas de história. Tabelas, mapas, gráficos, pinturas, fotografias, registros civis (como certidões de nascimento, casamento e morte),

* DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.15-20

matérias jornalísticas, romances, canções etc. são acionados como fontes da pesquisa histórica e como testemunhos da vida vivida.

A História Escolar ensina a pesquisar. Ela não se restringe a uma narrativa sobre o que aconteceu. Ela oferece um conjunto de conhecimentos necessários à compreensão da vida em sociedade e da sua interpretação. A História Escolar ensina que os *textos* são construídos por pessoas que empregam, neles, suas impressões da vida e suas intenções. Eles são resultado de circunstâncias que interferem em sua composição. Por isso, a História Escolar ensina que a curiosidade e o questionamento são fundamentos da produção de conhecimento. Conhecer a autoria dos *textos*, as intenções subjacentes a sua produção, os significados possíveis no momento em que o *texto* foi produzido e divulgado são aprendizagens que a História Escolar promove.

A História Escolar ensina a pensar historicamente. Aprender história não significa, necessariamente, ter domínio sobre a ordem dos eventos, de modo a ser capaz de reconhecer narrativas sobre o passado. Apesar das diferentes teorias acerca do modo pelo qual se aprende história, podemos apontar alguns pressupostos compartilhados que situam um modo de pensar que a História Escolar ensina.

Os/as historiadores/as formulam conhecimento a partir da análise de fontes documentais. Por meio desses *textos*, eles e elas perscrutam as diferentes vozes que conformam o espectro social pesquisado, suas maneiras de ver e pensar o mundo, seus interesses e objetivos. Reconhecer, pois, que as sociedades são demarcadas por uma gama de posicionamentos diversos e, eventualmente, conflitantes é um dos atributos do pensamento histórico.

Esses posicionamentos distintos e controversos informam as ações sociais, de modo que um evento reúne tantos significados quantos são os agentes históricos envolvidos. Os eventos não guardam um único significado. Eles expressam as tensões sociais do momento. Essas tensões resultam de interesses e projetos em disputa. Esses interesses e projetos estão expressos nos diversos textos e nas ações sociais em um dado momento. Inquirir os *textos* e as ações de modo a sopesar os interesses concorrentes é parte fundamental do pensamento histórico.

A inquirição, por sua vez, encaminha um outro aprendizado. Quando questionamos os *textos* e as ações sociais, considerando a diversidade constituinte de qualquer sociedade, percebemos relações entre grupos, discursos, posicionamentos e eventos. Os/as historiadores/as chamam isso de contextualização. A História Escolar ensina a contextualizar – ou seja, a perceber os eventos como resultantes das forças sociais em disputa. Essas forças se expressam nos textos e nas ações de uma dada sociedade em um determinado tempo.

A História Escolar ensina, então, um conjunto de conhecimentos que são fundamentais para a leitura do mundo. Ela não se limita a decifração de códigos – que fique claro! Ela demanda à interpretação dos textos, por meio da inquirição sistemática, e a consideração dos contextos, por meio do estabelecimento de relações. Assim, ela encaminha a formação de uma postura crítica, baseada na investigação que busca desvendar intenções e projetos subjacentes aos *textos* e ações sociais. Ao promover essas aprendizagens, a História Escolar encaminha e aprimora a capacidade de ler e de apreender sentido.

Saber ler, inquirir, relacionar, analisar e interpretar é condição para que a pessoa alcance seu pleno desenvolvimento. É por meio dessas operações que crianças, adolescentes e adultos inseridos na Educação Básica e em contato com a História Escolar desenvolvem capacidades que lhes serão fundamentais na vida – em todas as suas dimensões. A História Escolar não ensina ofício ou profissão, nem encaminha para emprego, mas ensina atributos fundamentais para que qualquer cidadão tenha condições de participar do mundo do trabalho. Afinal de contas, é lendo, inquirindo, relacionando, analisando e interpretando que tomamos todas as decisões que demarcam nossas vidas. É por meio da leitura, da inquirição, do estabelecimento de relações, da elaboração de análises e de interpretações que definimos nossa inserção no mundo do trabalho e que exercemos, nele, as funções que nos são atribuídas.

Por isso, a História Escolar participa de modo tão ativo na formação para a cidadania. A História Escolar é uma disciplina com potencial subversivo! Quem sabe ler, inquirir, relacionar, analisar e interpretar pode criticar a memória, duvidar de narrativas, inquirir mitos, desvendar interesses e relacionar dados, pessoas, eventos de modo a construir interpretações sobre as coisas com as quais nos

deparamos – no passado e no presente. Por isso, ela é fundamental para os projetos de futuro!

O livro que tenho a alegria de prefaciar se volta para a História Escolar. E o faz de modo muito apropriado. Não se trata de um rol de novos conteúdos ou métodos a serem incorporados por professores e professoras da Educação Básica, como um apanágio da melhoria da Educação ou da resolução dos desafios que os professores e professoras de História enfrentam cotidianamente. O livro reúne reflexões que permitem aos docentes interessados o cumprimento das potencialidades da História Ensinada.

Os autores deste livro oferecem análises históricas acerca de sujeitos e processos, por meio do recurso a fontes e sujeitos diversos. Iconografias, registros civis, tabelas, mapas, glossários e inventários são suportes para análises sobre trajetórias de sujeitos em variados processos da vida amazônica. O livro oferece documentos, aponta como eles foram analisados e sugere encaminhamentos didáticos a serem desenvolvidos nas salas de aula. Ao disponibilizar *textos* e encaminhar procedimentos de leitura, os autores contribuem para a configuração da aula de história como um espaço de ação e não de contemplação. Eles contribuem para a compreensão da História Escolar como um espaço que se volta para o futuro – para a formação de crianças, adolescentes e adultos inseridos em seu tempo que, por meio de suas escolhas, leituras, decisões, conformam a sociedade em que estão inseridos e desenham projetos de futuro.

Os textos se voltam para História da Amazônia em três momentos – a Colônia, o Império e a República. Por meio da análise das relações de trabalho, das conformações familiares, dos processos migratórios e do trato da saúde, os autores redimensionam o olhar sobre a História do Brasil. Menos que um processo construído desde um centro irradiador, ela é vista como um mosaico de vivências relacionadas. A História da Amazônia é a História do Brasil, desde o Norte, com seus ritmos, inconstâncias, sobressaltos, curvas, conflitos e tensões.

Diante de uma tradição disciplinar que percebe a História do Brasil como tudo o que ocorre no Centro-Sul do país, a contribuição não é pequena e a provocação não é de somenos importância. Lavra de jovens pesquisadores, inseridos na Universidade Federal do Oeste do Pará, o livro é resultado de um esforço de estabelecer a pesquisa e

a produção de conhecimento histórico desde o coração da Amazônia. Como verão aqueles que se aventurarem na leitura, os resultados são mais que promissores!

Finalmente, o livro é um aceno ao futuro, pois no momento mesmo em que a História Escolar atravessa uma crise – tendo sua importância e seu potencial questionados – o livro evidencia a existência de espaços criativos e comprometidos não apenas com a pesquisa histórica, mas com a construção do saber histórico escolar. São jovens historiadores e historiadoras que enfrentam a complexidade do desafio colocado para os cursos de formação de professores de história, por meio da reflexão sobre as interfaces que demarcam a História Escolar. Eles reiteram a capacidade renovadora da História Escolar e seu compromisso com o futuro!

Obrigado pelo socorro!

Mauro Cezar Coelho
Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO*

Este livro é decorrente das ações desenvolvidas no Projeto *Preservação, pesquisa e ensino com documentos históricos de Santarém (séculos XIX-XX)*, subsidiadas pelo fomento recebido por meio do Edital nº 03/2019 da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) que trata do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEx). Entre seus objetivos, o PEEx visa iniciativas que promovam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o previsto no Artigo 207 da Constituição Federal (1988).

Integra um conjunto de ações que se inserem nos quadros da autonomia didático-científico das Universidades. Busca “[...] estimular processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabilizem a relação transformadora entre universidade e sociedade, contribuindo de forma plena para inclusão social.” (EDITAL PEEEX, Item 3.3 “Dos objetivos do PEEEX”, 2019).

Nessa perspectiva, o projeto *Preservação, pesquisa e ensino com documentos históricos de Santarém (Séculos XIX-XX)* promoveu, a partir do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), ações formativas que integraram o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo como articulador a documentação histórica. Os Registros de Nascimento, Registros de Óbito, Registros de Casamento e Inventários de Santarém no período de 1890 a 1960, tornaram-se eixos para as atividades de pesquisa, como a coleta e sistematização de bases de dados, e para o ensino a partir da análise teórica e metodológica do uso dessa documentação para a pesquisa histórica e para o Ensino de História na Educação Básica.

Com pandemia da Covid-19, a suspensão das aulas nas Universidades e na Educação Básica do Estado e Município, a realização de atividades de extensão nas escolas foi impossibilitada. Prevíamos, nessa dimensão, aproximar a documentação histórica e a pesquisa acadêmica do conhecimento histórico escolar. Este livro foi uma estratégia viável para que pudessemos corresponder

* DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.21-26

a esse objetivo. Um produto para ser disponibilizado para as escolas públicas de Santarém, em que evidenciasse a potencialidade da documentação histórica de Nascimento, Casamento, Óbito e Inventário para a pesquisa e o ensino.

O CDHBA está localizado na sala convencionalmente chamada de “sala 17”, do Instituto de Ciências da Educação (ICED), na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Embora atividades fossem desempenhadas desde o ano 2013, o CDHBA foi instituído formalmente com esse nome por Portaria n. 429, de 22 de agosto de 2017, pelo então reitor em exercício Anselmo Alencar Colares. Conforme o documento, o Centro é vinculado ao Programa de Ciências Humanas do Curso de História do ICED, cujo objetivo é promover ações para desenvolvimento da educação patrimonial junto à comunidade e da preservação de documentação histórica.

O acervo do CDHBA é constituído essencialmente pela documentação da Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Comarca de Santarém), mediante convênio assinado com a UFOPA em 2013, por meio do qual a Universidade deve higienizar, restaurar, acondicionar, descrever – por meio de guia, inventário ou catálogo – tendo em vista “[...] que o instrumento definitivo será um local no sítio eletrônico da UFOPA, onde será disponibilizada a documentação digitalizada” (Convênio n. 035/ de 28 de agosto de 2013).

Portanto, este trabalho busca explorar as potencialidades do acervo do CDHBA, para a pesquisa acadêmica e a construção do conhecimento histórico escolar em conformidade com Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de História, sobretudo, no item 2.24, que rege as políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Ressalta-se a “[...] promoção de modelos curriculares inovadores, buscando com isso, ampliar e diversificar as oportunidades educacionais, potencializar a vocação regional e promover a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa, extensão.” (UFOPA, 2017, p. 101).

O uso de fontes históricas nas práticas de ensino de História na educação básica, como explica Circe Bittencourt, além de “[...] favorecer o desenvolvimento intelectual [...]” aproxima o aluno de “[...] situações concretas de um passado abstrato [...]”, e por outro lado, introduz o pensamento histórico (BITTENCOURT, 2011, p. 327). Torna também as aulas de História mais atrativas, por desenvolver

nos discentes a curiosidades sobre os vestígios do passado. Por essa razão, este livro é uma estratégia importante para ultrapassar o descompasso existente entre conhecimento acadêmico e saber histórico escolar.

Além disso, deve-se destacar que o sujeito que desconhece sua história, ou lhe é negado uma memória do passado, apresenta dificuldades para problematizar questões do seu cotidiano (HELLER, 2008). Por essa razão, é necessário, como afirma Vilma Barbosa (2006) que o ensino de História deva estabelecer o diálogo com a história do local em que os alunos estão inseridos. Este aspecto insere-se na própria construção da cidadania e atende às disposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

Os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos são de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais (PCNs, 1996, p. 52).

Pode-se verificar que a História local possibilita a compreensão da realidade do aluno, dos processos históricos, identificando a relação do passado e presente nos vários espaços de convivência. Compreende-se que, apresentar possibilidades do uso de documentos sobre a História do Baixo Amazonas e da cidade de Santarém fortalece a percepção crítica dos alunos em relação ao passado e o presente da história da região e da cidade. Essa relação torna-se um “[...] mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para a sua própria sociedade e para si mesmo.” (BEZERRA, 2015, p. 42).

Este trabalho, nesse sentido, corrobora para o entendimento da história da região como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais, em conexão com a história nacional e global (ZAMBONI, 1993). Nessa perspectiva, Joana Neves (1997) ressalta a importância da

exploração e usos dos acervos da cidade para a construção de uma História que tenha maior significado aos alunos, como se propõe partir do CDHBA.

Este livro está organizado em quatro capítulos, cada um dedicado a uma tipologia documental, e dividido em três seções: *conhecendo o documento*, *história em documentos* e *aprendendo com documentos*. Na seção *conhecendo o documento* apresenta-se a fonte histórica, as partes de que se compõe, as informações contidas, o manuscrito e sua transcrição. A seção *história em documentos* é dedicada à construção do conhecimento histórico a partir dessa fonte, as possibilidades para a compreensão do passado. E por último, a seção *aprendendo com documentos* traz um conjunto de atividades para serem desenvolvidas na sala de aula.

No capítulo um, *Os inventários e o trabalho na Amazônia colonial*, os autores apresentam o inventário post-mortem como fonte para o entendimento da história do trabalho na Amazônia durante o período colonial. A partir dos inventários da índia Floriana de Fonseca e Moraes (1820) e de Honório José da Silva (1803), percebemos as complexas relações do mundo do trabalho amazônico em torno do cultivo do cacau, as redes de sociabilidades, as condições materiais verificadas na descrição de seus bens. Além disso, a análise sobre o trabalho de negros escravizados na região também se conecta na narrativa instigante sobre o mundo do trabalho na Amazônia colonial.

No capítulo dois, *Os assentos de casamento: uma fonte para a história da família no Brasil Império*, provocamos o leitor a conhecer a população através da composição familiar. Em geral, o trato sobre as gentes no livro didático é muito breve, observando-as apenas como mão de obra, seja nas políticas relacionadas à escravidão ou ao incentivo da imigração europeia para o Brasil, promovidas pelo governo imperial. Como contraponto, apresentamos os estudos sobre história da família, do estabelecimento do modelo da família patriarcal por Gilberto Freyre à sua superação, em estudos que trouxeram visibilidade para o protagonismo feminino, os arranjos familiares não regulados pelo matrimônio religioso e para as famílias negras, escravas ou não. Nesse sentido, sugerimos o uso dos assentos de casamento em sala de aula como uma fonte capaz de introduzir questões sobre a diversidade de origens, profissões

e condições sociojurídicas dos indivíduos na composição das famílias. Ao mesmo tempo, os padrões das atividades produtivas e a distribuição espacial das famílias no espaço (percebidas a partir das declarações de residência nos assentos) nos ajudam a pensar a expansão populacional e as formas de ocupação do território.

O capítulo três, *Os registros de nascimento: uma perspectiva de análise sobre as migrações na Amazônia (1937-1945)*, se ocupa do processo migratório estimulado pelo empreendimento de Henry Ford, na Amazônia, mais especificamente em Belterra, momento histórico muito comentado, mas pouco discutido sob a abordagem proposta pelos autores neste livro, que lançaram mão dos assentos de nascimento, um tipo de fonte ainda pouco utilizada para se entender o tema das migrações na Amazônia. Analisando os assentos de nascimento do período, foi possível apresentar um panorama geral acerca do número de pessoas registradas, além de obter informações relativas à naturalidade dos migrantes e as ocupações que exerceram na Companhia Ford Industrial do Brasil, empresa criada por Ford, com vistas à plantação da *hevea brasiliensis* para abastecer sua indústria automotiva.

E, por último, o capítulo quatro, *Os atestados de óbito: documentos para a história das doenças na Amazônia durante a Primeira República*, as autoras apresentam as possibilidades do registro de óbito para compreender as causas das mortes em Santarém no período de 1920 a 1931. Apresentam um estudo sobre a incidência de doenças na região, possibilitando uma reflexão sobre as condições de trabalho, acesso a saúde e morte em Santarém nesse período.

A presente obra, ao trazer novos materiais, métodos e temas para a sala de aula, quer estimular a autonomia do professor e a curiosidade dos alunos. A produção de conhecimento não se encerra aqui, mas continua nos debates e atividades a serem realizados a partir desta leitura.

Os organizadores

O INVENTÁRIO POST-MORTEM COMO FONTE PARA O ENTENDIMENTO DA HISTÓRIA DO TRABALHO NA AMAZÔNIA DURANTE O PERÍODO COLONIAL



Fonte: CHAMPNEY, J. W. **Travels in the North of Brazil**, 1860. Desenho de lápis n. 24. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon359368/icon359368_27.jpg. Acesso em: 7 mar. 2021.

AUTORES

Emilie Stoll

Karl Heinz Arenz

Luiz Carlos Laurindo Junior

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Duci Alves de Matos

Hellen Carla Carneiro Oliveira

*DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.27-58



O INVENTÁRIO: UMA FONTE JUDICIAL QUE RETRATA O QUOTIDIANO DURANTE A COLÔNIA

O que é um inventário post-mortem?

Na legislação brasileira, o **inventário post-mortem** é um procedimento de identificação, descrição e avaliação dos bens deixados por uma pessoa que faleceu (**o/a inventariado/a**) a fim de efetivar a divisão e partilha dos seus bens de maneira justa, de acordo com os direitos de cada membro da família, ou seja, dos **herdeiros** (os filhos) e do/a viúvo/a (**o/a cabeça de casal**). Os inventários, até 2002, eram realizados por um juiz oriundo da vara cível do Tribunal de Justiça. Esse tipo de documento pode ser considerado, então, um **processo judicial** e faz parte dos arquivos do Poder Judiciário (FURTADO, 2011). Enquanto processo, segue uma série de procedimentos específicos e possui uma lógica interna, como veremos a seguir.

Às vezes, o proprietário dos bens que serão partilhados estabelece, ainda quando vivo, um testamento. Nesse documento, registrado em cartório, ele deixa registrada sua vontade em relação à distribuição da herança e, eventualmente, as disposições para seu funeral. Ele pode dispor livremente de 30% do valor total dos bens (chamada de “terça”) e doá-la para quem quiser (CHAMON, 1993).

Durante o período colonial, o regime de casamento era o **comunhão universal de bens**. Isso significava que o conjunto dos bens pertenciam por parte igual ao marido e à mulher. Os filhos nascidos fora do casamento, então chamados de filhos “ilegítimos”, não entravam na sucessão e não eram considerados como herdeiros (FURTADO, 2011). Os testamentos e o livre uso da terça do proprietário, então, permitiam que alguns senhores libertassem escravos, favorecessem um dos filhos, ou mesmo doassem bens para uma pessoa ou instituição que não fazia parte da família (amante, filho ilegítimo, afilhado, Igreja e outros).

Como estava estruturado um inventário durante o período colonial na Amazônia?

<p>Capa do processo Nela constam a data, o tipo de juiz (ordinário, dos órfãos, municipal) e a apresentação sintética das personagens do inventário: o inventariado (falecido), o inventariante (pessoa que pede a abertura do inventário) e os herdeiros com sua respectiva idade e estado civil (casado ou solteiro)</p>
<p>Primeira parte: Auto de inventário É o documento que permite fazer o inventário (ou seja, a lista) de todos os bens da pessoa falecida. Quando esta era casada, a lista incluía também as posses do/a viúvo/a.</p>
<p>1) Apresentação do escrivão, do lugar de estabelecimento do auto, do inventariante, do juiz, do juramento do inventariante (que disse se tem ou não testamento, quem são os herdeiros, quais foram as circunstâncias do falecimento do inventariado)</p>
<p>2) Nomeação de dois avaliadores dos bens São pessoas responsáveis para avaliar o valor dos bens do casal da pessoa falecida. Geralmente, os avaliadores são escolhidos entre os vizinhos diretos nas localidades dos bens a descrever. Quando tem várias propriedades localizadas em áreas distantes, vários casais de avaliadores são nomeados.</p>
<p>3) Lançamento dos bens (levantamento dos bens) O inventariante, junto com o juiz e o escrivão visitam as propriedades da pessoa falecida e estabelecem a lista completa de todos os bens da mesma: bens móveis (qualquer objeto ou móvel que se encontra dentro da propriedade), plantações, como, por exemplo, de cacau (pés frutíferos e infrutíferos), escravos, ouro e prata (objetos de ouro ou de prata), bens de raiz (casas e terrenos)</p>
<p>Segunda parte: Avaliação dos bens inventariados Os avaliadores nomeados indicam o valor de cada um dos itens listados na relação de lançamento dos bens. No final da avaliação, a soma de todos os itens dá o valor total a ser dividido entre os credores, o/a cabeça de casal (o/a cônjuge sobrevivente) e os herdeiros.</p>
<p>Terceira parte: Lançamento de dívidas do casal (dívidas que o casal deve) Os credores do casal podem apresentar notas para comprovar que a pessoa falecida lhes estava devendo dinheiro. O valor das dívidas será retirado do valor total antes da partilha entre o/a cabeça de casal e os herdeiros.</p>
<p>Quarta parte: Auto de partilha</p>
<p>1) Nomeação de dois partidores São pessoas designadas pelo juiz para dividir os bens avaliados para que cada herdeiro receba um valor proporcional ao que a lei indica. Durante a Colônia, o/a cabeça de casal (o viúvo ou a viúva) recebe a metade dos bens do casal; os demais herdeiros se dividem de maneira igual o restante. É autorizado, mediante um testamento, privilegiar um filho, o cônjuge sobrevivente ou outra pessoa (um/a escravo/a, qualquer outra pessoa), doando-lhe a “terça”.</p>

2) Pauta de partilha

Está dividida da maneira seguinte:

- a) Monte maior: valor total a ser compartilhado.
- b) Quinhão das dívidas: o valor das dívidas, pago com os bens a compartilhar, geralmente com escravos ou objetos de valor.
- c) Meação ao cabeça de casal: representa a metade do valor do total, menos as dívidas. Os objetos correspondentes a esse valor estão direcionados para o/a viúvo/a. Geralmente, a casa de moradia principal e os móveis de casa ficam na meação ao cabeça de casal.
- d) Quinhão de cada herdeiro: depois de tirar as dívidas e a meação ao cabeça de casal, o valor é dividido entre os herdeiros. Quando não tem testamento, está partilhado de maneira equável. Quando tem um testamento, um dos herdeiros – muitas vezes, o filho homem primogênito casado – ou uma pessoa exterior não considerada como herdeira, recebe uma parte da herança a mais do que os outros (essa parte adicional, de até 1/3 é a terça do inventariado).

Quinta parte: Termo de conclusão, sentença e data

Conclusão do inventário, dando valor jurídico à partilha realizada.

Sexta parte: Conta

Na conta constam o valor do imposto de partilha e as remunerações dos avaliadores, dos partidores, do escrivão e do juiz.

Que tipo de informação o historiador pode encontrar em um inventário?

Um inventário nos ajuda a compreender melhor certos aspectos de uma sociedade no decorrer da história, como: escravidão, família, cultura material, níveis de riqueza dos indivíduos, mentalidade e costumes, grupos e redes sociais. Além disso, a análise do mesmo assunto em vários inventários e em anos diferentes nos permite perceber as diferenças e modificações que havia na legislação. Neste sentido, os inventários e testamentos são importantes fontes que podem conter informações ecléticas e segredos imprevistos para o trabalho de pesquisa do historiador. Vejamos isso na prática, por meio de dois inventários produzidos pelo Tribunal de Justiça da antiga Vila de Santarém, durante a fase final do período colonial (Quadro 1). Nessa época, Santarém era um núcleo urbano colonial com uma Vila de Índios, localizada na Amazônia, na então capitania do Grão-Pará.

Quadro 1 - Comparação entre as informações dos inventários de Floriana de Fonseca e Moraes e Honório José da Silva

	Inventário da índia Floriana de Fonseca e Moraes	Inventário de Honório José da Silva
Data e lugar de abertura do processo	05 de maio de 1820 Vila de Sant'arém	22 de junho de 1803 Vila de Santarém
Capa do processo		
Os atores envolvidos no inventário	Juízo ordinário e de órfãos Inventariada (falecida): índia Floriana da Fonseca Inventariante (seu filho): Manoel de Miranda e Moraes Herdeiros: o filho inventariante e 3 netos	Juízo Ordinário e de órfãos Inventariado (falecido): Honório José da Silva Inventariante (a viúva): Antônia Maria Duarte Herdeiros: 3 filhos maiores e 4 filhos menores
Primeira parte: Auto de inventário		
Apresentação do escrivão, lugar de estabelecimento do auto, do inventariante, do juiz, juramento do inventariante, que diz se tem ou não testamento e quem são os herdeiros	Escrivão: Gregório Ferreira Ribeiro Juiz: Alferes Jacinto José de Figueiredo Testamento: não Inventariante: o índio Manoel de Miranda e Moraes, com seu procurador José Duarte Maduro Herdeiros: o inventariante, filho da falecida, e os 3 netos da falecida, filhos menores de um outro filho já falecido	Escrivão: Flausino José Gualberto Juiz: Jose Antônio da Cunha Testamento: sim Inventariante: a viúva Antônia Maria Duarte, com seu procurador Joaquim Felix de Souza, por não saber ler. Herdeiros: 7 filhos (3 casados e 4 menores)
Nomeação de dois avaliadores na primeira localidade	<u>Sítio</u> Avaliador 1: Justino Vieira Avaliador 2: Joaquim Mateus	<u>Cidade</u> Avaliador 1: Paulo José Vicente Pereira Avaliador 2: Antônio Francisco da Silva

Levantamento / lançamento dos bens da primeira localidade	666 pés de cacau na várzea Costa do Urucurituba	Bens móveis (muitos) 10 escravos Ouro e prata: bastante objetos Bens de raiz: 1 casa coberta de telhas com dois quartos e corredor sita na rua da Praia + vários terrenos urbanos
Nomeação de avaliadores na segunda localidade	<u>Cidade</u> Avaliador 3: Felipe José da Costa, mestre oficial de carpintaria	<u>Sítios</u> Avaliador 3: Domingos Gomes Dourado Avaliador 4: Mathias Pereira
Levantamento / lançamento dos bens da segunda localidade	1 casa na Vila dos Índios, coberta de palha	Bens móveis (muitos) Bens de raiz: 1 casa de sítio no Urucurituba + 1 casinha no rio Aritapera 1464 pés de cacau frutíferos 1754 pés de cacau infrutíferos
Segunda parte: Avaliação dos bens inventariados		
Valor total dos bens inventariados	185\$200 réis	3:653\$680 réis
Terceira parte: Dívidas que o casal deve		
Número de credores	3	8
Valor total das dívidas	66\$278 (réis)	4237\$194
Quarta parte: Auto de partilha		
Nomeação dos partidores	Partidor 1: alferes Antônio Jose Auzier Partidor 2: tenente João Antônio Luiz Coelho	Partidor 1: Manoel Pedro Alegre Partidor 2: Joaquim José Dias
Monte maior (valor dos bens)	185\$200	3:653\$680
Quinhão das dívidas	66\$278 <i>(pago com 332 pés de cacau)</i>	423\$194 <i>(pago com 4 escravos e móveis)</i>

<p>Meação a cabeça de casal</p>	<p>29\$730 ½ (pago com 149 pés de cacau)</p>	<p>1:615\$243 (pago com móveis da casa + objetos de prata e ouro + 1 escravo + 1 casa na vila coberta de telhas + 1 terreno na cidade + 1 casa no Urucurituba + 1054 pés de cacau frutíferos no Urucurituba + 1750 pés de cacau infrutíferos + 1 casinha no Aritapera + 2358 pés de cacau frutíferos no Aritapera + dinheiro)</p>
<p>Quinhão de cada herdeiro</p>	<p>1º filho falecido (seus 3 filhos órfãos): 44\$595 (pago com 1 morada de casa na Vila dos Índios)</p> <p>2º filho, inventariante: 44\$595 (pago com 195 pés de cacau + 5\$595 em dinheiro)</p>	<p>1º filho casado: 538\$414 Quinhão da terça (testamento) Pago com dinheiro + 4 escravos</p> <p>2ª filha casada: 153\$832 Pago com 1 escravo + 1 terreno + objetos de ouro e prata</p> <p>3ª filha casada: 153\$832 Pago com dinheiro + 1 escravo + 1 terreno + objetos de ouro e prata</p> <p>4ª filha menor: 153\$832 Pago com dinheiro + 519 pés de cacau frutífero</p> <p>5º filho menor: 153\$832 Pago com 769 pés de cacau frutífero no Aritapera</p> <p>6ª filha menor: 153\$832 Pago com 769 pés de cacau frutífero no Aritapera</p> <p>7º filho menor: 153\$832 Pago com 769 pés de cacau frutífero no Aritapera</p> <p>8º filho menor: 153\$832 Pago com 769 pés de cacau frutífero no Aritapera</p>

Quinta parte: Termo de conclusão, sentença e data		
Termo de conclusão, data e sentença	Partilha concluída em 24 de maio de 1820	Partilha concluída em 1º de abril de 1805
Sexta parte: Conta		
Conta	9\$615	19\$914

Fonte: **Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA)**, Fundo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Fórum de Santarém. SANTARÉM. Inventário de Honório José da Silva, 1803; SANTARÉM. Inventário de Floriana da Fonseca e Moraes, 1820.

Os dois inventariados têm um perfil étnico e social diferente: a primeira é uma mulher indígena, moradora da Vila dos Índios, em Santarém, de camada social menos abastada, casada e com dois filhos herdeiros, como se vê na capa do seu inventário (Figura 1); o segundo é um homem branco, morador no centro da cidade de Santarém, com alguma riqueza acumulada, casado e com oito filhos herdeiros, entre os quais um filho homem, primogênito casado, duas filhas casadas e cinco filhos menores de idade. É interessante notar que a família indígena não era pobre, já que possuía uma casa na Vila dos Índios, além de 600 pés de cacau na várzea. Nos dois casos, foram os membros da família que pediram a abertura da partilha (os **inventariantes**), a viúva do Senhor Honório e o filho da índia Floriana, ambos representados por um **procurador**: a viúva por ser mulher e não saber ler, o filho por ser indígena.

As duas famílias, a da índia Floriana e a do Senhor Honório, viviam do cultivo do cacau. Para este fim, possuíam terrenos na área rural (os sítios de Urucurituba e Aritapera) com plantações. Portanto, há muitas diferenças sociais e econômicas entre as famílias e isso se traduzia em estratégias diferentes de transmissão de bens. A família branca possuía todos os tipos de bens de grande valor à época: dez escravos (Figuras 2 e 3), dois sítios, uma casa e vários terrenos na cidade, pés de cacau frutíferos e objetos de ouro, como crucifixos e imagens de santos; enquanto a família indígena utilizava a mão de obra familiar para o cultivo de pouca quantidade de cacau em um único sítio, além de uma casa de palha na Vila dos Índios, bairro pobre de Santarém.

Transcrição da página com atualização gramatical

[fl. 1]

Vila de Santarém
1820

Juízo Ordinário e Órfãos

Nº 165
Órfãos
Inventário

Autos de inventário dos bens da
falecida Índia Floriana da Fonseca
e Moraes de que é inventariante
seu filho Manoel de Miranda e Moraes

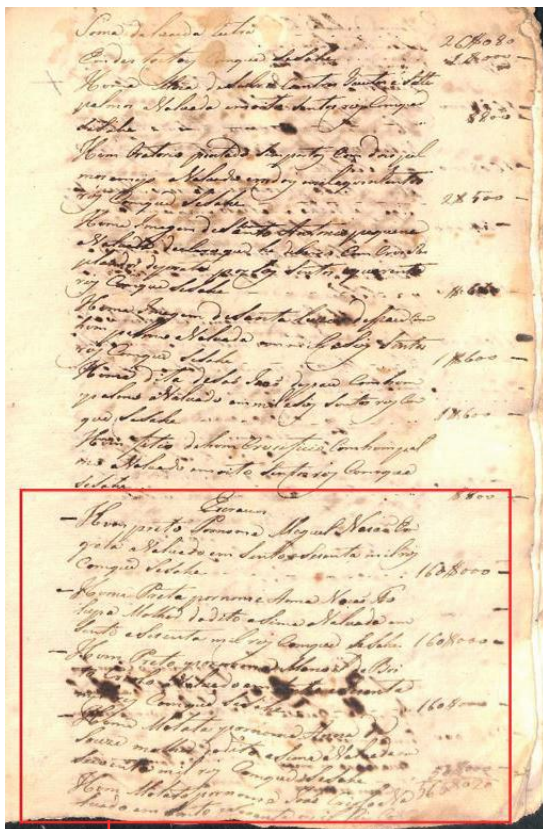
Herdeiros
O dito Inventariante
Os filhos do falecido João Theobaldo
Manoel Ignacio
Benedito Jose <Órfãos>
Brígida Francisca

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus
Cristo de mil oitocentos e vinte anos, aos seis
dias do mês de maio do dito ano nesta Vila de
Santarém em o cartório do mesmo autuei o
Auto de Inventario e juramento notificações,
e mais termos lançamento de bens, de que fiz
este autuamento. Eu Gregorio Ferreira Ribeiro
Escrivão de comissão que escrevi

Floriana Fonseca Moraes: à margem esquerda

Figuras 2 e 3 - Arrolamento dos escravos de Honório José da Silva

Transcrição das partes marcadas com a grafia original



[fl. 3v]

Escravos

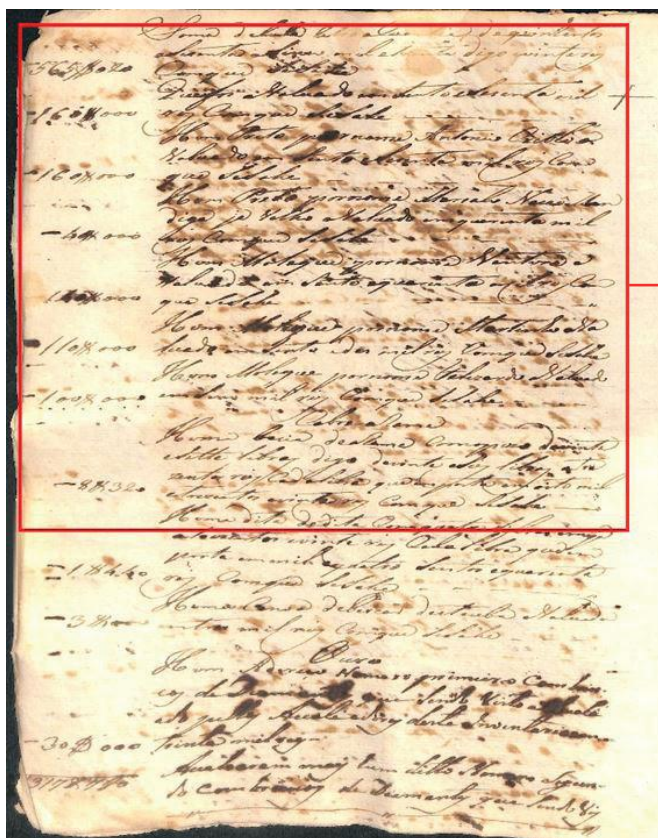
Hum preto por nome Miguel Nação Angola avaleado em sento e secenta mil réis com que se sabe <160\$000>

Huma preta por nome Anna Nação folupa Molher do dito asima avaleada em sento e secenta mil réis com que se sabe <160\$000>

Hum preto por nome Manoel de Brito crioulo avaleado em sento e secenta mil réis com que se sabe <160\$000>

Huma molata por nome Anna de Souza molher do dito asima avaleada em sicoenta mil réis com que se sabe <50\$000>

Hum molato por nome João Crioulo avaleado em sento e secenta mil réis com <565\$020>



[fl. 4]

Soma da lauda retro a quantia de quinhentos e secenta e cinco mil e trinta e vinte réis com que se sabe <565\$020>

Que foi avaliado em sento e secenta mil réis com que se sabe <160\$000>

Hum preto por nome Antonio Crioulo avaliado em sento e secenta mil réis com que se sabe <160\$000>

Hum preto por nome Manoel Nação Mandiga já velho avaliado em quarenta mil réis com que se sabe <40\$000>

Hum moleque por nome Ventura avaliado em sento e quarenta mil réis com que se sabe <140\$000>

Hum moleque por nome Martinho avaliado em sento e des mil réis com que se sabe <110\$000>

Hum moleque por nome Felizardo avaliado em sem mil réis com que se sabe <100\$000>

Fonte: **CDHBA**, Fundo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Fórum de Santarém. SANTARÉM. Inventário de Honório José da Silva, 1803.

A partir do valor total dos bens a compartilhar, percebemos que há uma grande diferença de condição social entre as duas famílias. Depois de pagar todas as dívidas, a partilha empobreceu bastante a índia Floriana, já que a casa na Vila dos Índios estava sendo doada para a parte (ou o **quinhão**) de um dos dois filhos. Já na partilha do senhor Honório, a viúva ficou com três casas e vários terrenos, enquanto cada um dos 8 filhos recebeu pés de cacau e/ou escravos.

Para partilhar seus bens, o branco Honório produziu um testamento no qual deu a sua “terça” ao seu filho primogênito, único filho homem casado e maior de idade. Percebe-se que o quinhão desse filho favorecido foi pago com 4 escravos. Já as duas irmãs casadas receberam um escravo cada, para os ofícios de casa. Os outros 5 irmãos e irmãs menores de idades receberam pés de cacau, o que permitia a geração de alguma renda até sua maioridade (pela venda dos frutos). Ao contrário, a índia Floriana não escreveu testamento. O que também demarca a diferença entre os inventários é o tempo do processo: o inventário que mais tinha bens a descrever (o do senhor Honório), em lugares diferentes (2 sítios + cidade), levou dois anos para ser concluído, enquanto o inventário da mulher indígena foi finalizado em menos de um mês.

Por fim, a índia Floriana da Fonseca e Moraes, seu filho e seus netos, bem como os escravos que pertenciam a Honório José da Silva, todos estavam imersos no que podemos chamar de mundo do trabalho. Talvez outros indivíduos que aparecem nos inventários, como alguns credores e devedores, também o estivessem, pois boa parte da população branca também era composta por trabalhadores. A diversidade étnica no mundo do trabalho foi uma marca do Vale do Amazonas, mas também foi um desdobramento da inserção da região na dinâmica do capitalismo do século XIX, por meio da produção e exportação de cacau.



O CONTEXTO DO MUNDO DO TRABALHO NA AMAZÔNIA, ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO

Produção de cacau e organização do trabalho na Amazônia

Para entendermos melhor o lugar dos trabalhadores nos inventários e a organização do trabalho na região como um todo, precisamos entender primeiro alguns aspectos da economia da região. Tratava-se de uma economia que possuía duas características marcantes à época: a coexistência entre extrativismo, agricultura, pecuária, pesca e caça; e a sazonalidade das atividades produtivas, que dependia de fatores de ordem ambiental (como o regime de chuvas, as cheias e vazantes dos rios, a qualidade dos solos) e econômica, política, cultural (a exemplo do hábito de cada comunidade de procurar ou criar determinados animais, coletar ou plantar determinados vegetais). Era uma economia cuja produção tinha destinos diversos, ou seja, seus produtos se destinavam à subsistência das famílias produtoras, ao abastecimento das cidades, ao mercado interno e à exportação. Todavia, a produção voltada ao mercado mundial, notadamente à Europa, exercia forte influência sobre a economia como um todo, às vezes determinando as escolhas e práticas econômicas dos produtores da Amazônia. No fim do século XVIII e início do século XIX, o cacau foi a principal mercadoria produzida na região, atraindo as elites econômicas, os produtores locais e absorvendo grande quantidade de trabalhadores (NUNES, 2014; BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017).

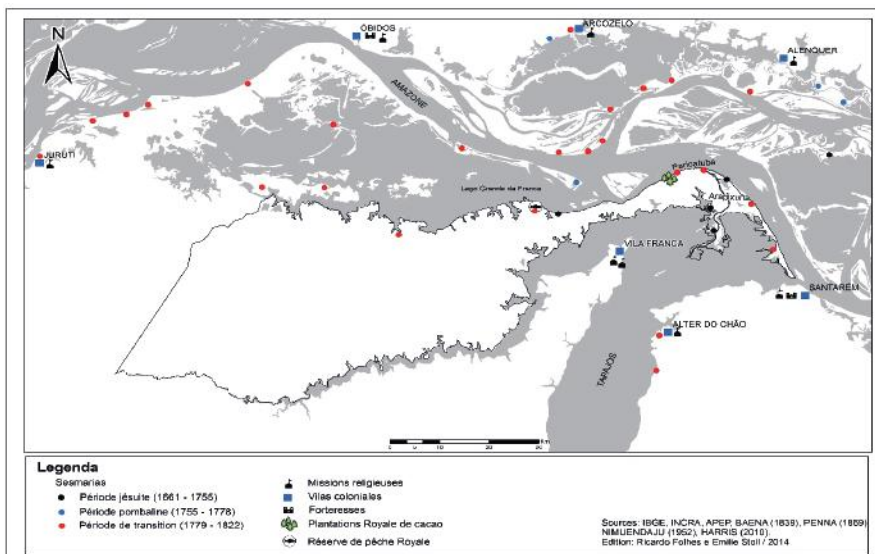
O cacaeiro é uma árvore original da zona tropical das Américas. Há pesquisas que indicam a parte ocidental da bacia amazônica (atual noroeste do Brasil e nordeste do Peru) como a região de origem. Bem antes da colonização dos europeus, a planta foi disseminada para outras áreas tropicais, até ao sul do México, onde o cacau ganhou grande importância como alimento e remédio. Por isso, não é de se admirar que o cacau se tornou um dos principais produtos sistematicamente explorados pelos colonizadores. Os portugueses começaram a investir na produção do cacau a partir dos anos 1670, justamente na parte da Amazônia ocupada por eles.

Provavelmente, foram motivados pelo sucesso dos espanhóis, que já estavam produzindo e exportando o cacau de suas colônias no México, no Equador e, sobretudo, na Venezuela. O chamado “cacau de Caracas”, que tinha grãos bem grandes e sabor suave, foi muito popular na Europa. Em 1675, então, o rei português Dom Pedro II deu a ordem “que se faça como nas Índias de Castela”, como eram chamadas então as colônias espanholas. Daqui para frente, o cacau foi, também na Amazônia portuguesa, a mais importante das chamadas **drogas do sertão** (produtos extraídos da floresta, bastante valorizados nos mercados europeus), embora o “cacau do Maranhão” (Maranhão era, naquela época, outra palavra para dizer Amazônia), tivesse grãos menores e um gosto mais amargo.

Desde o início, o cacau foi produzido de duas formas: cultivado em terrenos situados na várzea – isto é, na margem do rio anualmente inundada pela enchente, que fica, em razão disso, muito fértil – e coletado nos cacauais naturais espalhados pelas florestas da região. Quando cultivado, se falava em **cacau manso**, quando coletado, em **cacau bravo**. Hoje não sabemos se havia uma diferença muito grande entre os dois tipos, mas, com o decorrer dos anos, o cacau cultivado foi mais apreciado, pois seus frutos ficaram um pouco maiores do que os de seu “primo” bravo. Todo o trabalho em torno do cacau, nesse primeiro momento da colônia (séculos XVII-XVIII), era realizado por índios, seja nas lavouras, nas matas (a partir das chamadas **feitorias de cacau**) ou, também, nas canoas que transportaram os trabalhadores e as colheitas. A produção em terrenos doados pelo rei, nas **sesmarias**, começou em torno de Belém e na margem sul da ilha do Marajó. Já a coleta do cacau selvagem foi realizada em regiões mais distantes, subindo o Amazonas e seus afluentes. Tanto o plantio como a coleta foram organizados por colonos portugueses, mas muito cedo também os padres das diversas ordens religiosas que estavam catequizando os índios viram o quanto o cacau foi um negócio lucrativo. Assim, o padre jesuíta João Felipe Bettendorff, considerado o fundador da missão dos índios Tapajós, onde foi posteriormente fundada a Vila colonial de Santarém, logo demonstrou muito interesse na planta. O mesmo vale para outro jesuíta, o padre João Daniel, que aumentou a produção ao plantar mudas de cacau, bananas e maniva em rotação anual em um grande terreno perto da confluência dos rios Tapajós e Arapiuns.

Parte da produção de cacau, entre 1670 e 1800, era realizada pelos donos de sesmarias, concedidas pelo rei para que produzissem nelas o que interessava ao mercado europeu. Entre 1746 e 1821, por exemplo, a Coroa portuguesa doou 47 cartas de sesmaria em Santarém: as primeiras foram doadas para o cultivo do cacau, nas várzeas de Arapixuna e de Aritapera; já, na fase seguinte, entre 1790 e 1800, as sesmarias foram doadas em várzeas baixas, nas campinas do Lago Grande da Vila Franca e no Ituqui, para criação de gado. As sesmarias distribuídas durante essas duas fases em Santarém podem ser observadas na Figura 4. Isso levou os pesquisadores a perceberem que parte dos produtores de cacau – ricos e pobres – não tinham carta de sesmaria. Os inventários da índia Florianiana e do Senhor Honório são uma evidência desse entendimento, já que somente os pés de cacau estão sendo transmitidos e não os terrenos em si.

Figura 4 - As sesmarias distribuídas em Santarém entre 1746 e 1821



Fonte: STOLL, E. Historique de l'occupation régionale. Lago Grande, Arapixuna, Arapiuns. In: **Rivalités riveraines**: Territoires, stratégies familiales et sorcellerie en Amazonie brésilienne. 2014. 563 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. p. 68.

A partir de 1755, a própria Coroa portuguesa entrou no negócio e passou a controlar a produção do cacau, fundando uma Companhia de Comércio, isto é, uma empresa que pertenceu ao governo português e visava monopolizar as redes de comércio que envolviam a bacia amazônica. Mas, devido à fuga maciça dos trabalhadores indígenas e à crescente concorrência de outros países europeus, nas décadas seguintes, a nova rainha, D. Maria I, dissolveu a companhia comercial, em 1778. O negócio do cacau voltou às mãos de particulares, que continuaram a plantar e coletar a fruta, pois a demanda se manteve relativamente estável. Suas flotilhas de canoas alcançaram agora os cacauais nos rios mais distantes, como o Madeira, o Solimões e o Rio Negro. Inclusive, foi também nessa época que o Baixo Amazonas se tornou um centro importante de plantio de cacau.

Os registros comerciais de muitos portos da Europa (Baiona, Gênova, Veneza, Londres ou Hamburgo), do século XVIII, nos informam da entrada de quantidades consideráveis de “cacau do Maranhão”. As cargas não vieram diretamente de Belém ou São Luís, mas de Lisboa, pois o governo português não permitia o comércio de suas colônias com outros países. É bom lembrar que o cacau, além de uma bebida “em moda” e, como tal muito apreciada pelas pessoas nobres e ricas, foi também considerado um remédio. Há livros com receitas que indicam a eficácia do cacau como fortificante. A medicina de hoje confirma isso, além de outros benefícios desta fruta para a saúde. Contudo, foi no século XIX que o consumo do cacau foi potencializado nos grandes centros urbanos europeus, muito graças aos melhoramentos em sua preparação, incluindo a adição de suprlmentos diversos, que ampliaram seus usos. Com o crescimento das cidades e o aumento das populações na Europa, o cacau se tornou um produto ao alcance de praticamente todo mundo, o que fez com que a sua produção ganhasse força na região amazônica (BATISTA, 2014; NUNES, 2014).

Outro motivo suscitou o aumento da produção de cacau na bacia amazônica. O principal espaço de produção de cacau nas Américas, a Venezuela, no início do século XIX, foi impactado por conflitos políticos e deixou de produzir cacau em larga quantidade. As colônias espanholas em geral, que sempre produziram um cacau de melhor qualidade e em maior quantidade, tornaram-se, entre 1810 e 1825, países independentes e, em razão dos tempos inseguros, a

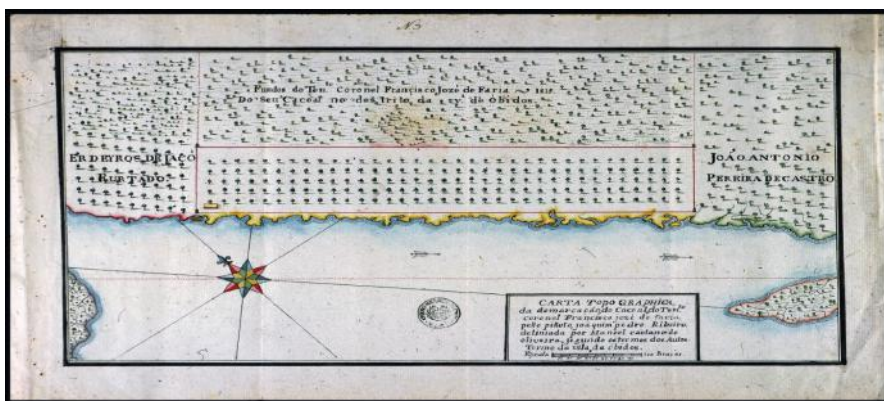
produção caiu naquelas paragens. A economia cacauera na Amazônia também viria a sofrer alguma queda após a independência do Brasil, situação que se agravaria com o movimento da Cabanagem, entre 1835 e 1840. Mesmo assim, a produção do cacau foi recomposta e nunca parou por completo (BATISTA, 2014; NUNES, 2014; BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017).

A partir dos anos 1840, ficou óbvio para muitos ribeirinhos – a maioria de origem indígena, pois eram descendentes dos índios que haviam fugido ou das antigas missões ou das povoações coloniais – os benefícios que poderiam ter em plantar cacauais e fazer um pequeno comércio com seus grãos. Quem comprava as suas safras, geralmente em troca de produtos metálicos (panelas, facas e anzóis) e têxteis (pano), eram os **regatões**, ou seja, comerciantes ambulantes que percorreram os rios e lagos do interior em pequenas embarcações. No Baixo Amazonas, muitos deles eram imigrantes recentes, de origem portuguesa, sírio-libanesa ou judeu-marroquina. Mas, havia também outros viajantes. Vários cientistas estrangeiros, então conhecidos como **naturalistas**, visitaram a região naquele tempo, como os franceses Charles-Marie de La Condamine (1743), Alcide Dessaline d’Orbigny (1826-33) e Hercule Florence (1828), o português Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-92), os alemães Johann Baptist Spix e Carl Friedrich Martius (1819-20), Eduard Friedrich Poeppig (1831-32) e Robert Avé-Lallement (1859), os ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace (1851) além de Richard Spruce (1849), ou, já mais tarde, o casal suíço Louis e Elizabeth Agassiz (1864-65). Todos eles escreveram que viram muitos cacauais ao longo das margens dos rios, geralmente em torno de cabanas rústicas e, também, das vilas. Ao mesmo tempo, numerosas plantações de porte médio e grande continuaram não só produzindo, mas também expandindo. Por isso, os já mencionados naturalistas falam também de fazendas, cujas terras estavam cobertas de cacauais. Certos comerciantes melhor situados, moradores de Belém, despacharam canoas que foram rio acima para a colheita do cacau nas matas.

Em síntese, no século XIX, havia três formas de produção cacauera: os pequenos agricultores ribeirinhos, os médios e grandes proprietários e os comerciantes urbanos que mandaram coletar o cacau no interior. As duas primeiras formas podem muito

bem ser exemplificadas, respectivamente, com o cacaual de Floriana e com os cacauais de Honório José da Silva. Nesse século, a paisagem da Amazônia, ao menos ao longo dos rios, estava marcada pelas plantações de cacauzeiros. Para termos uma ideia, basta observar o desenho abaixo (Figura 5). Ele destaca o cacaual, situado na beira do rio Amazonas, do Tenente-Coronel Francisco José de Faria de Óbidos, no ano de 1815. O terreno dele emenda com dois outros, também plantados de cacauzeiros – de um lado, os herdeiros de Jacó Furtado e do outro João Antônio Pereira de Castro, todos moradores de Óbidos.

Figura 5 - Cacaual em Óbidos, início do século XIX

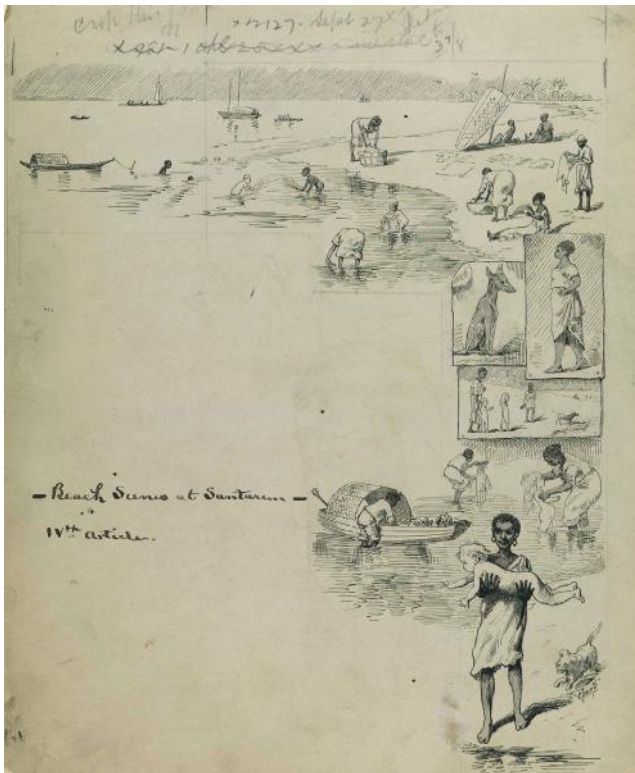


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita. RIBEIRO, Joaquim Pedro; OLIVEIRA, Manuel Caetano de. **Carta topographica, da demarcação do Cacoal do Ten. Coronel Francisco Jozé de Faria: segundo os termos dos Autos, Termo da villa de Óbidos, 1815.** Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301213>. Acesso em: 7 mar. 2021.

Agora podemos entender melhor a presença dos cacauais entre os bens listados nos inventários de Floriana e Honório. Podemos entender também o porquê, no Baixo Amazonas, particularmente, era muito comum o investimento em cacau tanto entre as famílias com mais condições financeiras quanto entre a camada mais pobre da população. O cacau era o produto que comandava a economia da região na virada do século XVIII para o XIX, e em sua produção eram empregados trabalhadores inseridos em diferentes relações de trabalho, principalmente indígenas livres e escravos de origem africana.

Para que fosse exportado, o cacau passava pelas cidades da região. No século XIX, as cidades contavam com a estrutura para o escoamento de cacau. Portos, armazéns, casas comerciais e a própria burocracia do Estado (que, entre outras coisas, captava os impostos sobre a produção e comercialização) eram localizados nas cidades. A capital do Pará era a cidade mais importante, mas havia uma série de outras cidades importantes, que serviam para interligar a região politicamente e economicamente (AUGUSTO, 2007; HARRIS, 2017). Elas podem ser chamadas de entrepostos comerciais, como Santarém, por meio dos quais se conectavam as rotas e redes de comércio.

Figura 6 - Escravas de origem africana banhando as crianças brancas no rio, na praia de Santarém, em frente à cidade



Fonte: CHAMPNEY, J. W. **Travels in the North of Brazil**, 1860. Desenho de lápis n. 10. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon359368/icon359368_13.jpg. Acesso em: 7 mar. 2021.

Além de mercadorias, cada vez mais pessoas circulavam pelas cidades, inclusive aquelas que viviam nas áreas mais rurais. Os centros urbanos concentravam vários serviços, como feiras, estabelecimentos comerciais diversos, cartórios e outras repartições públicas, que propiciavam a circulação. Além disso, os centros urbanos eram espaços de moradia tanto das elites políticas e econômicas locais quanto da população menos abastada (AUGUSTO, 2007; HARRIS, 2017). Honório José da Silva, por exemplo, possuía uma casa na rua da Praia, em Santarém, entre outros pequenos imóveis espalhados pela cidade. Quanto a Floriana, não sabemos se possuía outra forma de sobrevivência além dos seus cacauais, mas possuía casa coberta com palha em Santarém, na Vila dos Índios, onde hoje se situa o bairro da Aldeia. Essa urbanidade nos remete novamente ao tema central, pois as cidades faziam parte do mundo do trabalho.

Dentro das casas, nas ruas, nos portos e nas orlas, nas repartições públicas, por todos os cantos da cidade, sujeitos de diferentes origens eram empregados como trabalhadores em diversos ofícios, responsáveis por executar diversas tarefas, tarefas geralmente divididas entre homens e mulheres, conforme a idade, a condição jurídica (livre ou escravo) e as próprias origens de cada um. Por exemplo, no meio urbano, indígenas e mestiços trabalhavam no transporte fluvial entre os centros urbanos e as áreas mais rurais; escravos atuavam como pedreiros e carregadores; escravas como lavadeiras, cozinheiras, vendedoras e cuidadoras de crianças das elites (como observamos na Figura 6); e portugueses costumavam atuar nas atividades comerciais. Escravos de origem africana e trabalhadores livres (negros, indígenas e brancos), portanto, compuseram a paisagem urbana das cidades amazônicas.

Trabalho indígena e africano no limiar entre os séculos XVIII e XIX

Apesar da diversidade étnica, entre os séculos XVIII e XIX, tanto nas cidades quanto no meio rural, eram predominantes os trabalhadores indígenas considerados livres, escravos de origem africana, além de negros livres e libertos. Por isso, nessa parte final, analisaremos as condições desses dois segmentos do mundo do trabalho.

À época em que os inventários foram elaborados, o trabalho indígena foi oficialmente livre, mas havia muitas formas de coação e até de violência, pois as autoridades tinham o direito de forçar um índio ou um grupo de índios para prestar serviços públicos, sem que houvesse um tratamento ou uma remuneração adequada. O argumento de que se tratava de “não civilizados” ou “semicivilizados” foi o suficiente para permitir tais práticas. Assim, no fim da época colonial e nos anos que seguiram a Independência (1822) e, no caso do Pará, a adesão à Independência (1823), havia leis que permitiam a arregimentação à força da mão de obra indígena. Na Amazônia, não eram somente indígenas recém-contactados, mas também os descendentes dos habitantes das antigas missões e povoações, conhecidos como “índios cristãos” ou “caboclos” (hoje geralmente designados de ribeirinhos). Mas, é bom lembrar que muitos grupos indígenas se opuseram aos perigos que os ameaçavam, retirando-se para outros lugares mais remotos ou se passando por índios “hostis”, entre outras formas de resistência.

O lugar do trabalhador indígena no século XIX está muito relacionado aos desdobramentos de uma legislação do século anterior. Durante toda a época colonial na Amazônia, os indígenas foram imprescindíveis para fazer a economia regional funcionar. Eles estavam na base da longa cadeia de produção e da ampla rede de comercialização de mercadorias. Por isso, desde os primórdios da colonização, na primeira metade do século XVII, visava-se atrelar os índios à lógica produtiva colonial enquanto mão de obra por excelência. Como, segundo a mentalidade da época, uma das condições para trabalhar em prol dos colonizadores era ser cristão, várias ordens religiosas se dedicaram à catequese dos indígenas. Uma ordem específica, a dos jesuítas, se destacou nesta empreitada. Em Santarém, além da missão Nossa Senhora da Conceição (Figura 7), tinha várias aldeias missionárias ao longo dos rios Tapajós e Arapiuns. Os missionários conseguiram não somente estabelecer uma extensa rede de missões na bacia amazônica, mas também assumir o papel de tutores, isto é, representantes legais, dos índios, que eram vistos como crianças. Os padres tiveram, por isso, até 1755, sempre uma palavra a dizer quando se tratava de um assunto relacionado aos indígenas.

Figura 7 - A fortaleza e a missão jesuíta do Tapajós



Fonte: SCHWEBEL, J. A. **Collecçam dos prospectos das Aldeas e lugares mais notáveis que se acham em o Mapa que tiraram os engenheiros de expedicam, principiando da Cidade do Pará the as Aldeia de Marina no Rio - negro, onde se acha o Arrayal, além dos prospectos de outras três ultimas Aldeas chamadas Camará, Bararuá, Dari; situadas no mesmo Rio, 1756.**

Entre o grande número de leis emitidas nos dois séculos de colonização, vale destacarmos seis, cujas respectivas datas e conteúdos podem ser vistos abaixo:

[1655] Os jesuítas se tornam oficialmente os tutores dos índios e ganham um peso importante na distribuição anual dos trabalhadores indígenas entre os colonos, as autoridades e as próprias missões – as chamadas repartições.

[1680] Para estimular a economia, os índios são declarados livres de escolher seus empregadores, mas continuam sob a supervisão dos padres.

[1686] Após um levante dos colonos, esses concluíram um compromisso com os missionários, conhecido como Regimento das Missões. Os índios são cedidos por mais tempo e em número maior para trabalhos fora das missões. Em contrapartida, as missões tornam-se entidades autônomas, isto é, são gerenciadas pelos padres, sem intervenção das autoridades.

[1755] Essa prática chega a um fim, no contexto de novas reformas sob Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), secretário de Estado da coroa portuguesa, e seu

irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Pará e Maranhão, quando a Lei das Liberdades abole a tutela dos religiosos e declara os indígenas livres.

[1757] Dois anos após a emancipação dos indígenas, para dar forma a esta liberdade, é assinado o Diretório dos Índios. Este regimento, mais do que os anteriores, entra em detalhes quanto aos trabalhos e ofícios a serem exercidos e aprendidos pelos indígenas. O objetivo era tornar os novos vassallos do rei em bons agricultores e artesãos. Mas, eles teriam que viver sob a gerência de um diretor em uma povoação, geralmente uma antiga missão. O diretor, um funcionário público, supervisionaria os trabalhos e, quando requisitado por um colono ou uma autoridade, cederia trabalhadores indígenas, inclusive para o cultivo e a colheita do cacau. A rigor, pouco mudou em relação às leis anteriores, pois uma tutela foi substituída por outra. Abusos e arbitrariedades, por parte dos diretores, fizeram que muitos índios fugissem das povoações, estabelecendo-se em lugares remotos, onde fundaram pequenas comunidades, nas quais também se plantava ou se colhia cacau, como mencionamos mais acima.

[1798] Uma carta régia abole, finalmente, o Diretório, estabelecendo novas regras. Uma delas é a constituição de Corpos Efetivos de Índios, que devem efetuar trabalhos de interesse público. Havia também Corpos de Milícias, por sua vez compostos tanto por brancos pobres como por índios, “pretos forros e mestiços”.

Tudo isso mostra que o trabalho forçado foi uma prática comum e amplamente tolerada. Foi esta a realidade dos trabalhadores indígenas na virada do século XVIII para o XIX. Foi também no tempo do Diretório que se expandiu a escravidão de origem africana na região. Os indícios mais antigos da presença de escravos negros em espaços coloniais portugueses, na região, remontam à década de 1660. E, durante todo o período colonial, esses sujeitos também compuseram a sociedade colonial, empregados em diferentes frentes

de trabalho, sobretudo em atividades agrícolas. Mas foi a Companhia de Comércio criada pela coroa portuguesa, em 1755, para exercer o monopólio do comércio entre a região e outras partes do Império português no oceano Atlântico, que a introdução de escravos africanos na região aumentou significativamente. Certa quantidade de escravizados já havia sido introduzida antes, mas foi nesse contexto que a instituição escravista se firmou na bacia amazônica (BEZERRA NETO, 2012).

Para termos uma ideia da diferença quantitativa, as pesquisas mais recentes sobre o tráfico transatlântico indicam que, até 1755, foram introduzidos aproximadamente 2.150 escravos na região amazônica; entre 1756 e 1775, a quantidade aumentou para 14.481 escravos introduzidos. Ao todo, foram quase 60 mil escravos desembarcados no Pará até 1841. Antes de 1755, a maioria das rotas do tráfico que traziam escravos para o Vale do Amazonas saíam da parte da costa atlântica africana, conhecida como Guiné, que vai do atual Senegal à atual Libéria. No fim do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, os portos onde atualmente se situam o Congo, a República Democrática do Congo e Angola se tornaram os principais fornecedores de escravos para a região, diferentemente do que aconteceu na costa atlântica brasileira, onde já vinham desembarcando escravos oriundos desses portos século antes. Também foram desembarcados em Belém escravos vindos de outras partes da costa africana, como da Costa da Mina (hoje Gana e Togo) e de Moçambique, no oceano Índico (BEZERRA NETO, 2012). Esses portos de saída, contudo, não resumem a diversidade étnica e cultural dos africanos desembarcados na região, pois a captura de escravos na África avançou por ampla extensão territorial no interior do continente, por meio de redes de transporte e comércio terrestres que conectavam o continente africano internamente (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2020). Essa multiplicidade de origem dos escravos desembarcados no Vale do Amazonas, como consequência, deu origem a uma população escrava diversificada no que dizia respeito aos hábitos cotidianos, aos costumes, às práticas religiosas, às visões de mundo.

O tráfico para o Pará se manteve firme durante as duas primeiras décadas do século XIX e foi interrompido em 1841, quase uma década antes da proibição do tráfico para o Brasil. Essa diferença

temporal está relacionada ao fato de que a demanda por escravos cresceu exorbitantemente em outras partes do Brasil, concentrando as rotas do tráfico. Mas também tem a ver com a proibição do tráfico que era realizado entre a costa africana situada acima da Linha do Equador e as Américas, em 1815. Da década de 1820 em diante, o tráfico se tornou escasso, o que não significa que a escravidão tenha acabado ou sido enfraquecida. Muito pelo contrário, graças à reprodução natural entre os próprios escravos e à distribuição dos escravos existentes pela região, a população escrava se manteve estável até o início da década de 1880 (BEZERRA NETO, 2012; BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017).

Além dos africanos, portanto, muitos escravos nascidos no Brasil, chamados de crioulos, passaram a compor a população escrava. Essa continuidade da escravidão tem a ver com o novo momento da escravidão no século XIX, quando, nos principais centros urbanos europeus, a Revolução Industrial potencializou a demanda por mercadorias que eram produzidas por escravos nas Américas, como o algodão, o açúcar, o café e o cacau. A escravidão, portanto, passou a girar em torno da produção e exportação dessas e de outras mercadorias, algo que aconteceu principalmente no Brasil e em outros dois importantes espaços escravistas nas Américas, Cuba e Estados Unidos. E aqui conseguimos enxergar mais uma vez a importância da economia cacaueteira, pois a estabilidade da produção de cacau foi determinante para a estabilidade da população escrava no Pará do século XIX.

Todo esse contexto nos ajuda a perceber com mais clareza a composição da propriedade escrava de Honório José da Silva. Ele possuía três escravos africanos, conseguidos por meio do tráfico transatlântico, Miguel (nação Angola) e Anna (nação Fólupa, situada na Guiné), que formavam um casal, e Manoel (nação Mandinga, também da Guiné). Possuía também quatro escravos crioulos, ou seja, nascidos na América portuguesa, João, Antonio e o casal Manoel e Anna. E ainda possuía três crianças escravas, os moleques Ventura, Martinho e Felizardo, possivelmente filhos de um ou dos dois casais, portanto, resultado da reprodução natural. Além de atuar com a economia cacaueteira e possuir casa em Santarém, era proprietário de galpões, nos quais, provavelmente, estocava o cacau que produzia para posteriormente exportá-lo. Fosse nos serviços de sua residência,

fosse nas plantações de cacau ou nos galpões, o trabalho escravo era essencial para Honório.

O que se destaca entre os escravos de Honório é, também, a presença da família escrava, que representou, na história da escravidão nas Américas, a unidade basilar da comunidade escrava. Capturados, comercializados e deslocados compulsoriamente para o outro lado do oceano Atlântico, os africanos, embora tratados como mercadorias, não perderam a sua humanidade. Carregaram consigo identidades, sonhos e desejos contidos, projetos de futuro interrompidos, descontentamentos e o anseio por reconquistarem a liberdade e, quiçá, por retornarem ao seu lugar de origem. Todas essas expectativas e sentimentos se refletiram nas relações que construíram com senhores e proprietários, com os quais buscaram a todo tempo negociar melhores condições de vida em meio ao cativeiro. Os senhores, por seu lado, embora sempre em grande vantagem, para exercerem a autoridade e concretizarem o domínio sobre seus escravos, sabiam que o castigo não bastava. Precisavam ceder em alguma medida e manter acesa a esperança de liberdade aos “bons escravos”. Assim, costumavam permitir aos escravos (ou pelo menos aos considerados bons e obedientes) a formação de família e outras práticas cotidianas, como a constituição de roças de subsistência, atividades de lazer, a religiosidade e até a circulação para fora da propriedade. Porém, por um lado, nem sempre a negociação atendia aos anseios dos escravos e, por outro, os senhores, detentores de um poder quase absoluto, podiam facilmente descumprir acordos expressos ou tácitos, além de não raramente agirem de forma violenta com seus escravos. Essas e outras circunstâncias costumavam levar a uma série de ações que podem ser entendidas como resistência escrava. Há casos de escravos que assassinaram ou feriram seus senhores, de escravos que se recusaram a cumprir ordens ou até mesmo se dedicaram ao trabalho, de escravos que passaram a lutar pela liberdade na justiça, de escravos que fugiram e, entre os que fugiram, muitos casos de formação dos chamados quilombos ou mocambos. A resistência foi uma marca da escravidão negra e, na segunda metade do século XIX, vai ganhar novos e decisivos contornos, que corroerão a escravidão por dentro, mas isso é assunto para outra história.

Glossário

- **Cabeça de casal:** quem administra a herança antes da partilha. Por regra, este cargo é ocupado pelo cônjuge, se for herdeiro.
- **Cacau bravo:** cacau colhido na floresta.
- **Cacau manso:** cacau cultivado em plantações.
- **Comunhão universal de bens:** regime de casamento no qual tanto os bens quanto as dívidas serão compartilhados entre os noivos, a partir do momento em que casarem efetivamente. Isso também vale para os bens que forem adquiridos só em nome de um dos noivos.
- **Drogas do sertão:** diversos tipos de especiarias (plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais, etc.) que foram comercializadas na bacia amazônica, como cacau, cravo, guaraná, urucum, salsaparrilha, óleo de copaíba, poaia e baunilha, etc.
- **Feitorias de cacau:** pequenos entrepostos (muitas vezes temporários) no interior onde de juntava o cacau bravo colhido na floresta vizinha antes de ser transportado para Belém.
- **Herdeiro/a:** filhos e/ou conjugues que têm direito a herdar uma parte da herança de uma pessoa falecida.
- **Inventariado/a:** aquele que faleceu, deixando patrimônio que, antes de ser sucedido, deverá participar de inventário.
- **Inventariante:** aquele que é responsável pela identificação, arrolamento, avaliação, administração e partilha dos bens da herança
- **Inventário post-mortem:** descrição detalhada do patrimônio de pessoa falecida, para que se possa proceder à partilha dos bens.
- **Naturalista:** pessoa que se especializa em ciências naturais, especialmente, botânica e zoologia.
- **Processo judicial:** conjunto das peças apresentadas por uma outra parte para servir à instrução e ao julgamento de uma questão; autos.
- **Procurador:** indivíduo que possui procuração para resolver ou administrar negócios de outrem; administrador, mandatário.
- **Quinhão:** parte que cabe a cada pessoa, na divisão de um todo (objeto, propriedade, direito, herança etc.); cota-parte.
- **Regatão:** mercador que percorre os rios de barco, parando em vários sítios e povoados.

- **Sesmaria:** terreno inculto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores.
 - **Terça:** a terça parte da herança de que o testador podia dispor livremente.
 - **Testamento:** ato mediante o qual uma pessoa dispõe de seus bens, no todo ou em parte, para depois de sua morte.
 - **Vila de Índios:** estatuto administrativo, com direitos de cidadania, doados às antigas aldeias-missões durante o Diretório dos Índios e após a expulsão das ordens missionárias, principalmente dos jesuítas, do Brasil (1759).
-



APRENDENDO COM DOCUMENTOS

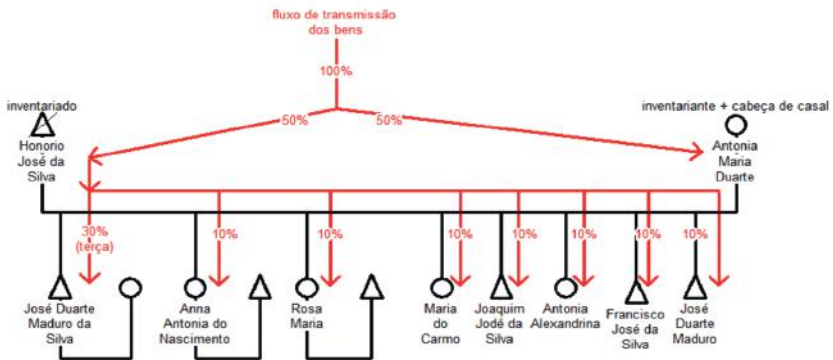
1. Agora que vocês já conheceram melhor os inventários de bens e as possibilidades de uso desse tipo de documento enquanto fontes para a História, vamos pôr em prática o que aprendemos? Observe os bens listados em cada inventário. Com base na sua observação e na leitura do texto, argumente acerca do lugar social ocupado por ambos os inventariados naquela sociedade santarena do século XIX.

2. As árvores genealógicas permitem representar a família de maneira esquemática. Para esse fim, existem regras padronizadas: as mulheres são representadas por um triângulo (Δ), os homens por um círculo (\circ). Para a representação das pessoas falecidas se utilizam os mesmos símbolos, mas riscados no meio. Os vínculos de parentalidade biológica aparecem por meio de um traço horizontal que liga o pai e a mãe embaixo dos símbolos. Os filhos biológicos gerados da união ficam vinculados, por ordem de nascimento, ao traço da união dos pais, com um traço vertical.

Os inventários permitem montarmos árvores genealógicas e identificarmos o fluxo de transmissão dos bens acumulados pelo casal ao longo da vida. Veja, na Figura 9, o exemplo de família de Honório José da Silva, onde se nota que a árvore genealógica (em traços pretos) e a transmissão dos bens (em vermelho). Perceba que, na transmissão de bens, um dos herdeiros ficou com um pedaço

maior da herança (30% da parte dos bens do falecido Honório), correspondente à terça destinada por meio de testamento.

Figura 8 - Árvore genealógico da família do Senhor Honório José da Silva e o fluxo de transmissão dos seus bens

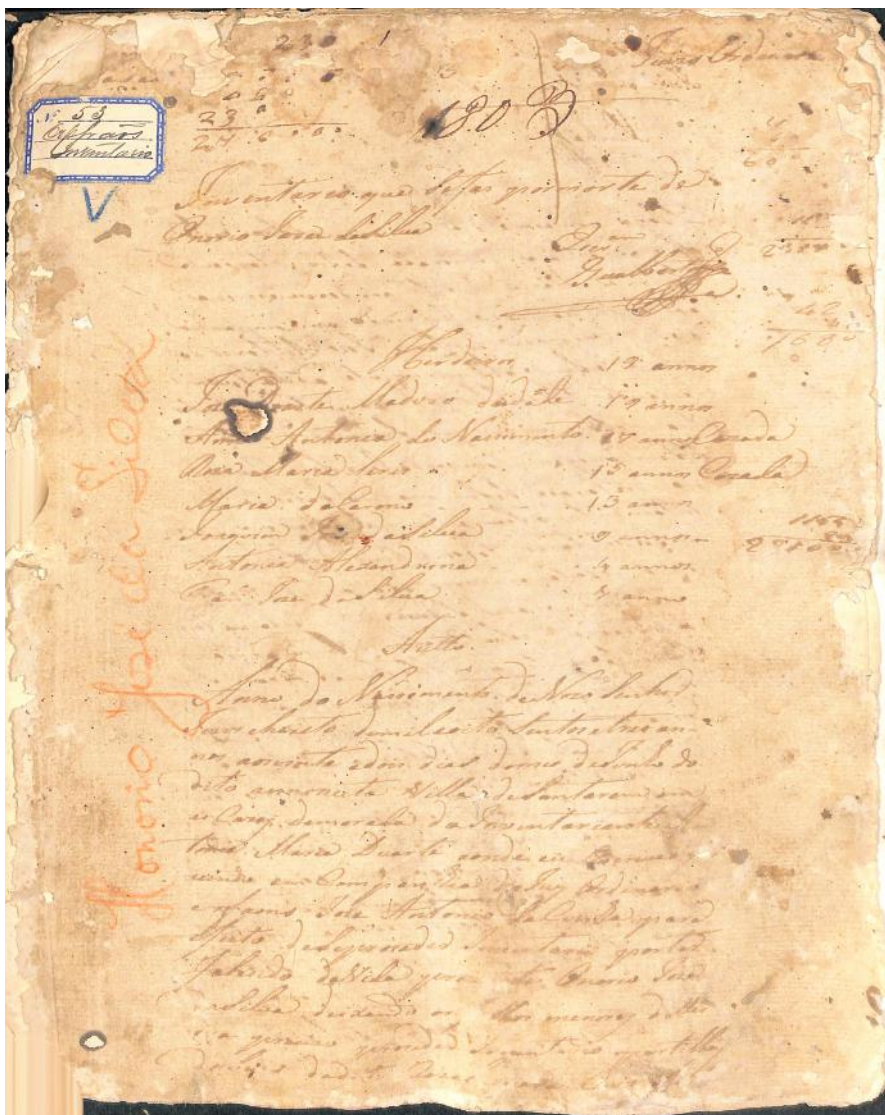


Tendo em vista esse modelo, com as informações da sessão Conhecendo o Documento e com o auxílio do(a) professor(a), desenhe a árvore genealógica e o fluxo de transmissão dos bens *da família da índia Floriana*.

3. Observe, abaixo, a capa do inventário de Honório (Figura 8) e:

- Localize quem era o juiz do caso, a data e o lugar de abertura do inventário, o inventariado e os herdeiros.
- Analise as condições de conservação e as características físicas do documento.

Figura 9 - Capa do inventário de Honório José da Silva



Fonte: CDHBA, Fundo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Fórum de Santarém. SANTARÉM. Inventário de Honório José da Silva, 1803.

4. Alguns de vocês, provavelmente, conhecem o longo processo até que a semente do cacau esteja pronta para ser comercializada. Honório e Floriana também conheciam. Na sociedade onde ambos viveram, o cacau figurava como um importante produto de exportação e em seu processo de cultivo estavam envolvidos desde pequenos e médios a grandes produtores. Tendo por base o tamanho das plantações de ambos e os demais bens, analise a atuação de cada um na cadeia produtiva do cacau.

5. Verifique quantos pés de cacau frutíferos a índia Floriana possuía em Urucurituba e, supondo que ela cuidava dos mesmos com seu filho, calcule de quantos pés de cacau cada um tinha que cuidar. Faça o mesmo com os pés de cacau dos sítios de Honório, mas dividindo o trabalho pelos sete escravos jovens e adultos da família. Feitos os cálculos, reflita sobre as condições de trabalho em cada situação.

6. Por fim, com base na parte História em documentos, na experiência de vida de sua família e no que você vê diariamente no noticiário, façamos um exercício de ir e vir entre passado e presente. Reflita sobre as seguintes questões:

- (a) Sobre o passado: Na Amazônia colonial, entre os séculos XVIII e XIX, por que os trabalhadores indígenas e africanos eram maioria no mundo do trabalho? Como esses trabalhadores eram empregados na região?
- (b) Sobre o presente: Quais são as formas e relações de trabalho predominantes no Brasil? No seu núcleo familiar, especificamente, como você caracterizaria os empregos dos membros da sua família?
- (c) Conectando passado e presente: Qual era a relação entre economia e trabalho na Amazônia colonial? E no presente, como acontece essa relação? Os meios urbano e rural influenciavam e influenciam de alguma forma essa relação?

Conseguiu ver paralelos? Agora, disserte sobre a relação entre o mundo do trabalho no passado colonial e no presente da Amazônia, destacando as diferenças e semelhanças entre os dois momentos históricos e identificando os elementos de conexão entre esses diferentes tempos históricos.

PARA SABER MAIS CONFIRA AS REFERÊNCIAS

AUGUSTO, I. T. C. **Entre o ter e o querer**: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830). 2007. 187 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

BARROSO, D. S.; LAURINDO JUNIOR, L. C. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, p. 568-588, set./dez. 2017.

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BATISTA, L. M. **Muito além dos seringais**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870. Belém: Açaí, 2014.

CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. **Páscoa Vieira diante da Inquisição**: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CHAMON, C. S. O Bem da Alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 12, p. 58-65, 1993.

CHAMBOULEYRON, R.; ARENZ, K. H.; MELO, V. S. de. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020.

DIAS, C. L. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 33, p. 235-252, 2019.

FURTADO, J. F. Testamentos e inventários. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, C. B. B.; LUCA, T. R. de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 93-118.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 1, p. 235-252, 2018.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

LAURINDO JUNIOR, L. C. **Rios de escravidão**: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888). 2021. 426 fls. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2021.

NUNES, F. A. Agricultura na Amazônia oitocentista: produção rural e interpretação dos agentes públicos. **Revista Outros Tempos**, São Luís, v. 11, n. 17, p. 1-17, 2014.

STOLL, E. **Rivalités riveraines**: Territoires, stratégies familiales et sorcellerie en Amazonie brésilienne. 2014. 563 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

OS ASSENTOS DE CASAMENTO: UMA FONTE PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA NO BRASIL IMPÉRIO



Fonte: CONDE, d'E. **Princesa Isabel e outras pessoas**: retrato. S.l.: s.n., 186-?. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=35571. Acesso em: 6 abr. 2021.

AUTORIA

Isabel Teresa Creão Augusto

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Duci Alves de Matos

Regiandrea Xavier Lourido

*DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.59-90



DE ONDE VEM OS DOCUMENTOS: OS CARTÓRIOS

Neste livro estamos trabalhando com um conjunto de tipos de documentos oficiais e tradicionalmente utilizados nos estudos em História com uma característica em comum: todos produzidos e/ou registrados em cartórios. Os cartórios são um modelo de repartição antigo e foram fundamentais para a organização e burocracia do Império português durante a Idade Moderna.

Para entender a sua funcionalidade, é importante lembrar que, durante as **Grandes Navegações**, as instâncias da Justiça e da monarquia portuguesa estavam todas concentradas na metrópole, em Lisboa e em poucas cidades coloniais. Conforme a consolidação da ocupação e o crescimento dos núcleos populacionais ocorriam nas colônias, a necessidade de regulação e formalização das demandas dos colonos apareciam, bem como a fiscalização e cobrança da monarquia junto aos súditos d'além mar. Nesse contexto, os cartórios eram o principal canal de comunicação e execução de pedidos e ordens reais.

Considerando que a alfabetização dos habitantes era ínfima, a comunicação era demorada e havia a necessidade de garantir a veracidade e origem da informação, o registro em cartório era a forma pela qual o Império Português poderia verificar e confirmar a origem e o teor de ofícios e certidões encaminhadas à metrópole. Em um momento que não havia tecnologias que pudessem processar dados, estabelecer códigos de segurança e verificação, era a partir dos agentes escolhidos para a administração dos cartórios e da palavra deles que ficava atestada a verdade dos fatos. A importância da palavra empenhada pelos agentes públicos atestando a verdade era representada na estrutura dos documentos: o escrivão sempre confirmava que escreveu ou que “escrevi e dou fé”.

Os regimes políticos e as estruturas do Estado mudaram muito desde então, mas o cartório como repartição que cuida de registro, verificação a veracidade de documentos e de identidade do cidadão ainda permanece. Até os dias de hoje, essas repartições são concessões públicas feitas pelo Estado às pessoas que ficam

responsáveis por expedir registro e atestar sobre o acontecimento de diversos eventos da vida de cada um de nós. Os cartórios também registram e confirmam alguns tipos de documentos relacionados aos nossos bens materiais, como os registro de imóveis, a realização de inventários para a justa divisão dos bens entre os herdeiros, e algumas modalidades de divórcios, quando não há filhos e o casal que se separa está de acordo com a divisão dos bens.

A Igreja Católica na vida civil da população

Apesar dessa longa tradição como instância administrativa, é importante destacar que, até o final do período Imperial no Brasil, os registros de nascimento, casamento e morte não eram competência dos cartórios, mas sim exclusividade da Igreja Católica. Essa atribuição de responsabilidade era vantajosa ao Estado (pois a Igreja chegava a lugares e povoações remotas, sem qualquer representação da coroa portuguesa) era regulada pelo **Padroado**, que dentre outras coisas definia o catolicismo como a religião oficial, e reconhecia os seus ritos e celebrações de batismo, matrimônio e morte como registro legal e oficial para o Estado.

Assim, quando consultamos documentos judiciais expedidos durante todo o período colonial e boa parte do imperial, sempre que um indivíduo precisava comprovar sua identidade, data ou local de nascimento, por exemplo, era o pároco da freguesia onde o indivíduo havia sido batizado que emitia uma declaração ou cópia manuscrita do assento feito no livro daquela localidade. O assento de batismo cumpria assim a função do registro de nascimento (veremos mais sobre os registros de nascimento em cartório no próximo capítulo deste livro).

Essa política de exclusividade da Igreja Católica na regulação da vida religiosa e civil da população não foi alterada até o fim do Império, ainda que duas situações tenham aberto os debates quanto à possibilidade de mudança da responsabilidade do registro civil da Igreja para o Estado:

- em 1861, o Império regulamentou o registro de casamentos de não católicos. Até ali, qualquer pessoa casada fora da religião oficial não tinha o seu estado civil reconhecido, nem os direitos

jurídicos advindos dele, como a legitimidade de crianças geradas por casais não católicos e o direito de herança, por exemplo;

- e em 1874, o governo imperial regulamentou o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos em cartório para que fosse possível fazer o recenseamento da população. Entretanto, esse registro era apenas para facilitar o recenseamento. Os registros católicos não foram abolidos ou cancelados, e continuavam a ser feitos normalmente nos livros paroquiais, apenas passaram a ser registrados também em cartório, comprovando assento religioso. Os registros laicos, e em especial o casamento civil, viriam somente na República.

O registro do casamento em cartório

Assim, os documentos que trabalhamos aqui, extraídos de um livro de assentos de casamentos de cartório, foram produzidos nesse contexto do Império em que havia um duplo registro: na paróquia e no cartório. Fica evidente nos textos dos documentos que eles foram feitos baseados e tendo por prova a cópia do assento religioso. E havia um motivo legal para isso. Segundo o decreto 5.604, de 24 de abril de 1874, os noivos tinham um prazo de até 30 dias após a celebração do casamento religioso para irem até o cartório do Juiz de Paz do distrito em que moravam fazer o registro civil.

Para esse segundo registro, era obrigatória a apresentação da certidão católica, expedida pelo religioso que havia celebrado o matrimônio. Era a partir do registro religioso que a certidão civil era produzida, confirmando e validando os preceitos e regras católicos. Citamos abaixo o artigo da lei que descrevia todas as informações que deveriam constar no registro civil

A transcrição desta e das demais fontes respeita a grafia original do documento. Repare nas diferenças em relação a ortografia atual, como a repetição de consoantes, por exemplo

Art. 63. O assento de casamento deverá conter necessariamente:

1º O dia, mez e anno, em que fôr lavrado;

2º O dia, mez e anno, e tambem a hora, ao menos approximadamente, em que o casamento se celebrou;

3º Indicação da Igreja, Capella ou outro lugar em que se celebrou; e da provisão de licença,

É comum que as pesquisas em História sejam feitas com mais de um tipo de documento, para que eles possam preencher lacunas de informação. Por isso, colocamos o texto da lei para que você, assim como o pesquisador, compare com os assentos que virão.

se o casamento fôr de catholicos, e tiver-se effectuado fóra da Igreja matriz;

4º Os nomes, sobrenomes, appellidos, filiação, idade, estado, naturalidade, profissão e residencia dos esposos;

5º O nome do parochio que assistiu no casamento ou do ecclesiastico que o substituiu, e neste caso indicação da licença do respectivo parochio; e se os conjuges forem acatholicos, o nome da pessoa competente perante a qual celebrou-se o casamento;

6º A condição dos conjuges: se ingenuos, libertos, ou escravos, e neste caso o nome do senhor, e a declaração do seu consentimento;

7º Declaração de dispensa de parentesco ou outro impedimento canonico, assim como de todas ou de algumas das denunciações canonicas;

8º No caso de menoridade de um ou de ambos os conjuges, declaração do consentimento dos superiores legitimos, que o podem dar;

9º Declaração do numero, nomes e idade dos filhos, havidos antes do casamento, e que ficarem por elle legitimados;

10º Declaração do regimen matrimonial: se o casamento foi feito segundo o costume do Imperio, ou se houve escripturas antenupciaes; e neste caso, a sua data o lugar em que foram lavradas, o Tabellião que as lavrou, e a substancia dellas quanto ao regimen dos bens;

11º Se algum ou ambos os conjuges se casaram por procuração, os nomes, idade e domicilio ou residencia actual do procurador ou dos procuradores;

12º Os nomes, idade, profissão e domicilio ou residencia actual de duas das testemunhas que assistiram ao casamento, e que devem assignar o assento. (BRASIL, 1874)

Como podemos observar, o rito religioso ocupava um papel muito importante para a legitimação do casamento na esfera civil: havia a necessidade de especificar a Igreja e o pároco que realizou a cerimônia, e caso um desses não correspondessem ao costume (com a celebração fora do templo religioso ou feita por eclesiástico que não fosse o responsável pela paróquia) tudo deveria estar especificado também na certidão civil.

Não apenas o ritual da celebração, mas outras regras da Igreja eram reconhecidas e confirmadas na certidão civil, como o reconhecimento de filhos tidos antes do casamento, a dispensa de impedimento ao casamento para alguns graus de parentesco. Como já pontuamos ao falar dos casamentos de casais não católicos, os filhos tidos fora do sacramento do matrimônio católico, o único reconhecido pelo governo imperial até 1861, não tinham a paternidade reconhecida pelo Estado, mesmo que vivendo na companhia dos pais. Em contrapartida, a oficialização do matrimônio na Igreja permitia, no mesmo registro, o reconhecimento e legitimação da prole.

Além dos referenciais religiosos, ambos os assentos faziam uma ampla descrição dos nubentes (noivos): nomes, nomes dos pais, idades, estado civil (se solteiros ou viúvos), locais de nascimento, profissões e locais de residência deveriam ser informados. Para as mulheres, as profissões eram em geral omitidas ou declaradas apenas quando estavam emancipadas do poder paterno ou do marido (para o caso das viúvas). Para as populações negras, cabia ainda a indicação se os sujeitos eram livres (chamados de ingênuos na citação anterior), libertos ou escravos. Se escravos, a certidão deveria nomear ainda os senhores e declarar que eles consentiam com o casamento. Isso é um elemento importante para considerarmos sobre as vivências e violências contra as populações escravizadas.

Cabe ainda destacar um aspecto jurídico importante determinado no assento do casamento no acordo de união matrimonial. O regime dos bens do casal, que segundo o costume do Império era o da comunhão de bens. Isso significa que cada esposo tinha direito a metade dos bens na divisão da herança, ficando a outra metade aos demais herdeiros, doações ou despesas religiosas deixadas pelo falecido em testamento (caso ele ou ela tenha feito).

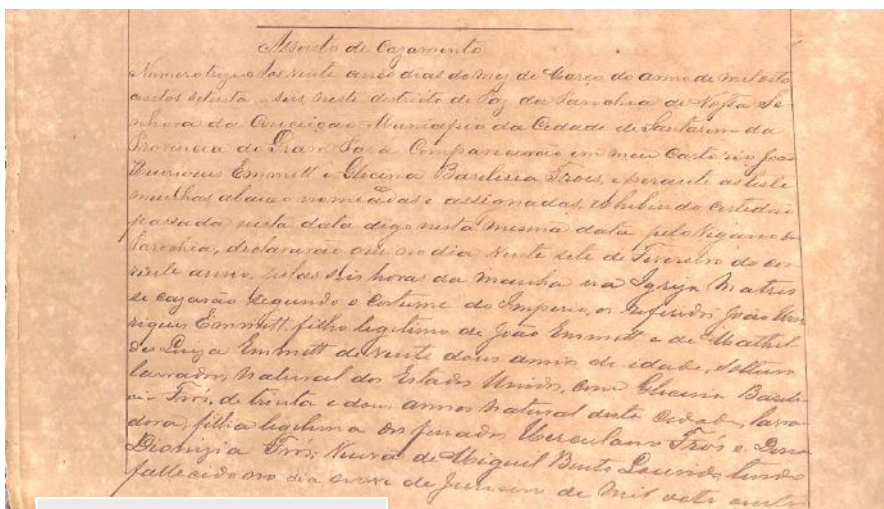
É raro encontrarmos matrimônios que não fossem em comunhão de bens (ou carta de metade, como também era chamado), mas ocasionalmente encontramos.

Eram muitos os elementos que deveriam constar na certidão, mas qual seria o tamanho e a forma deste documento? Para responder essa questão, temos as imagens de um documento original, extraído do livro de cartório que consultamos para a escrita deste texto, seguido da sua transcrição.

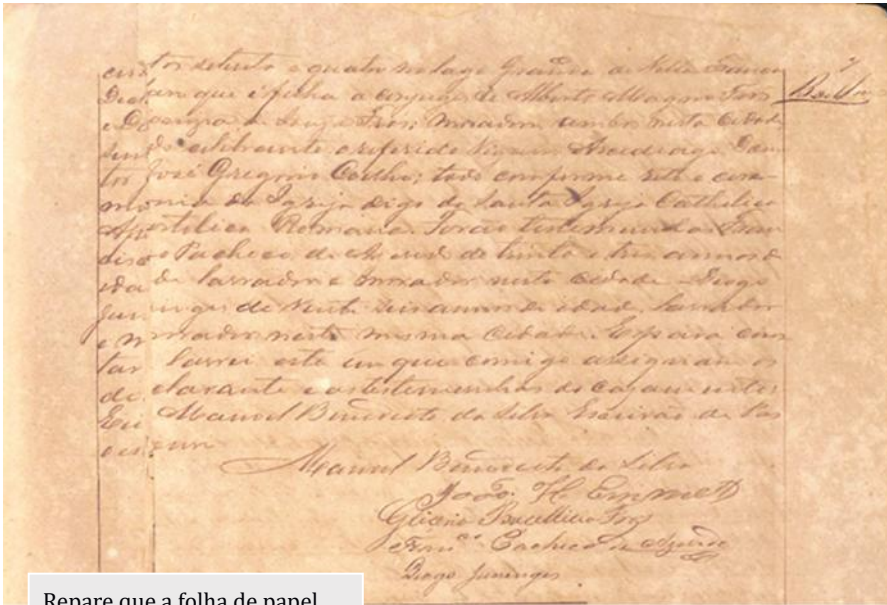
Lendo documentos

Aqui temos o assento de casamento de João Henriques Emmett e Glicésia Basilícia Froes, de vinte e cinco de março de mil oitocentos e setenta e seis.

Imagens 01 e 02 - Assento de casamento número treze.



As certidões eram copiadas de forma contínua nos livros, por isso a certidão começa em uma página acaba em outra



Repare que a folha de papel rasgou e que há um pequeno espaçamento causando o desencontro entre as linhas

Fonte: **Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA)**, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Casamento, B0, folhas 6v e 7f, número treze, 1876.

Vejam os agora a transcrição do documento:

Quadro 1 - Transcrição do assento de casamento número treze.

01	Assento de Casamento
02	Numero treze. Aos Vinte cinco dias do mez de Março do ano de mil oito
03	centos setenta e seis, neste districto de Paz da Parochia de Nossa Se
04	nhora da Conceição. Municipio da Cidade de Santarém da
05	Provincia do Gram Pará. Comparecerão em meu Cartorio João
06	Henriques Emimett e Glicesia Basilicia Froes, e perante as teste
07	testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, exhibindo certidão
08	passada nesta data digo nesta mesma data pelo Vigario da
09	Parochia, declararão que no dia vinte sete de Fevereiro do cor
10	corrente anno, pelas seis horas da manha na Igreja Matris
11	se casarão segundo o costume do Imperio, os referidos João Hen

Conforme regulava a lei, esta união foi segundo o “costume do Império”, ou seja, em comunhão de bens, como explicamos anteriormente

12	Henriques Emmett, filho legítimo de João Emmett e de Mathil
13	Mathildes Luiza Emmett de vinte dois anos de idade, solteiro,
14	lavrador, natural dos Estados Unidos, com Glicesia Basili
15	cia Frós, de trinta e dois anos natural desta cidade, lavra
16	lavradora, filha legítima dos finados Herculano Frós e Dona
17	Dionizia Frós; Viuva de Miguel Bento Lourido, tendo
18	falecido no dia nove de Janeiro de Mil oito centos
19	[fl.7] centos setenta e quatro no lago Grande de Vila Franca.
20	Declaro que é filha a conjuges de Alberto Magno Frós
21	e Dionizia de Souza Frós; morando ambos nesta cidade,
22	sendo celebrante o referido Vigario Arcediago Dou
23	tor José Gregorio Coelho; todo conforme rito e certi
24	cerimonia da Igreja digo da Santa Igreja Catholica
25	Apostolica Romana. Forão testemunhos Fran
26	cisco Pacheco de Azevedo de trinta e três anos de
27	idade, lavrador e morador desta cidade, Diogo
28	Jennings de vinte e seis anos de idade, lavrador
29	e morador nesta mesma cidade. E para cons
30	tar lavrei este em que comigo assignam os
31	declarantes e as testemunhas de casamento.
32	Eu Manoel Benedicto da Silva Escrivão de Pas
33	e escrevi.
34	Manoel Benedicto da Silva
35	João H. Emmett
36	Glicesia Bacellicia Froz
37	Fran ^{co} Pacheco de Azevedo
38	Diogo Jennings

João Emmett tinha 22 anos e era solteiro, enquanto Glicesia aos 32 anos era viúva

Repare que o escrivão cometeu um erro: primeiro afirmou que os pais de Glicesia haviam falecido; depois corrigiu os nomes e deu a localidade onde moravam

Existe diferença na grafia do nome de Glicesia, então vamos respeitar a forma como ela própria assinou seu nome no final da certidão.

Comparando com os elementos previstos na lei que deveriam constar nesta certidão, podemos observar primeiramente a obediência e marcação de todos os elementos do casamento religioso presentes nesse assento: o casamento foi realizado na Igreja Matriz do município de Santarém, sendo realizada pelo Vigário José Gregório Coelho, às seis da manhã do dia vinte e sete de fevereiro do ano de 1876, 26 dias antes a averbação no cartório, portanto dentro do prazo estipulado pela lei.

As informações contidas no documento são úteis para o estudo da História, como iremos discutir a seguir. Para que possamos ter uma dimensão maior da diversidade de pessoas e informações possíveis nas certidões, vamos adicionar aqui outras três transcrições

de documentos do mesmo livro de casamentos, que abrangia os anos de 1876 a 1878. Com eles teremos mais elementos para pensar a história do casamento de família no Brasil Imperial.

Quadro 02 - transcrição de assento de casamento sem número

01	[...]nesta mesma data pelo [Corroído] Parochia, deo [Corroído]
02	rarão que no dia três do corrente mez as seis hora [Corroído]
03	da manha na caza que serve de Igreja Matri [Corroído]
04	se cazarão segundo o costume do Imperio, os
05	[re]feridos Dionysio Antonio Pereira, filho legitim[o] [Corroído]
06	Gregorio Antonio Pereira, e de sua finada M [Corroído]
07	Brigida de Oliveira Rego, com vinte quatro
08	[an]nos de idade, solteiro com Anna Raymund[a] [Corroído]
09	Baptista, filha legitima do finado Franci[sco] [Corroído]
10	da Silva Baptista, e sua mulher Marianna
11	Rufina Ferreira Baptista, com vinte cinco
12	annos de idade, solteira, ambos naturais dest[a] [Corroído]
13	mesma cidade, livres, lavradores, o primeiro m[Corroído]
14	ador no Aritapeta e a segunda no Tapará s[Corroído]
15	districto desta mesma cidade, cendo celebra[Corroído]
16	te o referido Vigario Arcediago Doutor José Gr[e] [Corroído]
17	gorio Coelho, tudo conforme rito e cerimonia d[a] [Corroído]
18	Santa Igreja Catholica Apostolica Romana. E[Corroído]
19	[Corroído] testemunhas José Joaquim da Silva, commerc
20	[Corroído] nte, de idade quarenta annos e João Francisco
21	Baptista de quarenta annos de idade, lavrad[or]
22	o primeiro morador nesta cidade e o segund
23	[n]o Tapará deste districto: E Para constar lavre[i]
24	[e]ste termo em que comigo assignão os declaran
25	[tes] e as testemunhas do casamento, assigna a [Corroído]
26	da testemunha Baptista por não sa[b]er l[e]r [Corroído]
27	[es]crever Marcellino Antonio Lopes de Souza [Corroído]
28	[M]anoel Benedicto da Silva Es[c]rivão de [Paz] [Corroído]
29	[Corroído] escrevi e assignei
30	Manoel Benedicto da Silva
31	Dionysio Antonio Pereira
32	Anna Raymunda Baptista
33	José Joaquim da Silva

Este assento de casamento se encontra em mau estado de conservação no livro, com a fragmentação do papel nas laterais. Por isso a indicação de [corroído] ao longo da transcrição.

Mesmo danificado, este assento é importante por serem os nubentes negros. A única indicação está na palavra “livres”, no meio do texto

Observe que os noivos eram negros, livres e alfabetizados, tendo os dois assinado seus próprios nomes ao final do assento. Além disso, ambos era filhos legítimos.

Fonte: **CDHBA**, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Casamento B0, folha 16f, s.n. 1876.

Quadro 03 - Transcrição do assento de casamento número trinta e cinco

01	Assento de Casamento
02	Numero trinta e cinco. Aos Vinte dias do mez de
03	Julho do anno de Mil oito centos setenta e seis
04	neste Destricto de Paz da Parochia de Nossa
05	Senhora da Conceição, Municipio da Cida
06	de de Santarem Provincia do Pará. Compa
07	recerão em meu Cartorio Rozindo Antonio da Silva
08	e Maria Valeria de Brito, perante as testemu
09	nhas abaixo nomeadas e assignadas exhi
10	bindo Certidão passada no dia desenove do cor
11	rente, pelo Vigario da Parochia declararão que
12	no dito dia desenove do mesmo mes e anno as
13	seis horas da manhã na Igreja Matris se ca
14	sarão segundo o costume do Imperio, os referi
15	dos, Rozindo Antonio da Silva, filho de Joaquina
16	de Faria de Pai Incognito de vinte cinco anos
17	de idade natural de Alter do Chão, solteiro, car
18	pina, com Maria Valeria de Brito, filha de Jus
19	tiniana de Brito, de Pai Incognito, de vinte três
20	annos de idade, solteira, natural de Alenquer
21	digo natural de Alter do Chão, ambos morado
22	res no lugar denominado Pessy[?] districto da
23	Parochia de Nossa Senhora da Saudi, sendo
24	celebrante o referido Vigario Arcediago Doutor
25	José Gregorio Coelho; tudo conforme rito e ceri
26	monia da Santa Igreja Catholica Apostoli
27	ca Romana. Forão testemunhas Miguel
28	[fl.10v] Miguel Baptista Bello de Carvalho, de vinte
29	cinco annos de idade, sapateiro, e Manoel Fe
30	liciano Marques de trinta cinco annos, cala
31	fate, ambos moradores nesta cidade. E para
32	constar lavrei este termo em que comigo assi
33	gnam as testemunhas do casamento; arro
34	go dos cônjuges por diserem não saber ler
35	nem escrever assigna Thomas Aquino de
36	Merillis, e da testemunha Marques pelo mês
37	mo motivo assigna Romualdo Lins de
38	Macedo Duarte. Eu Manoel Benedicto da
39	Silva Escrivão e escrevi

Dentre os quatro documentos transcritos neste capítulo, este é o único assento onde ambos os noivos são filhos de pais incógnitos. Apesar de ser a exceção entre os nossos registros, essa era uma condição bastante comum nos casamentos, envolvendo pelo menos um dos noivos. Retomaremos a discussão sobre a condição de “pai incógnito mais a frente.

Ainda que residissem na Paróquia da Igreja de Nossa Senhora da Saúde em Alter do Chão, Rozindo e Maria Valéria se casaram na Igreja Matriz de Santarém.

O analfabetismo ainda era o padrão entre os habitantes do Brasil ao final do século XIX, e um indício a ser considerado quanto a condição socioeconômica dos indivíduos. Por isso era comum que terceiros assinassem a pedido (a rogo ou “arrego”, como escrito no assento) dos nubentes e/ou das

40	Manoel Benedicto da Silva
41	Thomaz de Aquino de Merillis
42	Romualdo Lins Macedo Duarte
43	Miguel Baptista Belo de Carvalho

Fonte: **CDHBA**, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Casamento, B0, folha 10 – 10v, número trinta e cinco, 1876.

Quadro 04 - transcrição do assento número trinta e seis

01	Assento de Casamento
02	Numero trinta e seis. Aos vinte dois de Julho
03	do anno de Mil oitocentos setenta e seis, nes
04	te districto de Paz da Parochia de Nossa
05	Senhora da Conceição, Municipio da Cida
06	de de Santarem Provincia do Pará, compa
07	receu em meu cartório, Manoel Gonsalves
08	Vianna e perante as testemunhas abaixo
09	nomeadas e assignadas, exhibindo certi
10	dão passada no dia vinte quatro de Ju
11	nho do mês passado, pelo Vigario da Parochia
12	declarou que no dia vinte do dito mês
13	de junho as seis horas da manha na Igreja
14	Matris se cazou segundo o costume do Im
15	perio, o referido Manoel Gonsalves Vianna
16	filho legitimo de Bento Gonsalves Vianna, e sua
17	mulher Floriania Ferreira das Neves, com vinte
18	quatro annos de idade, solteiro, Lavrador, com
19	Irenna Catharina Lopes, filha legitima de
20	José Evaristo Lopes e de Lourença Maria Lo
21	pes, com vinte annos de idade, solteira, am
22	bos naturais de Villa Franca e moradores
23	no lago Grande segundo Districto da mês
24	ma, sendo celebrante o referido Vigario Ar
25	cediogo Doutor José Gregorio Coelho, todo
26	conforme sita a cerimonia da Santa Igreja
27	Catholica Apostolica Romana. Farão tes
28	temunhas o capitão Manoel d'Oliveira
29	da Paz de cincoenta e cinco annos de idade
30	[fl.11] Empregado Publico e José Joaquim da
31	Silva de trinta e oito annos comerciante

Comparando as quatro certidões, podemos destacar algumas semelhanças: todas as cerimônias foram realizadas na Igreja Matriz de Santarém pelo Arcediago José Gregório Coelho. A opção de vir até a cidade para a cerimônia pode ter múltiplas razões, que não podemos confirmar, mas nos ajudam a pensar nas dinâmicas de movimentação de pessoas pelo território do município: a ausência de párocos permanentes nas localidades de origem, a oportunidade de conciliar vinda a cidade a negócios ou outros afazeres, a urgência na realização do matrimônio ou mesmo a obrigação de ir ao cartório formalizar o registro civil.

Outra característica constante é a faixa etária dos noivos, todos na casa dos vinte anos, com a exceção de Glicesia, que já estava em seu segundo casamento. Os locais de residência dos nubentes indicam também uma população muito distribuída pelo território do município de Santarém, incluindo os distritos de Vila Franca e Alter do Chão.

32	ambos moradores nesta cidade. E para cons
33	tar lavrei este termo em que comigo assi
34	gnam o declarante e as testemunhas do ca
35	zamento. Eu Manoel Benedicto da Silva
36	Escrivão o escrevi
37	Manoel Benedicto da Silva
38	Manoel Gonçalves Vianna
39	José Joaquim da Silveira
40	Manoel de Oliveira da Paz

Releia as transcrições, observando outras semelhanças entre os assentos. Repare também nas origens, profissões e idades das testemunhas. Elas são importantes para compreender a história das famílias, que começaremos a estudar a seguir.

Fonte: **CDHBA**, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Casamento, B0, folha 10 – 10v, número trinta e cinco, 1876.



HISTÓRIA EM DOCUMENTOS

O BRASIL IMPERIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Quando estudamos o Brasil sob o regime monárquico, em especial o período chamado de Segundo Reinado (1840 – 1889), acompanhamos o processo de construção de um país e sua nação. Até ali, a criação do Brasil não era um consenso entre todas as partes da América Portuguesa que tinham sido chamadas a fazer parte do Império Brasileiro. Tanto que, logo após a Independência, observamos uma série de revoltas em diversas províncias, insatisfeitas com a reorganização política, a perda de autonomia política e dos acordos estabelecidos com as cortes em Lisboa.

As relações de solidariedade e dependência entre as diferentes regiões geográficas daquilo que hoje chamamos de Brasil não estavam firmadas, e a instabilidade se estendeu durante todo o Período Regencial. O acordo das elites na organização política daquele recém-criado país só foi sacramentado com a precoce ascensão de Dom Pedro II ao trono em 1840. Começava então o desafio de fazer, dessas diferentes partes da antiga colônia portuguesa, uma unidade nacional.

Dentro desse contexto, os pontos referentes à população brasileira apresentados nos livros didáticos são, primeiramente, as políticas referentes à escravidão: primeiro com o fim do tráfico transatlântico através da lei Eusébio de Queirós, em 1850; sucedida

pela lei do ventre livre em 1872, e dos sexagenários em 1885; até que o trabalho escravo negro foi abolido em 1888.

Junto a esse lento e conflituoso processo de supressão do sistema escravista vem o segundo ponto sobre a população brasileira comumente estudado nesse período: as diversas iniciativas para a imigração de trabalhadores brancos europeus. É consenso que a vinda desses imigrantes cumpria uma dupla função para governantes e empresários envolvidos nas campanhas: tanto para substituir a força de trabalho negra, como também para promover o branqueamento da nação. Esse fluxo de pessoas rumo ao Brasil atingiu seu ápice no início do século XX, logo após a Proclamação da República, durante a chamada Belle Époque.

Observada assim, apenas pelas políticas de governo e/ou como força de trabalho para a economia do período estudado, a população brasileira passa despercebida em sua própria história. Ficam ausentes as resistências, os conflitos e, principalmente, a sua vivência. Isso não diminui a necessidade ou a importância de entender a formação política; o que defendemos aqui é a possibilidade de expansão, de perceber essas políticas, seus efeitos e consequências através da vida das pessoas, e dar a chance de entender o tempo histórico através de uma experiência mais próxima a que nós temos, a do cotidiano. Por isso, vamos analisar a população a sua organização social no Império a partir da história da família.

Outras formas de enxergar a população na História

A História da Família é uma linha temática de pesquisa muito relevante na produção acadêmica brasileira. Sua construção tomou forma a partir da década de 1970, e fez parte de um grande movimento de renovação temática e metodológica da História como área de conhecimento, que ficou conhecido como **Nova História**.

Desde então, as pesquisas vêm se dedicando cada vez mais a compreender o processo histórico através de diferentes grupos e classes sociais. Isso significa que o sentido da História não está restrito aos feitos e interesses dos “donos do poder”. Não interessa aos nossos estudos hoje olhar apenas para políticos, homens ricos ou os líderes de movimentos e revoluções, mas sim alcançar as pessoas comuns, a experiência do cotidiano. É na diversidade de origens,

interpretações e experiências que encontramos o entendimento da História e seus movimentos.

Antes desse processo de transformação, a família era um tema de menor importância para a História Tradicional. A primeira obra de referência sobre o assunto no Brasil, um movimento bastante ousado e destoante do resto da produção em Ciências Humanas na época, foi “Casa Grande e Senzala”, de 1933. Nela, o sociólogo Gilberto Freyre definiu o que seria o modelo padrão de família da elite brasileira desde o período colonial:

- branca, chefiada sempre por um homem, a quem competia o controle dos bens materiais e de poder autoritário sobre sua família e empregados;
- a esposa, sempre branca e submissa, tinha a vida dedicada aos afazeres domésticos e aos filhos;
- estes comporiam a pequena faixa de pessoas alfabetizadas da sociedade e constituiriam relações de casamento com filhos de famílias semelhantes, garantindo assim a concentração de riqueza e poder político entre poucos;
- os empregados, gente de cor e origem indígena ou negra, vivia sob a constante ameaça física e a exploração do trabalho, como vítimas e reprodutores das relações de violência e dependência das famílias para as quais trabalhavam.

A obra foi importantíssima para a compreensão das leis e costumes que fundamentam o **poder patriarcal**, até hoje muito presente na estrutura da nossa sociedade. Entretanto, a sua intensa difusão, associada a idealização cristã da família tradicional e aos padrões burgueses de casamento e construção de patrimônio, acabaram por cristalizar a família patriarcal como a ideal, a desejável, ou a única possível. Além disso produziu equívocos, como a ideia de que todas as famílias brancas na colônia eram ricas, aos moldes da casa grande.

Essa idealização tem invisibilizado ao longo do tempo outros tipos de famílias: as comandadas por mulheres, as famílias negras ou indígenas, os casamentos entre sujeitos de etnias e condições sociojurídicas diferentes (os libertos ou escravos) além daquelas estabelecidas por uniões informais e os indivíduos solitários, dentre outras possibilidades.

Imagem 02 - A representação da família patriarcal



DEBRET, J. B. Um funcionário a passeio com sua família, 1839 (Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo.)

Família, famílias

O peso do modelo patriarcal sobre as demais formas de composição familiar não foi questionado ou ampliado imediatamente, pois correspondia ao padrão da elite. Com a renovação metodológica da pesquisa histórica, houve um forte movimento de estudiosos em busca da família brasileira, tentando compreender detalhes da sua composição. As primeiras levadas de pesquisadores trabalharam com grandes quantidades de documentos (chamada de pesquisa serial), inspirados na metodologia estatística da demografia europeia, buscando observar no volume características como a idade ao casar, número de filhos e a expectativa de vida.

Os estudos também não se limitaram aos números ou estatísticas, investigando cada vez mais o cotidiano e as histórias de vida familiares. Mais do que determinar se o padrão obedecia ou não a regra patriarcal, as motivações e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas escolhas e formas de viver em família também ganharam destaque.

Logo de imediato alguns estereótipos sobre as famílias, especialmente as rurais, não se comprovaram na documentação: a ideia de casamentos precoces, com noivos muito jovens, ou de idades muito díspares (a imagem de homens mais velhos casando com mulheres muito jovens) não era o padrão dos matrimônios. Da mesma forma, a expectativa de famílias com 10 filhos ou mais não era a mais comum.

Além disso, o controle e rigidez da lei e da Igreja sobre o funcionamento das famílias também demonstrou ter tido alcance limitado. O **concubinato** era frequente, fosse em uniões longas ou efêmeras, entre solteiros e viúvos, ou mesmo envolvendo indivíduos previamente casados com outras pessoas, que saíam de casa em busca de outros relacionamentos.

A opção pelo concubinato não era determinada apenas por uma inadequação dos indivíduos às regras da religião. Muitas vezes era fruto da necessidade de buscar trabalho, que implicava em imigração, ou na permanência por longos períodos em outras localidades. Devemos considerar ainda as uniões estabelecidas à revelia da autorização dos pais ou senhores, e mesmo as dos casais que não professavam a fé católica, não sendo, portanto, oficializadas. Por isso, dadas essas múltiplas possibilidades, era grande o número de batismo de filhos naturais, bastardos ou ilegítimos, sem a designação do pai, apenas da mãe.

O avanço das pesquisas evidenciou cada vez mais que o papel feminino ia muito além de esposa virginal e mãe reclusa ou submissa. Ao longo do século XIX, dependendo do período e da região do Brasil, o percentual de famílias comandadas por mulheres, solteiras ou viúvas, chegava a 40% do total. Essas mulheres desenvolviam diversos tipos de atividades, seja na manutenção de propriedades herdadas de pais e maridos, ou em atividades de comércio de prestação de serviços, como lavadeiras, cozinheiras, feirantes, amas, ou domésticas, para aquelas de menor ou nenhuma posse material.

As uniões e nascimentos fora da ordem estabelecida pela Igreja e a relevância desse protagonismo feminino na liderança e manutenção das famílias foram duas evidências bem demarcadas para a revisão desse ideal patriarcal, mas não as únicas. Outro ponto importante percebido pelos estudos foi a diversidade de atividades e de condições materiais das famílias.

Desde o período colonial e por todo o Imperial, a posse da terra não era garantia de riqueza. A grande maioria das famílias desenvolvia a lavoura contando com o trabalho dos parentes e alguma mão de obra extra (entre escravos e assalariados), sem luxos ou descanso. Para elas, os ganhos sempre eram revertidos no incremento da produção, e a documentação sugere que viviam com bastante simplicidade, em habitações compostas de mobília e objetos básicos, às vezes mínimos.

Para as famílias no geral, abastadas ou não, o casamento de um dos membros e a formação de um novo núcleo dependia da disponibilidade de recursos materiais, e em ter condições de fazer bom uso desses recursos. O amparo de parentes, vizinhos ou outras famílias que desenvolvessem atividades semelhantes e pudessem se tornar parceiros econômicos era fundamental. Desavenças familiares, com a fragmentação ou perda de patrimônio eram causa comum da ruína de seus membros.

Assim, casar nem sempre significava adquirir uma propriedade nova, mas continuar no ambiente familiar de origem e incrementar a produção com a adição de novos membros. Outra opção seria imigrar e buscar alternativas em outros espaços, aderindo a famílias que desenvolvessem outras atividades, como o comércio. Ao final do Império, com o aumento do fluxo de imigração europeia, o crescimento das cidades e do trabalho assalariado urbano, a opção da troca da lavoura pelo trabalho urbano se torna mais atraente para os filhos de famílias de média propriedade, ingressando no serviço público e em atividades liberais.

Dentre muitos outros aspectos revelados pelas pesquisas em história da família, existe mais um particularmente importante para a nossa reflexão sobre o modelo de família patriarcal: o ideal de família branca. Como podemos ver pela própria lei que regulamentava os registros dos assentos em 1874, havia a previsão para que fosse informada a condição de livre, liberto ou cativo para a população negra, o que atesta a legitimidade e o costume dessas uniões.

A instrução permitindo o casamento de não brancos foi muito anterior ao Império. Desde a colônia, e com maior incentivo da Coroa portuguesa e da Igreja a partir do século XVIII, o casamento de populações indígenas foi realizado como forma de assimilação e engajamento desses indivíduos em favor da colonização. Independentemente da cor e da condição sociojurídica dos nubentes,

a regulação da vida das famílias através do matrimônio oficializado pela Igreja era entendida como parte de um tripé que ordenava a vida em sociedade (o batismo, o casamento e a extrema unção). Era a religião que fornecia e vigiava o principal código de regras obedecido pela população.

Mesmo que houvesse um caráter de controle por parte da religião e do Estado sobre a população, é importante considerar que a prática do casamento religioso era aceita e mesmo desejada, uma vez que não era imposta ou compulsória e que, quando impossibilitados ou proibidos, os casais partiam para outros arranjos e mantinham uniões informais. Por isso, os casamentos também servem de indício das transformações da sociedade, e de como povos e culturas diferentes puderam conformar uma sociedade.

Pelos resultados alcançados, é importante pontuar que as pesquisas em História da Família nunca se limitaram apenas a certidões de casamento. Inventários (vistos no capítulo anterior deste livro) e testamentos costumam ser a documentação principal, uma vez que detalham aspectos sociais e materiais dos indivíduos e seus herdeiros diretos. Outros dois tipos de documentos também bastante utilizados são os maços de população e mapas de família, grandes levantamentos populacionais divididos por paróquias (no caso dos mapas gerais de população) ou por domicílio (os mapas de famílias), em geral visando a cobrança de impostos ou o recrutamento de homens para o serviço militar.

Ainda assim, é possível observar muito do que foi exposto aqui e propor vários exercícios de análise e reflexão a partir dos assentos de casamento. Por isso vamos recuperar as certidões transcritas na seção documento, demonstrando os usos potenciais dessa fonte e como ela pode enriquecer o debate sobre História do Império em sala de aula.

Estudando História a partir dos documentos

Relembrando, todos os assentos de casamento apresentados neste capítulo são de um mesmo livro, o mais antigo do Cartório Sousa Alho, da cidade Santarém (PA), que compreende os anos de 1876 a 1878. O primeiro dos quatro registros que selecionamos é o de número treze, e atesta o casamento de João Henrique Emmett

e Glicesia Bacellicia Froz. O primeiro elemento a ser destacado é a questão da imigração, presente na figura do noivo e seus pais, o que promove um gancho entre o livro didático e o nosso capítulo.

A Amazônia, como as demais regiões do país, teve sua parcela de imigrantes estrangeiros atraídos pelas promessas de concessão de terras e vantagens dos governos provinciais e do Império. As maiores parcelas de imigrantes que vieram para região foram de portugueses, espanhóis e italianos, mas não foram as únicas.

Neste caso, João Emmett e sua família vieram dos Estados Unidos, e essa vinda não foi aleatória: Santarém foi uma das localidades escolhidas por famílias do sul dos EUA para emigrarem após a Guerra Civil, também chamada de **Guerra da Secessão** (1861 - 1865). Ainda que o movimento imigratório americano tenha sido pontual, essas famílias cumpriam com os mesmos interesses de branqueamento da população e expansão da produção agrícola no interior do território.

Glicesia Bacellicia Froz nos serve como exemplo de uma mulher chefe de família: o estado de viuvez a tornava independente do poder paterno ou do marido e, a menos que tivesse algum conflito de interesse entre ela e os demais herdeiros do marido que pudesse levar ao questionamento de sua capacidade na Justiça, era provável que fizesse a gestão de sua propriedade e a produtividade da lavoura sem a interferência de parente ou tutor. O fato de ter sido atribuída a ela a atividade de lavradora reforça que ela estava no controle de sua propriedade.

Podemos perceber as questões de produção agrícola, riqueza e alianças familiares ao lermos conjuntamente os assentos treze e trinta e seis (a quarta transcrição, ao final da primeira seção). Assim como João Emmett e Glicesia, Manoel Gonsalves Vianna e Irenna Catharina Lopes eram do Lago Grande de Curuai, distrito do município de Santarém. Esse distrito foi marcado pela produção de cacau durante todo o século XIX, sendo uma das regiões mais produtivas da província (como pode ser conferido no primeiro capítulo deste livro).

A designação “lavrador” não tinha caráter pejorativo nem servia de indicativo de pobreza, e o fato de residirem em uma localidade de intensa produtividade na verdade aumentam as chances de que ambos tivessem boas condições de renda. Somado a

isso, eram alfabetizados (pois todos assinaram seus próprios nomes nos assentos), estavam estabelecendo relações matrimoniais entre iguais, o que intensificava as possibilidades de produção combinada, e foram objeto de atração e aliança das famílias americanas, naquele momento já bem instaladas e proprietárias de largas extensões de terra na região.

Outro forte indicador das redes de parceiros das famílias são as testemunhas, nomeadas ao final de cada assento. É importante observar que não são as testemunhas do evento religioso, ocorrido nas suas localidades de origem, mas apenas do registro em cartório. Considerando que os quatro casamentos registados aconteceram fora da área urbana de Santarém (sendo dois no Lago Grande, um em Alter do Chão e o quarto sem que seja possível atribuir o local da cerimônia, mas de nubentes que residiam nos rios Aritapera e Tapará), essas testemunhas representam relações estendidas, para fora do universo doméstico ou de vizinhança, que poderiam ser de parentesco, de amizade e ou de negócios.

As transcrições dois e três (assento sem número e assento número trinta e cinco) apresentam outras especificidades que aparecem nos estudos de família e valem ser recuperadas para pensar a realidade amazônica, e do Baixo Amazonas em especial. A transcrição dois, do casamento de Dionysio Antonio Pereira e Anna Raymunda Baptista, reforça a necessidade de falarmos cada vez mais das populações negras, e principalmente falar delas para além da condição de trabalho escravo.

Este assento é especialmente provocador por serem ambos filhos legítimos, lavradores e alfabetizados, o que tradicionalmente seriam características atribuídas apenas aos habitantes brancos. Isso não significa negar as reações de violência e marginalização do sistema escravista para com as populações africanas e seus descendentes, mas pensar nas formas de resistência, organização e sucesso que não se restringem ao combate ou não estavam limitadas ao quilombo.

Nascidos livres, condição demarcada no assento, Dionysio Antonio e Anna Raymunda representam a soma de avanços provavelmente lentos e graduais de seus ancestrais: a conquista da liberdade, a aquisição de terras, a inserção no mundo produtivo como lavradores, e a possibilidade de acesso ao ensino, cuja oferta era bastante escassa mesmo para a população branca da região.

Esse, claro, é um caso e não significa que a maioria das famílias negras tivessem conseguido as mesmas condições materiais, sociais ou jurídicas. Mas refletir sobre a diversidade da composição familiar, de propriedade e de vivências negras que se construíram para além (ou apesar) das relações de exploração é importante antes, durante e depois da abolição.

Já o assento número trinta e cinco chama atenção pelo fato de que ambos os noivos são filhos naturais:

Rozindo Antonio da Silva, filho de Joaquina de Faria de Pai Incognito de vinte cinco annos de idade natural de Alter do Chão, solteiro, carpina, com Maria Valeria de Brito, filha de Justiniana de Brito, de Pai Incognito, de vinte três annos de idade, solteira, natural de Alenquer digo natural de Alter do Chão, ambos moradores no lugar denominado Pessy. (CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de casamento B0, n. 35, ano?)

O uso do termo “pai incógnito” não significa necessariamente que os noivos desconhecêssem seus pais biológicos (ainda que seja uma possibilidade a ser considerada), mas que provavelmente eram filhos de relações não reconhecidas pela Igreja, sem a celebração do matrimônio. Por isso o batismo não admitia a menção do nome do pai. Esta era inclusive condição reversível: como afirma o parágrafo 7º do artigo 63 da lei de regulamentação dos assentos de casamento de 1874 que citamos no início do texto, os filhos tidos antes do casamento deveriam ter seus nomes e idades citados no momento do registro do assento, e assim ficava reconhecida a partir dali a paternidade.

Além disso, é possível observar nesse assento origens socioeconômicas e redes de relacionamento diferentes das demais. Este é o único assento, dentre os selecionados, em que a atividade produtiva do noivo não é a de lavrador. Rozindo era carapina (carpinteiro), e dentre suas testemunhas temos um calafate e um sapateiro, homens de trabalho assalariado e especializado, mas sem indicativo de propriedade. Também divergindo dos demais registros, neste apenas uma das testemunhas era alfabetizada, e todos os demais presentes no cartório, incluindo os noivos, precisaram que outras pessoas assinassem o documento no lugar deles.

A proposta deste capítulo foi dar visibilidade à população, a gente comum do Baixo Amazonas durante o Brasil Imperial. Como mencionamos anteriormente, há pouco espaço no livro didático para falar sobre o cotidiano e as vivências da população brasileira; somase a isso a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sobre o crescimento e a organização das populações na Amazônia nesse período, em especial no Oeste da região.

Os estudos em história da família já estão em desenvolvimento, e eles se mostram um campo promissor para conhecer a composição populacional, as condições materiais em que viviam, suas atividades produtivas, suas redes de relações de parentesco e sociabilidade. Por isso acreditamos que levar as questões, os resultados, e principalmente as fontes de história da família para a sala de aula podem ser de grande utilidade para a ampliação das informações trazidas pelo livro didático.

Dentre os diversos tipos de documentos trabalhados por esta linha temática, os assentos de casamento são uma opção interessante pela sua natureza, estrutura e acessibilidade de leitura e entendimento. Ainda que eles não abarquem a diversidade de composições familiares (pois só registram aquelas que atendiam as regras da Igreja Católica para sua oficialização), permitem uma primeira reflexão sobre a diversidade de origem, idades, profissões e relações sociais estabelecidas pelos nubentes e suas famílias.

Com um pequeno conjunto de quatro assentos, pudemos constatar padrões como os de idade e tipos de atividades econômicas, mas também pensar na diversidade a partir de sujeitos vindos de outras partes e distribuídos por localidades muito diferentes dentro do município de Santarém. É preciso pensar a ocupação da região para além do espaço da cidade e reconhecer as vivências em seus múltiplos espaços, bem como a circulação de seus habitantes. O ideal de urbanização e modernidade de hoje nos impede muitas vezes de compreender outros tipos de experiência de morar, trabalhar e socializar.

Entender que famílias tem origens e composições diversas nos ajuda a repensar os discursos e desafios do presente. Muito diferente do que o pensamento conservador costuma defender, a família não se resume a um modelo único e idealizado, mas se constrói a partir das crenças, oportunidades e limitações enfrentadas pelos indivíduos.

A defesa pelo reconhecimento de sua diversidade, por garantias e proteções independente de religião, cor, gênero e origem daqueles que compõem uma família é parte desse processo.

Glossário

- **Concubinato:** De acordo com o Dicionário Online de Português, concubinato é a “condição do casal que vive junto em união estável, mas que não tem seu relacionamento reconhecido legalmente. Estado da relação cujas pessoas envolvidas não estão casadas (uma com a outra).” Ver: <https://www.dicio.com.br/concubinato/>
- **Grandes Navegações:** este termo se refere ao período entre os séculos XV e XVI em que Portugal e Espanha deram início a exploração do Oceano Atlântico, levando a chegada dos europeus ao Novo Mundo e ao início da colonização das Américas. Esse movimento não se restringiu apenas a essas duas nações nem apenas ao continente americano, alcançando diversos pontos da Ásia e da Oceania, além de todo a costa africana.
- **Guerra da Secessão:** Também conhecida por Guerra Civil Americana, ocorreu entre 1861 e 1865, tendo como motivação principal (mas não única) a proposta de proibição da escravidão nos Estados Unidos. Esta questão vinha sendo discutida uma década antes e era defendida por Abraham Lincoln, enquanto fortemente rejeitada pelos estados do sul dos Estados Unidos, onde se concentrava a maior parte da mão de obra escrava daquele país. Com a eleição de Lincoln como presidente, houve o levante dos estados sulistas, organizados como Estados Confederados. A ameaça separatista levou ao conflito, encerrado com a derrota dos Confederados.
- **Nova História:** movimento de renovação teórica e metodológica dos estudos em História a partir dos anos de 1960. Inspirados pelos movimentos políticos da época, como a descolonização europeia da Ásia e da África, os pesquisadores passaram a romper com a tradição de entender a História a partir de um olhar eurocêntrico, restrito a narrativa oficial dos Estados, preso a estruturas econômicas ou figuras públicas, buscando alcançar uma “história vista de baixo”, a partir das pessoas comuns. Inspirados pela

Antropologia, a História expandiu em busca de novos temas, novas fontes e novos métodos.

- **Padroado:** conjunto de acordos estabelecidos entre Portugal e a Santa Sé em Roma, estabelecendo as condições da parceria entre Estado e religião nos novos territórios anexados pelo Império português a partir da Expansão Marítima.
 - **Poder patriarcal:** instituído pelo costume e ratificado pela legislação, religião e outros conjuntos de regras e códigos, o poder patriarcal ou patriarcado institui a figura masculina como aquela a quem compete o exercício do poder, seja político, econômico ou religioso, tanto no âmbito privado como público
-



APRENDENDO COM DOCUMENTOS

As atividades a seguir foram pensadas para serem realizadas em sala de aula, mediadas pelo professor, mas podem também ser desenvolvidas individualmente ou em grupo.

1. Primeiramente, vamos pensar na estrutura do documento que conhecemos neste capítulo, o assento de casamento. Para essa atividade, você irá precisar de uma certidão de casamento civil recente. Pode ser de um familiar, conhecidos ou um modelo retirado da internet. Faça uma cópia ou tire uma foto do documento. Compare o documento que você tem em mãos com os aqui apresentados. Quais diferenças e semelhanças podem ser notadas a partir da comparação? A retirada do caráter religioso alterou muito sua estrutura? Compartilhe suas observações com o professor e os colegas

2. Ao longo da exposição feita sobre a família brasileira no Brasil Imperial, destacamos a importância de entender a composição da família a partir da origem e diversidade de seus membros; e como o poder regulador da Igreja poderia implicar no não reconhecimento de direitos para as famílias que se constituíam sem o rito religioso do matrimônio. Revendo as transcrições dos assentos e o livro didático, responda:

- Como as mulheres poderiam adquirir autonomia e exceder os limites estabelecidos pelo poder patriarcal?
- Quais condições poderiam justificar a opção por uniões amorosas informais, que resultavam no não reconhecimento da paternidade na documentação, representada pela expressão “pai incógnito”?
- Que informações ou elementos presentes na documentação podem nos permitir enxergar as famílias negras livres e escravas? Como o casamento de Dionísyo e Anna Raymunda quebram com o estereótipo sobre as famílias e as vivências negras durante a vigência da escravidão? Quais possibilidades este caso pode indicar?

3. O modelo de família patriarcal, definido por Gilberto Freyre em “Casa grande e senzala” nos ajudou a entender a estrutura de poder que organiza(va) a sociedade brasileira, mas foi necessário aprender a olhar para além dele e reconhecer que outras famílias também existem: famílias chefiadas por mulheres, ou construídas sem a oficialização junto a Igreja ou o Estado. Quais os desafios de visibilidade e reconhecimento das famílias hoje? Quais os tipos de família que se encontram marginalizadas da história, ou vulneráveis, sem contar com a proteção das leis?

Faça uma pesquisa em portais de jornais e revistas, preferencialmente da sua cidade ou região, sobre notícias envolvendo famílias em seções diferentes (Polícia, Cotidiano, Cultura), coletando as principais matérias.

Você pode também substituir a pesquisa por uma entrevista com um representante religioso ou agente do estado envolvido diretamente em questões de família, caso conheça ou tenha acesso a alguém que trabalhe nessas esferas. Consulte seu entrevistado sobre o tipo de atuação que desenvolve, as regras ou conhecimentos que embasam as ações desempenhadas pelo entrevistado e as principais dificuldades ou limites que enfrenta.

Apresente o conjunto de matérias encontradas nos portais ou as respostas do seu entrevistado para o professor e demais colegas.

A partir do conjunto de informações compartilhadas, estabeleçam as principais ou mais recorrentes, debatendo sobre as percepções do grupo em sala de aula: também reconhecem os

resultados como relevantes? Já tinham conhecimento ou opinião sobre o que foi levantando e dito? Existe um consenso do grupo sobre o conceito de família, e a forma como a sociedade a entende?

PARA SABER MAIS CONFIRA AS REFERÊNCIAS

AUGUSTO, I. T. C. **Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, 198p.

BRASIL DECRETO N. 5604, de 25 de ABRIL de 1874. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/566340/publicacao/15778226> (Acesso em 6 de abril em 2021)

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CANCELA, C. D. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870 1920)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

CONDE, d'E. **Princesa Isabel e outras pessoas: retrato**. S.l.: s.n., 186-?. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=35571. Acesso em: 6 abr. 2021.

CUNHA, M. S. da.; NUNES, A. C. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. **Revista Tempo**, Niterói, v. 22, n. 39, p. 001-030, jan./abr. 2016.

DIAS, M. O. L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, S. de C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, K. de Q. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

PANTOJA, Letícia Souto. Au jour le jour - cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910). 2005. 357 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005

SAMARA, E. de M. A família no Brasil: história e historiografia. **Revista História**, v. 2, n. 2, p. 07-21, São Paulo, jul./dez. 1997.

SANTOS, A. G. da S. O casamento na implantação do casamento civil brasileiro (1874 – 1916). *In*: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, v. I, 2016, . **Anais [...]**. : , 2016. . Disponível em: <https://www.seo.org.br/anais-posgrad>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SILVA, M. B. N. da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e; NOVAES, Fernando (org.) **História da vida privada no Brasil**. v. 2 São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OS REGISTROS DE NASCIMENTO: UMA PERSPETIVA DE ANÁLISE SOBRE MIGRAÇÕES NA AMAZONIA (1937-1945)



Fonte: PEREIRA, J. C. M. Amazônia: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 de abril de 2021.

AUTORES

Lademe de Sousa Correia
Gefferson Ramos Rodrigues

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Ivonely de Brito Pereira
Jossana Ricelle da Silva Gonçalves

*DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.91-118



OS REGISTROS DE NASCIMENTOS

Os registros de nascimento, assim como os registros de casamento e óbito são denominados de “fatos vitais”, pelos profissionais da área da saúde e de “[...] fatos naturais.” (BOUSQUET NETTO, 2019, p. 26), pelos profissionais do campo jurídico. O registro desse conjunto de documentos é, atualmente, de responsabilidade dos cartórios. Mas, nem sempre foi assim. Em outros períodos históricos, essa era uma atividade de incumbência das instituições religiosas.

Ainda que a prática de registrar as populações, remontem à antiguidade, somente no período que conhecemos como Idade Média, que essa atividade foi um pouco mais difundida. A Igreja realizou registros de seus fiéis, religiosos e seculares, nobres e plebeus, com o objetivo de celebrar missas por suas almas e ainda para distinguir aqueles que eram considerados merecedores de sepultura cristã (PESSOA, 2006). Mas, a maior sistematização dos registros de nascimento, casamento e óbito só veio mesmo com o Concílio de Trento (1560-1565) quando estes documentos se tornaram obrigatórios e de responsabilidade das paróquias.

No Brasil, a exigência para a realização desses registros foi regulamentada com as “Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia”, de 1707, que adaptava as determinações do Concílio Trento à América portuguesa. Em 1870, o Imperador D. Pedro II, determinou o recenseamento da população a cada dez anos e a organização dos registros de nascimento, casamento e óbito. A Diretoria Geral de Estatística, criada nesse mesmo momento, ficaria responsável por recolher os dados junto às autoridades eclesiásticas e a divulgá-los. Depois de algumas alterações, o registro de nascimento foi regulamentado em 1889, após a Proclamação da República. Com a primeira Constituição da República em 1891, o Estado passou a ser laico, deixou de ser oficialmente católico e, assim, foi retirada da Igreja a responsabilidade da realização dos registros, criando o Registro Civil de Pessoas Naturais.

A população levou um tempo até adequar-se a essa nova realidade. Isso porque os próprios religiosos desestimulavam o registro em Cartório. As grandes distâncias entre o local de

nascimento e o Cartório, também dificultavam as pessoas de realizarem os registros. Assim, os registros de batismo, feitos pelos párocos, continuaram a ter efeito legal por muitos anos. Além do mais, a Igreja por meio de suas paróquias, já contava com uma estrutura toda montada para realização desses registros, de modo que, isso facilitava enormemente os cidadãos a realizarem o registro ainda na Igreja (BASSANEZI, 2013). Um exemplo dessa predominância do registro religioso em detrimento do registro civil, pode ser exemplificado pelo conteúdo de uma matéria publicada, em 9 de fevereiro de 1930, num jornal de Santarém, intitulado *A Cidade*, que abordou a questão da pouca importância que os pais davam ao registro civil de nascimento de seus filhos. O jornal afirmou que em 1928, somente 54 crianças foram registradas em Cartório, enquanto nos registros religiosos o número era de 1.156 crianças batizadas, portanto, bem maior (LOURENÇO, 1999).

O fato mostra como esse tipo de fonte, apesar de constituir um registro dos mais importantes para se estudar as dinâmicas populacionais, não deve ser analisado em separado. Pelo menos, nas primeiras décadas da República, o cruzamento das fontes do Cartório com os documentos da Igreja é uma tarefa indispensável.

Como visto, os registros de nascimento, casamento e óbito guardam algumas semelhanças entre si. Mas, neste capítulo iremos tratar, especificamente dos registros de nascimento, da primeira metade do século XX, os outros dois tipos de registros são analisados em outros capítulos deste livro.

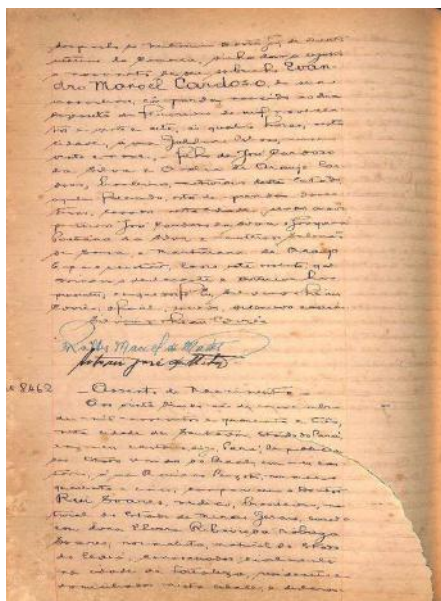
Na década de 1940, ao nascer, uma criança deveria ser registrada no Cartório, à semelhança do que ocorre nos tempos atuais. O registro deveria ser realizado pelos próprios pais. Mas, era muito comum na época que esse registro fosse feito por outra pessoa, o “declarante”. O registro era pago, mas como nem sempre os pais tinham condições de pagar, muitas crianças ficavam sem registro até idade avançada. Quando feito regularmente, no registro tinha que constar o nome dos pais, ocupação, naturalidade, estado civil e domicílio, além dos nomes dos avós paternos e maternos. Sobre o recém-nascido deveria constar o nome, dia, mês, ano, hora e local de nascimento, além da cor, sexo. E ao final, encerrando, no documento era preciso constar as assinaturas, do declarante, geralmente, um dos pais e as testemunhas – por vezes, constando

suas ocupações e residência. O escrivão do Cartório, responsável por lavrar o documento, também assinava ao final.

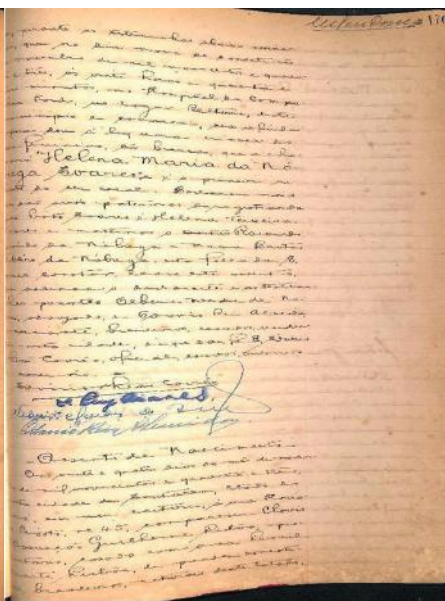
Observe a seguir, a imagem do **assento de nascimento** de número 8.642, de 1943e, logo abaixo, sua transcrição.

Documento: Assento de nascimento 8.462

Parte 1



Parte 2



Fonte: Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Nascimento A-28, fls. 169v-170, 1943.

Transcrição do Assento de Nascimento nº 8.462

Aos vinte dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e três, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, em meu cartorio, digo, Pará: Republica dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartorio, à rua Floriano Peixoto, numero quarenta e cinco, compareceu o Doutor Rui Soares, medico, brasileiro, natural do Estado de Minas Gerais, casado com dona Elvira Ribeiro da Nóbrega Soares, normalista, natural do Estado do Ceará, consorciados civilmente na cidade de Fortaleza, residentes e domiciliados nesta cidade, e declarou, perante as testemunhas abaixo assinadas, que no dia nove do corrente mês de novembro de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Hospital da Companhia Ford, no lugar Belterra, deste municipio e comarca, sua referida esposa deu à luz uma criança do sexo feminino, côr branca, que se chamará "Helena Maria da Nóbrega Soares" e é o primeiro rebento do seu casal. Declarou mais que são avós paternos da registranda

José Pinto Soares e Helena Teixeira Soares e maternos o Doutor Raimundo “Garrido (?)” da Nóbrega e Maria Dantas Ribeiro da Nóbrega, esta falecida. E para constar, lavro este assento, que assinam o declarante e as testemunhas presentes Alberico Mendes Novóia, advogado, e Adorico Reis Almeida, comerciante, brasileiros, casados, residentes nesta cidade, do que dou fé. Eu Silverio Leau Corrêa, oficial escrevi, subscrevo e assino. Silverio Leau Corrêa; Ruy Soares; Alberico Mendes Novóia; Odorico Reis Almeida.

A escrituração do documento variou ao longo do século XX, mas, nos anos 1940, eram essas as informações que deveriam estar presentes em um assento de nascimento, que, pelo menos no caso aqui tratado, era feito à mão. Às vezes, um detalhe ou outropoderia variar, mas eram esses os dados essenciais.

Como foi afirmado anteriormente, geralmente, a criança não era registrada imediatamente após o seu nascimento, como acontece hoje, havia um lapso entre a data de nascimento e a data do registro, fato que implicava em um número considerável de pessoas que mesmo na idade adulta, não possuíam o documento. Ainda hoje ocorrem situações como esta. Entre as condições que ocasionavam esta defasagem estão: distância entre o local de nascimento e o Cartório, condição financeira dos pais, entre outras, fatores que podem oferecer indícios para pesquisas que queiram analisar as condições sociais das famílias, por exemplo. Aos registrados, dados como o local de nascimento – se em Hospital ou em casa (certamente, por mãos de parteira) – podem dizer muito também sobre as condições sociais dos bebês. Outro dado que não pode ser menosprezado é o lugar de nascimento, já que muitos nasciam em comunidades e apenas faziam o registro na cidade. Diferente dos dias de hoje, não era comum os pais da criança fazerem o registro. Em geral, isso era papel para alguém que possuía a confiança de comunitários, já que era muito frequente um mesmo declarante fazer o registro para vários pais.

Num país miscigenado como o Brasil, a cor da criança é uma informação essencial e o estudo desse aspecto tem se revelado de grande importância. É fundamental saber quais eram os tipos físicos mais comuns que nasciam na região, ainda que essa classificação possa refletir muito mais o ponto de vista de quem o registrou, ou seja, do escrivão do Cartório. Essa instituição, herdeira do período colonial, era comandada pelas pessoas consideradas mais

importantes do lugar. Elas tinham, até a Constituição de 1988, o direito de passar os seus estabelecimentos para membros de sua própria família, o que talvez fosse mais apropriado considerar um privilégio, fato um tanto surpreendente em uma sociedade que se pretende liberal ficando, assim, mais uma sugestão de pesquisa para aqueles que se interessam em saber mais sobre quem as elites locais de um determinado lugar. Bastará saber apenas quem está à frente dos Cartórios.

As possibilidades de investigação com um documento como esse são as mais variadas, mas, neste capítulo, pretende-se privilegiar as informações relevantes para se pensar o tema das migrações, que podem ser analisadas por meio das informações constantes nos registros de nascimento, como a naturalidade dos pais das crianças registradas e, às vezes, a dos avós. Informações relevantes quando o objetivo é conhecer com maiores detalhes os fluxos migratórios.

Nosso interesse neste capítulo é tratar sobre um dos processos de intenso fluxo migratório na Amazônia. Nesta região houve ao menos três importantes movimentos de migrantes, o primeiro deles foi de fins do século XIX até início do século XX, no que ficou conhecido como período áureo da borracha. Nesse período, Amazônia recebeu pessoas de diversos países, como Espanha, Portugal, Itália, Líbano e, também recebeu imigrantes nacionais, com destaque para os nordestinos que estiveram presentes em grande número (EMMI, 2013).

O segundo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial quando houve grande incremento da extração de látex na floresta principalmente para alimentar a indústria armamentista e automobilística. Com isso, ocorreu uma forte migração de trabalhadores provenientes do Nordeste para a região, os chamados “Soldados da Borracha”. O modo genérico com que essa migração é referida, falando-se simplesmente de migrantes “nordestinos”, ou seja, sem distinguir de qual dos nove estados do Nordeste vieram esses trabalhadores e trabalhadoras, já demonstra o potencial esclarecedor de documentos como este. Embora as populações do Nordeste fossem o grupo predominante, na verdade, a Amazônia passou por um processo migratório que a fez receber pessoas de diversos estados do Brasil e também pessoas oriundas do exterior.

O terceiro **movimento migratório**, que abordaremos neste capítulo, ocorreu de 1934 a 1945, período no qual a Ford Motor

Company, sediada em Dearborn, Michigan, Estados Unidos, negociou com o governo brasileiro e fundou a Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), empresa responsável por construir duas cidades no interior da Amazônia, Fordlândia e Belterra, sendo esta última objeto de interesse deste capítulo, abordado na seção a seguir.



HISTÓRIA EM DOCUMENTOS

PROCESSO MIGRATÓRIO NA AMAZÔNIA SONHADA POR FORD

Foram, certamente, as oportunidades financeiras oferecidas pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), o principal fator que motivou o “Doutor” Rui Soares, médico, natural de Minas Gerais, e sua esposa, a normalista Elvira Ribeiro da Nóbrega Soares, natural do Ceará, a **emigrar** para Belterra. Como mostra o documento, transcrito na primeira seção deste capítulo, os dois se casaram em Fortaleza, mas em 1943, estavam em Belterra, onde tiveram sua primeira filha, Helena Maria da Nóbrega Soares, de “cor branca” nascida no Hospital da Companhia Ford, no dia nove de novembro do referido ano, às vinte horas e quarenta e cinco minutos. Mesmo ano e mês, no qual seu pai a registrou no cartório.

Também não deve ter sido muito diferente a motivação do casal e Nelly Sodero Towrserd de emigrarem para Belterra. Edward nasceu nos Estados Unidos e era funcionário da Companhia Ford, enquanto ela, de “**prendas domésticas**”, nasceu em São Paulo, mesmo estado onde se casou com Edward. Eles foram pais de uma criança “de cor branca”, de nome Tancredo Sodero Towrserd, o primeiro filho do casal, nascido no dia 6 de dezembro de 1942, às nove horas da manhã, também no Hospital da Companhia Ford em Belterra. Seu registro foi feito no dia 16 do mesmo mês, pelo Sr. Paulo Rodrigues dos Santos, “comerciário”, residente em Santarém. Os avós paternos de Tancredo eram Charles Henry Tyler Towrserd e Margaret Lyer Towrserd, e maternos Fernando Martins Sodero e Paula Rodrigues Sodero.

Eleuterio Caitano dos Santos, lavrador, e Maria de Lourdes dos Santos, de “prendas domésticas”, ambos nascidos no Estado do

Ceará, à semelhança dos casais referidos anteriormente, também compuseram o número de **imigrantes** que estiveram na região amazônica, por conta das oportunidades de trabalho oferecidas pela Companhia Ford. Eles se casaram em São Luiz de Curú, no Ceará, mas em 1943, estavam em Belterra, onde, às duas horas, do dia 3 de setembro, do referido ano, nasceu sua filha Maria Ismar dos Santos, de “côr morena”. A pequena Ismar foi registrada no Cartório, no dia 9 de setembro do mesmo ano, pelo Sr. Paulo Rodrigues dos Santos, “agente comercial”, residente em Santarém. Portanto, pode-se observar que tanto Ismar, quanto Tancredo, foram registrados pelo mesmo indivíduo.

A oportunidade de ocupar uma função na CFIB, talvez seja uma das poucas características que une essas três famílias. Fica claro, como se pode notar nas informações coletadas nos registros de nascimentos aqui apresentados, que as três famílias não ocupavam o mesmo lugar socioeconômico, no espaço urbano construído pela empresa de Ford em Belterra. Afinal, um dos trabalhadores, o Sr. Lyer Towrserd era norte-americano e como os demais, seus compatriotas, foi para Belterra, ocupar, provavelmente, um cargo relacionado a parte administrativa da empresa, ou outra função que requer uma formação específica, os “graduados”, como denominavam naquele período, profissionais que ocupavam funções consideradas mais importantes. Já o “Doutor” Rui Soares, certamente, emigrou para ocupar a “importante” função de médico no Hospital da Companhia, onde nasceu sua filha e o filho do Sr Towrsed. Enquanto o Sr. Eleuterio Caitano dos Santos, migrante cearense, ocupava a função de lavrador, portanto, uma função para a qual não era exigido um alto grau de instrução ou escolarização formal. Situação esta, que nos faz supor que, as três famílias não gozavam das mesmas benesses.

Como afirmamos na primeira seção deste texto, os registros de nascimento, podem ser fontes importantes para pensar o processo migratório. Para o período de interesse desta pesquisa, consultamos o acervo do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), nos anos de 1934 a 1945. Não foram encontrados registros de nascimento somente nos anos de 1934, 1935 e 1936, portanto, esses três primeiros anos não constam nos dados apresentados. Mas, os dados coletados de 1937 a 1945 podem sugerir algumas questões, como veremos no decorrer deste texto.

Nesse período foram registradas no Cartório Souza Alho, situado em Santarém, 246 pessoas nascidas em Belterra. Como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 - Relação de quantidade de pessoas nascidas em Belterra entre de 1937 e 1945

1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
4	1	4	19	13	38	53	34	74

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 - A-35, 1937-1945.

Podemos ver que a partir de 1942 o número de assentos de nascimento aumentou. Em muitos destes documentos constam a ocupação exercida pelos pais da pessoa registrada. Com base nesses dados elaboramos um parcial, mas importante panorama das principais profissões exercidas pelos migrantes do sexo masculino, nas terras ocupadas pela CFIB:

Quadro 2 - Ocupação exercida pelos migrantes em Belterra (1937-1945)

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Prático de Farmácia	1
Agricultor	3
Artista	5
Artista-carpinteiro	1
Carpinteiro	10
Chofer	1
Cirurgião dentista	1
Comerciante	10
Comerciário	11
Cozinheiro	1
Criador	3
Engenheiro mecânico	1

Funcionário da Companhia Ford Industrial do Brasil	13
Funcionário Federal	1
Guarda-livros	3
Industriário	1
Lavrador	25
Marítimo	1
Mecânico	5
Médico	3
Não especificado/Ignorado	126
Operário	7
Pastor Evangélico	1
Prático de Engenharia Civil	2
Químico	1
Técnico de Laboratório	2
Técnico de Plantação de Borracha	1
Telegrafista	1

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 - A-35, 1937-1945.

Podemos observar uma diversidade de ocupações, muitas das quais necessitavam de um conhecimento específico para serem realizadas, como a função de técnico de laboratório, médico, químico, técnico de plantação de borracha, prático de engenharia civil. Essas funções especializadas eram realizadas pelos chamados “graduados”, que como o próprio nome sugere, precisava de certo grau de instrução para que fossem exercidas. Nota-se que eram ocupações que contavam com um quantitativo menor de pessoas, eram os considerados privilegiados, que ocupavam as melhores residências na cidade construída pela CFIB. Os comerciantes ou comerciários, ambas as grafias se referem a mesma função, constam em número expressivo. Os lavradores também constam em importante quantidade. Essa função era ocupada por funcionários da CFIB, mas havia também os lavradores das pequenas propriedades onde se praticava a atividade agrícola extrativa, que dividiam o espaço com as terras da Companhia. Provavelmente, eram lavradores que já habitavam a região antes da empresa se instalar lá (LOURENÇO, 1999).

Alguns registros apenas informam que o pai da criança nascida era funcionário da CIFB, não especificando a ocupação. Outros informam a ocupação, mas não indicam o local de trabalho. Provavelmente, muitas das funções específicas, citadas no início do parágrafo anterior, eram exercidas por funcionários da CFIB. Por exemplo, a função de técnico em plantação de borracha, encontrada no registro de número 6.811, do livro A- 24, do acervo do CDHBA, era exercida por um norte-americano, portanto, certamente, trava-se de um funcionário da CFIB, assim como deixa ver o próprio nome da função exercida, visto que a plantação de borracha era o principal objetivo da empresa de Ford.

Nota-se também no quadro 2, uma quantidade de sete indivíduos que exerceram a função de operário, destes cinco eram migrantes cearenses, conforme verificamos nos documentos. Certamente houve uma quantidade bem maior do que a encontrada nos registros de nascimento, pois era necessário um número expressivo de operários, para manter a CFIB em funcionamento. Embora exigisse algum grau de conhecimento técnico para o exercício dessa função, na maioria das vezes, não era necessário um alto grau de escolarização.

Os indivíduos que exerceram essas funções apresentadas no quadro 2, são alguns dos personagens que compõem parte da história dos intentos de Henry Ford, na Amazônia, e que estiveram em Belterra no período da saga da CFIB, na região. Esta empresa havia se instalado, no ano de 1928, primeiramente, na localidade de Boa Vista, às margens do rio Tapajós, onde seria construída a cidade de Fordlândia, atual, distrito de Aveiro, no Pará. No referido ano, aportava na região os navios Lake Ormock e Farge para desembarcar o maquinário e funcionários, como médico, engenheiro, contador e alguns gerentes, que dariam início à tentativa de Ford de produzir látex, matéria-prima necessária para atender às necessidades da sua indústria de fabricação de automóveis, localizada em Detroit. Com esse empreendimento, Ford pretendia fugir do monopólio britânico de produção do látex, que encarecia os produtos da sua indústria.

Após as negociações entre o governo estadual paraense e a Ford Motor Company foi concedida a esta última uma extensa área na região onde viria a ser construída Fordlândia. A extensão da propriedade era “[...] comparável em tamanho a um estado americano de porte médio.” (GRANDIN, 2010, p. 17). Nesta área,

a predominante paisagem de floresta deu lugar a uma localidade planejada, construída sob os padrões de cidades norte-americanas. Eram os braços do capital se estendendo, uma vez mais, sobre Amazônia brasileira, semelhante ao que havia ocorrido em outros pontos dessa região, em outros períodos históricos, como mencionamos na primeira seção deste capítulo.

Fordlândia, a cidade edificada pela CFIB, contou com a construção de 2.000 casas, um hospital, uma serraria, entre outras construções, causando admiração naqueles que por lá passaram, devido à sua “[...] soberba infraestrutura, sem rival a milhares de quilômetros, em qualquer direção. As casas de madeira bem alinhadas, os alojamentos, armazéns e refeitórios, arrancavam elogios de visitantes brasileiros [...]” (DEAN, 1989, p. 114).

Entretanto, tal façanha, desde o início, custou a vida de muitas pessoas. “Exaustão e doenças dominavam os trabalhadores contratados que compunham a primeira equipe de Fordlândia quando eles abriam caminho na densa floresta com facões e machados.” (GRANDIN, 2020, p. 148). Estes trabalhadores estavam expostos a ataques de animais peçonhentos e de insetos que provocam doenças, contribuindo assim para uma alta taxa de mortalidade.

Imagem 1 - “Trabalhadores da limpeza da floresta em pose para a foto”



Fonte: GRANDIN, G. **Fordlândia:** ascensão e queda da cidade esquecida Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

À época o governo estadual concedeu à Companhia Ford ampla anuência para usufruto do local, como a isenção de impostos por um período de cinquenta anos, além da permissão para a realização de atividades agrícolas, exploração mineral, construção de estradas, portos e edifícios, sem que para isso fosse necessária qualquer aprovação prévia de órgãos governamentais brasileiros. Portanto, a empresa tinha considerável autonomia para gerir sua concessão, que se deu com a utilização da mão-de-obra oriunda de regiões próximas, mas também de outros estados e do exterior. Essa abertura de vagas de trabalho contribuiu para o fluxo migratório na região oeste do Pará, naquele período.

Apesar de todos os benefícios governamentais dispensados à CFIB, os problemas não tardaram em aparecer em Fordlândia. Nem a natureza, nem as relações entre os migrantes brasileiros e os norte-americanos pareciam querer contribuir com os intentos fordistas na região. O objetivo da Companhia de realizar o plantio da *Hevea Brasiliensis*, a popular seringueira, no regime de plantation, para não ter que depender da borracha britânica, aos poucos foi sendo frustrado.

O plantio da seringueira, realizado pela CFIB, não respeitou a distância necessária entre as árvores, fato revelador da falta de planejamento e estudo da área por parte da empresa. A proximidade entre as seringueiras funcionava como um facilitador na disseminação do *Microcyclus*, popularmente conhecido como fungo das folhas, que se alastrava pelo seringal causando o apodrecimento das árvores.

Constatou-se no decorrer do tempo que a própria escolha da área onde foi fundada Fordlândia, não era apropriada para atingir os objetivos da CFIB. A área estava localizada numa região de desnível que sofria inundações frequentes, dificultando a aplicação de pesticidas. Além disso, sua proximidade com o rio favorecia a incidência de mosquitos e, conseqüentemente, de doenças, como a febre amarela, por exemplo.

Os migrantes contratados pela Companhia Ford, para desenvolver o trabalho, se mostraram insatisfeitos em diversas ocasiões. Nesse sentido, ficou bem conhecido o movimento do “Quebra Panelas”, ocorrido no dia 2 de dezembro de 1930, quando os trabalhadores, em protesto, quebraram diversos espaços da CFIB, como o refeitório, o porto e a central de comunicações, deixando

um prejuízo de 25 mil dólares para a empresa. Os trabalhadores reivindicavam, entre outras coisas, o fornecimento de alimentação adequada aos costumes locais. Os norte-americanos queriam impor hábitos alimentares incomuns às pessoas da região. Decidiram proibir o consumo de farinha, por exemplo. Os trabalhadores reagiram provocando perdas financeiras à CFIB, pelo que foram punidos com a prisão dos líderes do movimento e a demissão de muitos funcionários.

Este é somente um dos muitos problemas com o qual a CFIB se deparou na gestão dos seus funcionários em Fordlândia. Essas e outras adversidades impulsionaram a empresa a buscar um espaço de atuação que atendesse melhor aos seus objetivos. Surgiu como possibilidade a exploração de outra localidade, desta vez numa área de planalto, que ao menos não traria os problemas de alagamento recorrentes na primeira instalação. Assim, a CFIB trocou uma área de Fordlândia, por outra equivalente em tamanho (202 mil hectares), na região onde foi fundada Belterra, no ano de 1934.

Em Belterra foram construídas instalações semelhantes às de Fordlândia, “[...] nos moldes das cidades-empresa já experimentadas nos Estados Unidos.” (PEREIRA, 2013, p. 136). Aos poucos foram sendo erigidas as habitações, como o hospital, as escolas, as igrejas, a serraria entre outras edificações, que foram construídas para receber os migrantes que lá se instalaram. Esses migrantes, além dos norte-americanos e estrangeiros de outras nacionalidades, eram em sua maioria compostos por brasileiros. Gente das proximidades de Belterra ou paraenses que chegavam de lugares mais distantes, mas também pessoas de outros estados, com destaque para os nordestinos, que compuseram a população local, em quantidade expressiva.

Como informado na primeira seção deste texto, nos registros de nascimento, geralmente constam a naturalidade dos pais das pessoas registradas. Com base nessas informações, elaboramos os quadros a seguir, que apresentam um aspecto da origem dos migrantes que estiveram em Belterra no período da CFIB:

**Quadro 2 - Naturalidade dos pais das pessoas registradas -
Belterra (1937-1945)**

LOCAL DE NASCIMENTO	QUANTIDADE
Bahia	1
Brasileiro	29
Ceará	10
China	1
Rio de Janeiro (Distrito Federal)	1
Escócia	1
Estônia	2
Inglaterra	1
Jaú (São Paulo)	1
Maranhão	2
Não especificado/Ignorado	61
Norte americano	2
Ohio (EUA)	1
Pará	123
Paris (França)	1
Pernambuco	1
Portugal	1
Rio Grande do Norte	1
São Paulo	2
Minas Gerais	1
Washington (EUA)	1

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 – A-35,1937-1945 .

Nota-se, que o número de estrangeiros é pequeno, constando apenas 6 europeus, 4 norte-americanos e 1 chinês. Os brasileiros constam em um número de 171 pessoas, sendo que destas, 123 eram paraenses e 15 nordestinos. Podemos também observar que dos 246 registros analisados, 61 não informaram a naturalidade do pai. Portanto, um número bem expressivo, que provavelmente, se mencionados aumentaria o número de pessoas oriundas do Nordeste, visto que outras pesquisas realizadas apontam para este fato.

Quadro 3 - Naturalidade de mães das pessoas registradas - Belterra (1937-1945)

LOCAL DE NASCIMENTO	QUANTIDADE
Acre	1
Amazonas	3
Ananindeua (Pará)	1
Bahia	1
Brasileira	32
Ceará	9
Curitiba (Paraná)	1
EUA	1
Inglaterra	1
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Não especificado	36
Pará	149
Portugal	2
Rio Grande do Norte	1
São Paulo	1

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 - A-35. Santarém, 1937-1945.

Quanto à naturalidade da mãe, podemos observar que apenas 3 são europeias e 1 é norte-americana. A maioria são brasileiras, destas 150 são paraenses, visto que a registrada como sendo natural de Ananindeua, também entra nesta conta. Percebemos, portanto, que não havia um padrão nos registros em relação à naturalidade, pois ora alguns registros fazem referência a países, ora a estados e outros ainda, a municípios, fato que dificulta uma análise mais específica. Mas, numa análise geral, podemos ver confirmados os dados de outras pesquisas realizadas, como um maior número de migrantes nordestinos, que no caso da naturalidade das mães os dados apontam para o número de 12 procedentes do nordeste. Número que poderia ser maior se não fossem os 36 registros que omitiram essa informação.

Comparando os dados relativos à naturalidade dos pais e das mães podemos observar um maior número de mães paraenses em

relação aos pais, o que sugere o casamento entre homens que vieram de outros estados e mulheres paraenses. Pode-se notar também, um menor número de mães europeias e americanas em relação aos pais. Neste caso, como se trata de um número menor, podemos apresentar algo mais específico, por exemplo, o registro sob o número 6.851, informa que o pai, nascido na Estônia, teve filho com uma mulher paraense (CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho, Livro A-25, fls. 14-14v). Assim como o registro de número 6.678, que aponta Paris, como a naturalidade do pai e o Pará, como a naturalidade da mãe (CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho, Livro A-24, fl. 129). Assim, podemos perceber, que esse processo migratório foi também responsável por estabelecer laços duradouros entre paraenses e europeus.

Todos estes migrantes estiveram em Belterra cumprindo uma função para que a CFIB, se mantivesse em atividade. Entre os contratados pela CFIB, estavam mulheres e crianças, que recebiam salários inferiores aos pagos para os homens. É possível verificar, tomando o ano de 1944 como referência, as diferenças salariais entre os menores de idade, as mulheres e os homens, para a categoria “Lavrador - Classe C”. Até a idade de 16 anos, as moças e os rapazes ganhavam Cr\$0,50 por hora; com 17 anos este valor subia para Cr\$ 0,625 e aos 18 anos eles passavam para o salário final, que era diferenciado: para as mulheres era de Cr\$ 0,75 e para os homens era de Cr\$ 1,125, também por hora (LOURENÇO, 1999).

No quadro a seguir apresentamos, com base nos assentos de nascimentos, consultados no CDHBA, as principais ocupações exercidas por mulheres na cidade construída pela CFIB:

Quadro 4 - Ocupações das mulheres migrantes em Belterra (1937-1945)

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Auxiliar de escritório	1
De prendas domésticas	70
Doméstica	36
Lavadora	9
Não especificado/Ignorado	124
Normalista/Professora	3

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório SousaAlho. SANTARÉM. Livros de Assentos de Nascimento A-22-A-35. Santarém, 1937-1945.

Apesar de a CIFB também contratar mulheres, como informado na pesquisa realizada por Elaine Lourenço, nos assentos de nascimento não encontramos nenhuma mulher que constasse como funcionária da empresa de Ford, entretanto, podemos inferir que parte das lavradoras o eram, já que Lourenço, encontrou fontes que comprovam o trabalho de mulheres contratadas pela CFIB. Tanto assim que a empresa construiu uma creche onde ficavam os filhos das trabalhadoras, como podemos ver no relato feito por um filho de seringueiros, no alto dos seus 71 anos, com base em suas memórias de infância:

Eu cresci junto com esse seringal, porque quando meus pais estiveram aqui, o meu pai era empregado, funcionário, ele morreu em 1941, eu mal o conheci, eu estava com 2 anos. Então, eu fiquei na creche. E a minha mãe foi obrigada a se empregar pra trabalhar no Projeto Ford. (PEREIRA, 2019, p. 88)

Embora não se tenha dúvidas em relação à participação das mulheres no empreendimento Ford, o que o quadro 4 deixa claro é a predominância de mulheres que não exerciam trabalho fora de casa, situação comum às mulheres do início do século XX. Consta apenas 1 como auxiliar de escritório e 3 como normalistas, isto é, professoras que, provavelmente, exerciam a profissão nas escolas construídas pela CFIB, em Belterra.

Além das profissões apresentadas, a disposição das construções na área urbanizada pela CIFB diz muito acerca das desigualdades socioeconômicas que marcaram as relações entre os habitantes do local. Para acompanharmos, de forma sintetizada, os modos sob quais estavam organizados a distribuição dos espaços em Belterra e como isso se relacionava com a hierarquia entre os funcionários da empresa, vamos nos servir dos estudos realizados pelo pesquisador José Carlos Matos Pereira, que retrata bem essa questão.

Segundo Pereira, os norte-americanos residiam na Vila Americana, local construído especialmente para os altos funcionários da CIFB, como o funcionário Edward Lyer Towrserd, por exemplo, citado no início deste capítulo. As casas eram amplas e confortáveis e cobertas com telhas francesas.

Imagem 2 - Residência na Vila Americana



Fonte: PEREIRA, J. C. M. *Amazônia: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

Os habitantes desta Vila tinham garantidos o usufruto das atrações do Club House, espaço construído para o lazer dos funcionários “graduados”. Dispunham ainda de dois campos de golfe, quadras de tênis e piscina. O Hospital Henry Ford estava localizado nas proximidades dessa Vila também, garantindo aos moradores o privilégio do pronto acesso aos serviços médicos na medida de suas necessidades. Gastão Cruls, o médico sanitarista que residia no Rio de Janeiro e visitou Belterra, em 1938, teve as melhores impressões do hospital da Companhia:

Com capacidade para 40 doentes, embora de instalação singela, tem tudo o que pede a ciência moderna. Laboratório, farmácia, Raios X, sala de operações permitem-lhe não só as mais precisas investigações diagnósticas, como o recurso terapêutico das mais sérias intervenções cirúrgicas (CRULS, 1939, p. 13).

Segundo Pereira, o Hospital tinha cerca de 41 funcionários. Lá os profissionais da saúde, médicos e enfermeiros desenvolviam seus trabalhos sempre com a supervisão de um médico norte-americano. Além dos atendimentos clínicos e cirúrgicos o Hospital contribuiu na realização de partos de muitos belterrenses. Nos registros

de nascimento que pesquisamos, por exemplo, encontramos informações a esse respeito. Ainda que a maioria dos registros não tenha especificado o local de nascimento, indicando apenas o nome do lugar, em alguns foi possível verificar que ao menos 35 nasceram no Hospital Henry Ford, como pode ser notado no quadro a seguir, onde também podemos verificar que a despeito da intensa atuação daquela instituição de saúde, muitos belterrenses, nasciam em casa, provavelmente, pelas mãos de parteiras.

Quadro 5 - Local de nascimentos dos nascidos em Belterra de 1937 a 1945

LOCAL DE NASCIMENTO	QUANTITATIVO
Aramaná	4
Sede Companhia Ford Industrial do Brasil	1
Companhia Ford Industrial do Brasil, Belterra	4
Estrada 1	4
Estrada 2	1
Estrada 4	4
Estrada 1, Belterra Concessão Ford, Casa 58	1
Estrada 1, Belterra Concessão Ford, Rua Nova, Casa 201	2
Estrada 1, Belterra, nº 7	1
Hospital da Companhia Ford Industrial do Brasil, Belterra	35
Vila 129, Estrada 6	1
Vila Piquiá	1
Vila Ribeiro, Estrada 4, nº 17	1

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM. Livros de Assentos de Nascimento. A-22 - A-35. 1937-1945.

Ainda nas adjacências da Vila Americana estavam localizadas duas casas, construídas especialmente para os médicos e outras 17 casas, para abrigar outros funcionários que trabalhavam no Hospital Henry Ford; e ainda o hotel, que acomodava funcionários e visitantes.

Na Vila Mensalista moravam os profissionais brasileiros ou de outras nacionalidades, que não a norte-americana, que possuíam alguma especialização, eram também considerados “graduados”.

Trabalhavam em cargos administrativos ou em outras áreas, como a farmacêutica, por exemplo. Nesta Vila, as casas “[...] eram menores, se comparadas às casas dos americanos, mas confortáveis.” (PEREIRA, 2019, p. 99). O nome dessa Vila se devia ao fato de que os seus habitantes eram aqueles que recebiam salários mensais. Em contraste com a maioria dos demais trabalhadores, que recebiam por quinzena (LOURENÇO, 1999).

Já a Vila Operária servia de habitação para aqueles funcionários com especialidades importantes, mas que eram tidos, comparativamente, em um nível abaixo dos moradores das outras vilas anteriormente mencionadas, como os mecânicos, marceneiros e torneiros mecânicos, por exemplo.

As Vilas Viveiros I e II, abrigavam os trabalhadores responsáveis pelas mudas de seringueiras, enquanto a Vila 129 era destinada aos que faziam diversos tipos de atividades braçais. Mas, “[...] a categoria mais baixa na hierarquia sociofuncional da empresa, os campeiros e seringueiros, não morava em casas com o padrão de vila” (PEREIRA, 2019, p. 103). As casas eram de palha, não havia piso, nem água, luz ou telefone. Seus habitantes “[...] eram trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no campo, como derrubar mata, abrir estradas, cavar buracos com a ajuda do terçado e enxada, plantar mudas das seringueiras.” (PEREIRA, 2019, p. 103).

Imagem 3 - Casa de palha que abrigava trabalhadores braçais



Fonte: PEREIRA, J. C. M. **Amazônia:** a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 de abril de 2021.

A partir dessa exposição resumida de como foi pensado e efetivado o traçado urbano de Belterra, pode-se ter uma ideia das condições habitacionais que marcavam as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores menos especializados e os graduados. Essa divisão do espaço urbano “serviu para naturalizar a diferença e as hierarquias sociais entre “superiores” e “inferiores” que se davam na execução do trabalho (PEREIRA, 2013, p. 143).

As condições de trabalho às quais eram submetidos esses trabalhadores, contrastava em muito ao que estavam habituados. A Companhia Ford, impôs um ritmo de trabalho muito rígido, cronometrado, marcado pelo apito, instalado na estrutura da caixa de água, exatamente por ser um local de grande altitude, que contribuiria para que o som fosse propagado e, então, pudesse ser ouvido de longe, contribuindo para a disciplinarização dos trabalhadores.

[...] há uma permanente tensão entre os novos hábitos que ela [a Companhia Ford] procura introduzir e o modo de vida da população local. A atração dos migrantes nordestinos também não é capaz de diluir este conflito, visto que tais pessoas também não introjetaram as novas normas exigidas pela disciplina capitalista, que valoriza a produção e o tempo a ela destinado (LOURENÇO, 1999, p. 174).

Essa rigidez no controle dos trabalhadores contribuiu para a rotatividade de mão- de-obra na Companhia: “[...] havia anos em que mais da metade dos trabalhadores engajados pedia dispensa, às vezes não retornando nunca mais.” (LOURENÇO, 1999, p. 152). Insatisfeitos com o sistema imposto pelo fordismo muitos trabalhadores deixavam as atividades na empresa em busca de melhores condições, o que contribuía com o movimento do processo migratório. Desse modo, a empresa nunca conseguiu arremeter um quantitativo suficiente de funcionários para atingir seus objetivos.

A pesquisadora Elaine Lourenço destaca que diante da possibilidade de ocupar um pedaço de terra, em outras localidades, como as colônias agrícolas, por exemplo, os trabalhadores deixavam a empresa, pois não iriam, “[...] se sujeitar a trabalhar como

assalariado enquanto tivessem a possibilidade de produzir o seu sustento de forma autônoma.” (LOURENÇO, 1999, p. 139). Inclusive, a autora atribui a dificuldade de manter os migrantes por um tempo longo na Companhia, como a principal causa para explicar o fracasso dos empreendimentos de Ford em Belterra.

O médico Gastão Cruls, ao qual fizemos menção anteriormente, já afirmava em seu texto, publicado em 1940 que:

[...] o maior óbice com que vem lutando a empresa é o da falta de braços. Desde o início dos seus trabalhos, o máximo de homens que a concessão já pôde ter a seu serviço, foi, na Fordlândia, em 1931, 3.100. Esse número, entretanto, que mesmo agora precisaria ser mantido e até aumentado, caiu logo, e hoje não vai além de uns 1. 700 trabalhadores rurais, assim distribuídos pelas duas plantações: 1.200 em Belterra e 500 na Fordlândia. (CRULS, 1939, p. 14)

Desse modo, não conseguindo obter os lucros pretendidos na região, mas sim carregando na bagagem muitos prejuízos, a CFIB de lá se retirou, finalizando suas atividades oficialmente, no dia 24 de dezembro de 1945, pelo que obteve uma indenização do governo federal, para cobrir o montante investido na infraestrutura que deixou no local. A área passou, assim, a ser administrada pelo Instituto Agrônomo do Norte, que manteve por algum tempo em funcionamento as atividades, à semelhança do que fazia a Companhia. Os poucos migrantes trabalhadores que lá estavam no período, passaram a integrar a condição de funcionário público, vinculados ao Ministério da Agricultura.

A concessão de quantidade expressiva de terra que foi cedida à CFIB, assim como outras formas de exploração da Amazônia que a antecederam e a sucederam, era justificada pelas autoridades do mundo político, com base na afirmação de que na região havia um grande vazio demográfico, isto é, que as terras não eram habitadas, por isso precisavam ser ocupadas e desenvolvidas ao gosto do capitalismo. Entretanto, assim como visto na pesquisa realizada por Elaine Lourenço, que identificou a presença de lavradores na região, antes da chegada da CFIB, José Pereira também afirma que

[...] as terras doadas pelo governo do estado para a [CFIB] era habitada e que a ideia de vazio demográfico contido na “Fala do Desenvolvimento” não corresponde a realidade. Na localidade de Irussanga em Belterra, ainda hoje vivem 19 famílias que são descendentes daqueles grupos sociais que já habitavam a região antes da chegada dos americanos. [...] Isto representa a destruição dos modos de vida preexistentes para que novas modalidades produtivas pudessem ser instaladas. (PEREIRA, 2013, p. 137)

Nos documentos que consultamos, também encontramos indícios que corroboram com esta questão. Há, por exemplo, três registros realizados no ano de 1937, dois deles de pessoas nascidas em 1914 e um registro de pessoa nascida em 1971¹. Os três registrados foram os próprios declarantes e afirmaram ter nascido em Aramaná, portanto, região onde anos depois seria fundada Belterra. Tratava-se, assim, de moradores que residiam no local antes da chegada dos norte-americanos.

Em síntese, de uma forma ou de outra, desde que a região foi ocupada pelos europeus no século XVII, repete-se a tentativa de apagamento das populações tradicionais. Portanto, a concepção de que a Amazônia era um grande vazio demográfico é um mito. Essa “[...] é a visão do conquistador, que vê a região como uma terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada.” (ARAGÓN, 2013, p. 54) que em prol de seus interesses desconsiderava a cultura das populações que habitavam a região. Portanto, a criação de Fordlândia e Belterra foi mais um capítulo desse descaso com as populações locais.

¹ Trata-se dos registros 5.741, 5.742 e 5.977, que constam no livro A-22, no acervo do CBHBA

Glossário

- **Assento de nascimento:** é o ato de registrar o nascido, no livro de registro cartorário. Diferente da certidão de nascimento, que é o documento emitido pelo cartório e entregue ao seu portador.
 - **Emigrar:** sair de seu local de origem para viver em outro. A esse processo chamamos emigração.
 - **Emigrante:** aquele que emigra, ou seja, sai de local de origem para viver em outro. Do ponto de vista do seu lugar de origem é emigrante.
 - **Imigração:** Ato de imigrar, de entrar provisória ou permanentemente num país estrangeiro, ou região em seu próprio país para nele fixar residência. A esse processo chamamos imigração.
 - **Imigrante:** aquele que imigra, ou seja, aquele que entra em um país estrangeiro, com o objetivo de residir ou trabalhar.
 - **Migrante:** O que migra, muda de região ou de país. Do ponto de vista do local de destino é um imigrante.
 - **Movimentos migratórios:** movimento de pessoas que deixam seu local de nascimento, seu lugar de origem, e se deslocam para outro lugar.
 - **Prendas domésticas:** termo utilizado para se referir às atividades domésticas, realizadas pelas mulheres no âmbito do seu próprio lar nasceu.
-



APRENDENDO COM DOCUMENTOS

PRATICANDO O CONHECIMENTO

1ª Fase –Descrevendo o documento

Observe o documento reproduzido e transcrito no início deste capítulo e os outros dois documentos citados na “Seção conhecimento histórico” do texto. Faça a leitura atenta dos mesmos e retire as informações solicitadas:

- Destaque as palavras que são novas para você e aquelas que foram mais difíceis de ler;
- Procure o significado dos termos desconhecidos;
- Identifique os nomes das pessoas e as profissões;
- Apresente os principais dados do documento.

2ª Fase – Identificando a natureza do documento

- As informações tratam sobre qual tipo de documentação?
- Qual o número do registro?
- O registro é referente a que dia, mês e ano?
- Quais os lugares citados no documento?
- Qual o nome das crianças registradas? Em que dia, hora e lugar ocorreu os respectivos nascimentos? Quem são os seus pais? Quais os nomes dos avós paternos e maternos?
- Qual a naturalidade, ocupação e o estado civil dos pais da criança?

3ª Fase – Analisando os documentos

- Segundo José Pereira (PEREIRA, 2019, p. 59), Henry Ford não acreditava na igualdade entre os homens. Para embasar sua assertiva, o autor apresentou um trecho do livro de Ford, intitulado “Os princípios da prosperidade”, onde contém a seguinte afirmação: “Não há maior absurdo do que pretender a igualdade entre os homens. A natureza os fez desiguais e toda a concepção democrática que intenta igualá-la, resulta, pois de um esforço que retarda o progresso.”. Nas instalações da Companhia Ford no espaço urbanizado de Belterra, podemos ver essa desigualdade materializada na construção das moradias. De acordo com as informações que constam na certidão de nascimento, apresentada no início deste capítulo e nas outras duas que compõem o texto da seção de conhecimento histórico, responda as questões a seguir:
- Qual lugar/vila você imagina que cada família morava?
- Que tipos de relações os componentes dessas três famílias, provavelmente, possuíam entre si? A hierarquia imposta pela estrutura socioeconômica influenciava os relacionamentos? Elabore uma narrativa fictícia, situada na Belterra da década de 1940, onde os personagens das certidões apresentadas se encontram e precisam estabelecer um diálogo.

- Quais são as profissões das mulheres que constam nas certidões? O que essas informações podem sugerir a respeito do papel reservado às mulheres, na sociedade do início do século XX?
- Você observou que nos três documentos apresentados neste capítulo, consta a cor das crianças. Nesse sentido, faça uma pesquisa sobre os motivos pelos quais essas informações eram registradas na certidão de nascimento e se informe se elas ainda são apresentadas nas certidões de nascimento, atualmente.

PARA SABER MAIS CONFIRA AS REFERÊNCIAS:

ARAGÓN, L. E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar. Cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec Editoria, 2013.

BASSANEZI, M. S. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKI, C. B.; LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. São: Contexto, 2013, p. 141-172.

BITTENCOURT, C. M. F. Usos didáticos de documentos. *In*: **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSQUET NETTO, Loanna Moraes. **“Indigentes na vida”**: um olhar crítico das relações sociais construídas por adultos sem certidão de nascimento no Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2019.

CRULS, Gastão. Impressões de uma Visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 4, out., p. 3-25, 1939.

DAMASCENO NETO, H. M. **Amazônia, borracha e imigração**: o caso Fordlândia (1925-1945). 2019. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2019.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

DUARTE JUNIOR, A. M. Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia. GV Casos. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, São Paulo, v. 5, n. 01, p. 1-13, jan./jun. 2015.

EMMI, M. F. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA, 2013.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LOURENÇO, E. **Americanos e caboclos**: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

PEREIRA, J. C. M. **Amazônia**: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

PEREIRA, J. C. M. Cidade na floresta: Belterra, a experiência da plantation de seringa de Henry Ford na Amazônia brasileira (1934-1945). **Revista Avances del Cesor**, Rosário (Argentina), año X, n. 10, p. 129-150, 2013.

PESSOA, J. L. de L. **Registro Civil de Nascimento**: direito fundamental e pressuposto para o exercício da Cidadania. Brasil, 1988-2006. 2006. Tese (Mestrado em Direito) - Faculdade de Campos, Campos dos Goytacazes, 2006.

STAEVIE, P. M. Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e início do século XX. **Revista Resgate**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 153-172, jan./jun. 2018.

OS ATESTADOS DE ÓBITO: DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS DOENÇAS NA AMAZÔNIA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA



A bordo do Vapor Pará, tripulantes e prováveis participantes da expedição (1912)

Fonte: OSWALDO CRUZ, Instituto. A bordo do vapor Pará, tripulantes e prováveis participantes da expedição. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1912. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 de setembro de 2021 .

AUTORIA

Elane Cristina Rodrigues Gomes
Wania Alexandrino Viana

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Ivonely de Brito Pereira
Dalila Katriny de Souza Brandão

*DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.119-148



OS ATESTADOS DE ÓBITO

Para completar o quadro de registros civis tratados neste livro, este capítulo será dedicado aos Registros de Óbito. Assim como os registros de Casamento e Nascimento, tratados nos capítulos anteriores, fazem parte do que chamamos de “registro vital”, aqueles cuja natureza é a vida civil de uma pessoa. Inicia-se com o nascimento e termina com a morte, “[...] passando por todos os acontecimentos da vida de um indivíduo - casamento, adoção, desquite, tutela etc.” (LIMA; CARRIERI, 2020, p. 361).

O registro de óbito atesta a condição jurídica do falecido, ou seja, com a morte se encerra os laços do indivíduo com a sociedade. Finda “[...] os ‘direitos pessoais’ inerentes a ele, mas não os ‘direitos materiais’ de seu patrimônio – que passam aos seus herdeiros ou sucessores –, desde que haja o devido registro.” (LIMA; CARRIERI, 2020, p. 361).

No Brasil, até pelo menos 1888, esses registros eram realizados pela igreja. Nome do falecido, estado civil e data do falecimento compunham as linhas do livro obituário da igreja. Foi somente com o decreto n. 9.886, de 1888 que os registros de nascimentos, casamentos e óbitos tornam-se obrigatórios e de competência dos Estados. (LIMA; CARRIERI, 2020). Esse processo está relacionado as tentativas de maior controle por parte do Estado sobre as taxas de mortalidade, as causas da morte, controle de doenças e saúde pública.

Esse sistema de registro sobre a morte vem aprimorando-se deste então. Em 1975, o Ministério da Saúde criou o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), com o principal objetivo de produzir estatísticas de mortalidade “por causas” em todo o território nacional. O novo sistema de controle possibilitou ao Ministério da Saúde “[...] introduzir a Declaração de Óbito, um modelo nacional de certificado que conformava os diagnósticos médicos com a nomenclatura do Código Internacional de Doenças (CID), seguindo a recomendação da Organização Mundial de Saúde.” (LIMA; CARRIERI, 2020, p. 362).

A partir de 1991, sobretudo, com a retomada da democracia no Brasil esse sistema descentralizou-se, atribuiu-se maior autonomia as secretarias estaduais e municipais de saúde na coleta de dados para o SIM diretamente de hospitais, cemitérios e unidades de saúde (VIANA; MACHADO, 2009; JORGE; LAURENTI; GOTLIEB, 2009). Todavia, a falta de informatização desse sistema, em muitos casos ocasiona atrasos e problemas no repasse de dados, causando subnotificação, um problema que atualmente tem sido recorrente na contabilização dos óbitos causados pela Covid 19.

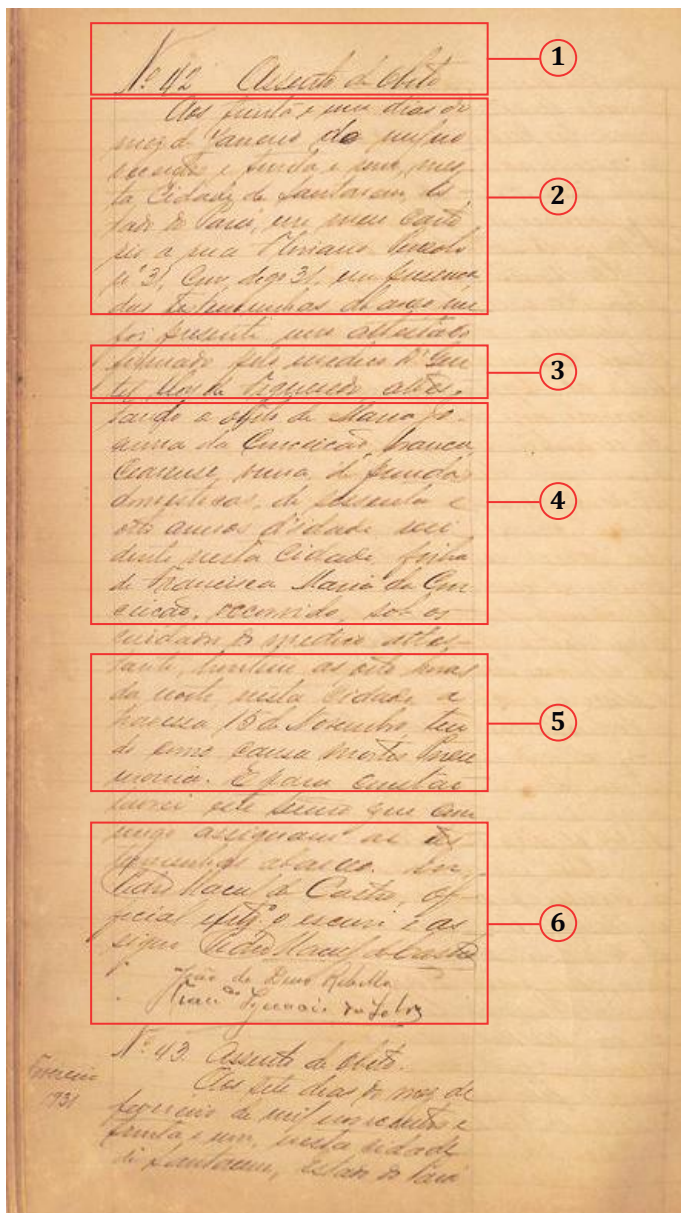
Por outro lado, é importante destacar que a Declaração de Óbito ou Atestado de Óbito é o documento-base do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e de responsabilidade jurídica do médico, que deve preencher todas as informações necessárias. Esse documento médico é também necessário para o Registro do Óbito em Cartório. Os registros de óbito que vamos conhecer nesse capítulo foram registrados no Cartório Souza Alho entre 1918-1931, na cidade de Santarém. São documentos históricos que permitem conhecer um pouco mais sobre as pessoas, as doenças, a ciência e saúde pública daquele período. No registro de óbito, constam o nome do falecido (a), hora e a data do falecimento, se a pessoa era casada e deixa filhos, se deixa bens, se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida. Veja como essas informações aparecem no Registro de Óbito, registrado no Cartório Souza Alho da cidade de Santarém, em 1930.

Observe que os documentos 1 e 2 foram transcritos. Na transcrição cada linha deve corresponder a linha do manuscrito, é por essa razão, que enumeramos cada linha transcrita. Dessa forma, fica mais fácil a localização das informações. Por exemplo, no documento 1 o nome do falecido está na linha 12, Maurício Rodrigues, facilmente identificável no manuscrito. Da mesma forma, no documento 2, a localização no manuscrito da naturalidade da falecida Maria Joana, é facilmente identificável com a informação de que esse dado está na linha 15 do manuscrito.

01	Assento de Obito
02	Aos vinte tres Dias do mez de
03	Dezembro de mil novecentos e
04	trinta, nesta cidade de Santa-
05	rem, Estado do Pará, em
06	meu cartório a rua Floria-
07	no Peixoto, nº 31, compare
08	digo, 31 [sic], me foi presente um
09	Attestado firmado pelo me-
10	dico Dr. Gentil Eloy de Figueire-
11	do, attestando o óbito de
12	Maricio Rodrigues dos San-
13	tos, paraense, [?], casa-
14	do, lavrador, de trinta e sete
15	annos, d'idade, filho de Vi-
16	ctorina dos Santos, [?]
17	sem assistência medica, hon-
18	tem as cinco horas da tarde,
19	no logar Saracura, deste mu-
20	nicipio, tendo por causa-
21	mortes provavel: Gastroente-
22	rite. E para constar lavrei
23	este termo que assinam
24	commigo as [sic] testemunhas
25	abaixo. Eu, Pedro Maciel de
26	Castro, official interino do
27	Registro civil, o escrevi e assino
28	Pedro Maciel de Castro
29	Jose Colares Campos
30	Joao de Deus Rebello
31	Silva de trinta e oito annos comerciante

Conheça as partes de um registro de óbito

Documento 2 - Atestado de Óbito, 1931



Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Óbitos C-21, nº 42, 1931.

Transcrição

1	01	Nº 42 Assento de Óbito
	02	Aos trinta e um dias do
	03	mez de janeiro de mil no-
2	04	vecentos e trinta e um, nes-
	05	ta Cidade de Santarém, Es
	06	tado do Pará, em meu Carto-
	07	rio a rua Floriano Peixoto
	08	Nº 31, em digo 31, em presença
	09	das Testemunhas abaixo [?]
	10	foi presente um atestado
	11	firmado pelo médico Doutor Gen-
	12	til Eloy de Figueiredo attes-
3	13	tando o óbito de Maria Jo-
	14	anna da Conceição, branca,
	15	Cearense, viúva, de prenda
	16	doméstica, de sessenta e
	17	oito anos de idade, resi-
4	18	dente nesta Cidade, filha
	19	de Francisca Maria da Con-
	20	ceição, ocorrido sob os
	21	cuidados do médico attes-
	22	tante, [?] as oito horas
	23	da noite, nesta Cidade, a
	24	Travessa 15 de Novembro, ten-
5	25	do como causa mortes Pneu-
	26	monia. E para constar
	27	lavrei este termo que com
	28	migo assignam as Tes-
	29	temunhas abaixo. Eu
	30	Pedro Macus de Castro, of-
6	31	ficial interino o escrevi e as
	32	Signo Pedro Macus de Castro
	33	João de Deus Rebello
	34	Francisco Ignácio da [Fonseca?]

Os documentos, como podemos constatar possuem uma estrutura. O escrivão na parte 1 escreve o número que corresponde ao registro do óbito no livro do Cartório. Ou seja, o óbito de Maria Joana da Conceição corresponde ao número 42, no livro de registro ou assento de óbitos do Cartório. O próximo será o número 43, e assim sucessivamente. Esse número é importante para a organização dos dados e, também para que ao final do livro tenham-se o número total de registros presentes naquele livro.

A parte 2 do registro traz informações do dia, mês, ano e local onde foi realizado o registro de óbito, como também o nome da cidade, do estado e cartório. Com essas informações é possível contabilizar o número de registro por dia e mês, além da precisão da hora e local do registro.

Na parte 3, temos a informação do médico que assinou o atestado do óbito. Observe que nos dois documentos apresentados acima, os atestados de óbito de Maurício Rodrigues dos Santos e Francisca Maria da Conceição ambos falecidos em Santarém no ano de 1930 foram assinados pelo mesmo médico, Dr. Gentil Eloy de Figueiredo, que atestou como causa da morte de Maurício a gastroenterite, e de Francisca, pneumonia.

Na parte 4, verifica-se as informações do falecido (a), como o nome, naturalidade, estado civil, ocupação e idade, se tem filhos e bens. Essas informações são importantíssimas para compreendermos o perfil desses indivíduos e as relações sociais que estabeleceram em vida. Além da relação entre o trabalho e as doenças. Observe no documento 1, que o falecido Maurício, era paraense, casado, lavrador e tinha 38 anos. Podemos afirmar se tratar de um homem jovem. A doença gastroenterite está relacionada a alimentação, e provavelmente as condições de trabalho e vida desse sujeito. Se observamos o documento 2, Maria Joana da Conceição, cearense, viúva, prenda doméstica, de 68 anos de idade. Trata-se uma mulher idosa, vinda de outro estado, morava em Santarém. Nesse período, como vamos ver mais adiante neste capítulo, o trabalho de prenda doméstica poderia começar na infância e terminar na velhice. Maria pode ter desempenhado esta atividade a vida toda e adquirido pneumonia a causa de sua morte pelas péssimas condições de trabalho.

Na parte 5, registra-se a hora e causa da morte. Com esse dado é possível compreender as principais doenças, assistência

médica, saúde pública e a relação entre doenças e sociedade, a causa da morte e condição de trabalho desses indivíduos, conforme destacamos anteriormente.

E, por último, na parte 6, o final do documento traz as assinaturas de quem escreve o registro e das demais testemunhas. As testemunhas dão legitimidade as informações.

Conforme podemos notar, os registros de óbitos são documentos importantíssimos para a pesquisa histórica. São fontes que informam sobre o passado, sobretudo, sobre as causas da morte, permitindo reflexão sobre as doenças, a medicina, os medicamentos, as políticas e medidas sanitárias, a saúde pública e principalmente, esses dados permitem compreender a sociedades e sujeitos. A relação entre doenças e trabalho, mortes e condição socioeconômicas de homens e mulheres que viveram nos séculos XIX e XX. Na próxima seção, apresentaremos o potencial dos registros de óbito para a pesquisa histórica, com dados e informações sobre os sujeitos e as doenças em Santarém na primeira metade do século XX.



HISTÓRIA EM DOCUMENTOS

A HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS COMO OBJETO DE PESQUISA DA HISTÓRIA

Doença, enfermidade, moléstia, atualmente, são algumas das denominações encontradas no dicionário Aurélio (FERREIRA,1986) para abordar as alterações percebidas no corpo, que sinalizam sintomas desconfortantes capazes de limitar a nossa rotina ou mesmo torná-la inviável.

A doença afeta a vida privada e pública, nos faz pensar sobre nossos comportamentos cotidianos e como os sujeitos se tornam mais vulneráveis. Em vários momentos na história, os homens criaram regras para tentar controlar determinadas atitudes diante de ameaças coletivas, tais como nas chamadas epidemias ou pandemias.

A pandemia da Covid-19 nos tem feito viver diariamente sob a ameaça de um vírus que já matou mais de trezentos e quarenta e

oito mil pessoas no Brasil,² até o momento da escrita desse texto, transferiu objetos antes tão específicos dos hospitais para as casas e ruas, tais como o álcool em gel e as máscaras. Nossa rotina precisou ser repensada não apenas no âmbito individual, mas também na esfera da coletividade, pois trata-se de um caso de saúde pública. Uma doença desconhecida que se mostrou na imagem de um vírus e de vidas ceifadas diariamente, fechou fronteiras, gerou distanciamento entre familiares e introduziu a palavra isolamento social, que passou a ser recorrente em nosso vocabulário. Além disso, o conhecimento produzido pela ciência transformou-se em nosso horizonte de expectativa, na ânsia por uma vacina que possa reduzir os números de atestados de óbitos com a causa morte: Covid-19.

Respeitar o isolamento social, lavar as mãos, usar máscaras passaram a ser um caminho para a sobrevivência e, também, de respeito à vida do outro. As escolas tiveram que se repensar, a desigualdade social se alastrou e problemas no âmbito da saúde vieram à tona, denunciando a importância cada vez maior do atendimento realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como mencionam Gabriela Sampaio e Ricardo Batista, a pandemia evidenciou as desigualdades e injustiças, revelou que mesmo a doença atingindo a todos, as formas de lidar com a ameaça à vida e seus efeitos variam enormemente, pois a população pobre está sendo duramente atingida. Todos podem adoecer, mas a vulnerabilidade e a falta de acesso a saúde recaem diretamente sobre a população pobre (SAMPAIO; BATISTA, 2020).

Vivemos atualmente as mudanças que a doença é capaz de provocar no cotidiano da humanidade, porém seu conceito precisa ser compreendido de acordo com diferentes temporalidades, lugares e culturas. A origem da doença, a causa e seus significados também pertencem a História, o que permite compreendê-la de acordo com seu tempo, em consonância com as rupturas e permanências culturais de uma sociedade. Em diversas sociedades, desde a antiguidade até a contemporaneidade, a compreensão sobre as doenças perpassa pela linha da História da Medicina e de diversas crenças que colocam a enfermidade no âmbito do universo do sagrado, assim como a

² Ministério da Saúde. Painel do coronavírus: Brasília, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 09 abr. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

cura. Cabe ponderar, que as doenças são observadas de diferentes maneiras pelo paciente e os praticantes da arte de curar: o primeiro constrói sua experiência individual com a doença, enquanto o médico traça um olhar objetivo com pretensões científicas em decorrência da busca por um diagnóstico e prognóstico (PORTER, 2006).

De acordo com Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, a doença é um elemento que pode desorganizar e reorganizar uma sociedade, traz à tona tensões porque evidencia a exclusão social em tempos de epidemia e permite identificar a relação entre os poderes, a segregação dos doentes pobres e o isolamento. A presença da doença exprime a imagem que uma sociedade tem de si mesma (REVEL, 1988).

A História Social das doenças vem revelando através de diversas pesquisas o conhecimento sobre as alterações sociais, as taxas demográficas, deslocamentos populacionais, a desigualdade social, a relação entre o ser humano e o meio ambiente, as precárias condições sanitárias presentes nas cidades e as diferentes percepções construídas pela população sobre esse encontro cada vez mais frequente com vírus, bactérias, fungos e demais seres vivos que em diversas temporalidades atingiram e atingem a saúde (NASCIMENTO, 2004).

A doença, como objeto de pesquisa da história, é passagem recorrente nas narrativas contemporâneas dos historiadores, já que suas análises vêm abordando a doença para além de suas nomenclaturas e sintomas, destacando-as a partir de suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, o que a coloca na condição de um fenômeno historicamente construído e com o protagonismo daqueles que tiveram suas vidas ceifadas, afetadas e ressignificadas por ela (LE GOFF, 1997).

O historiador Fernand Braudel, um dos representantes da Escola dos Annales, publicou, em 1995, edição brasileira de sua obra: *A Civilização Material, Economia e Capitalismo (século XV-XVIII)*, na qual abordou a relação entre as epidemias, a má colheita, o aumento no preço dos alimentos e a fome. Para tanto, destacou como as doenças, tais como **tuberculose**, febre amarela, **sífilis**, cólera, varíola, entre outras, viajaram por civilizações distintas e com sintomas diversificados, deixando evidente o cuidado que devemos ter ao comparar doenças de temporalidades diferentes, assim escreveu:

Mas o médico de hoje não se reconhece, à primeira vista, no meio dessas doenças mascaradas com o seu nome de outrora e na descrição por vezes aberrante dos seus sintomas. Aliás, nada nos garante que elas sejam sempre comparáveis às que hoje conhecemos, pois, as doenças transformam-se, têm a sua história própria que depende da possível evolução dos micróbios e vírus e do território humano em que eles vivem. (BRAUDEL, 1995, p. 66)

Em diálogo com a obra de William H. Mac Neil (*Le Temps de da Peste*, 1976), Fernand Braudel pontua as surpresas catastróficas à medida que o ser humano se desloca e pratica a ação predatória em relação ao meio ambiente, pois cada agente patogênico tem sua história, em consonância com a de suas vítimas. Logo, a expansão das doenças depende também das transformações, de mutações dos próprios agentes: “[...] quando o germe patogênico sai de seu “nicho biológico” e atinge uma população até aí indene, portanto, indefesa, é a explosão, a catástrofe das grandes epidemias.” (BRAUDEL, 1995, p. 74).

No Brasil, a temática sobre as práticas de cura no cotidiano da colônia brasileira, bem como a percepção sobre o corpo, a saúde e a doença também marcaram presença nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, porém, é nas décadas de 70 e 90 que percebemos a produção sobre a temática adquirir mais visibilidade e ser mais presente na escrita de cientistas sociais, antropólogos e historiadores. A História da saúde e das doenças no Brasil ganhou a partir da década de 1990 uma abordagem que se distanciou da análise longa da tradição médica, marcada por uma narrativa evolutiva e representada apenas pelos médicos heróis e descortinou as redes de sociabilidade de grupos sociais excluídos. Tais caminhos historiográficos aproximaram a História da saúde das lutas sociais, da ideia de cidadania e das relações raciais. Destacamos dentro de tal perspectiva a pesquisa realizada por Sidney Chalhoub: *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 1996. (TEIXEIRA; PIMENTA; HOCHMAN, 2018).

A política sanitária: incursões científicas e saneamento na primeira república brasileira.

Os atestados de óbitos³ dos livros que datam entre o final do século XIX e o início do XX apresentam recorrentemente o termo “causa morte ignorada” ou “moléstia desconhecida” dando indícios de como nesse período o acesso ao atendimento médico poderia ser precário e como a medicina ainda vinha traçando suas descobertas e divergências terapêuticas. Dessa maneira, parecia frequente nos atestados de óbitos não constar o atestante ou esse nem sempre era médico, mas também padre, inspetor de segurança e farmacêutico. De acordo com o historiador Silvio Rodrigues, os primeiros anos da república são marcados pela busca de alcançar o patamar da Amazônia como terra salubre com o intuito de atrair investimentos, porém, essa terra era vista como inóspita e que abrigava epidemias diversas com doenças infectocontagiosas. Logo, as doenças não tinham espaço na construção de uma sociedade que deveria caminhar para o progresso, o que permite um ambiente pertinente para desenvolver o discurso de uma política sanitária para higienizar as áreas longínquas da Amazônia (RODRIGUES, 2008).

A expedição realizada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz (1872-1917) na primeira década do século XX percorrendo por Manaus, Belém, Santarém, Óbidos e Parintins denunciou o estado de abandono da população diante dos aspectos que envolviam a saúde e a doença em seu cotidiano. As cartas escritas pelo médico revelaram a dificuldade que as cidades enfrentavam para evitar as moléstias vindas do estrangeiro e que os portos eram ambientes que abrigavam falta de higiene e, conseqüentemente, eram porta de entrada de epidemias que assolavam a população. A partir de suas observações, Oswaldo Cruz defendeu a instalação de desinfetórios, hospitais de isolamento e laboratórios para diagnósticos das moléstias presentes nos espaços onde a doença pudesse representar uma ameaça (AMARAL, 2006).

O projeto de uma nação que vislumbrava o progresso pelas trilhas da ciência tinha um longo caminho, no qual os médicos

³ CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. Santarém. Livros de Assentos de Óbitos (1896-1931).

que se intitulavam de pensamento elevado tinham a missão, através da prática e dos programas de saúde, de direcionar essa gente “atrasada” no caminho da civilização. Aos poucos, quando a população ia se dando conta, notava um ícone da saúde nas cidades (hospitais, postos de atendimento). Instituições antes inexistentes vão surgindo e provocando estranhamento e resistência daqueles que anteriormente nunca tinham ido a um hospital ou visto um médico.

O discurso nacional nas primeiras décadas do século XX partiu da premissa de que o Brasil era uma nação doente que precisava da ciência para tirar o povo do parasitismo provocado pelas doenças que estavam não apenas no corpo, mas no comportamento das pessoas, que incluía sua forma de comer, vestir. Os médicos em suas missões pelos estados da federação encontraram heterogeneidade ao invés da tão almejada homogeneidade. A primeira, associada por vezes pelo distanciamento entre a cidade e o espaço rural tidos, respectivamente, como “civilização” e “barbárie”. No Pará, a atuação dos médicos não se distanciou dessa linha de raciocínio, a implementação dos postos de saúde esteve diretamente relacionada ao princípio de tirar o povo do atraso, cujas características eram: a doença, alimentação incipiente, casas sem higiene e longas horas de sono, cabendo aos médicos levarem medicamento e instrução (GOMES, 2019).

Dilma Cabral aponta que por volta de 1918 as reformas inseridas pelo viés legislativo possibilitaram a ampliação dos serviços sanitários federais nos estados, principalmente a partir da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). O DNSP foi criado por meio do decreto nº 3.987,⁴ de 2 de janeiro de 1920, o qual tentou repensar os serviços sanitários federais. Esse órgão estava subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o qual teria substituído a Diretoria Geral de Saúde Pública. Assim, cabia a esse novo órgão elaborar um código sanitário para ser submetido ao Congresso Nacional e, nessa legislação, já estava anteriormente decidida a formação de um Fundo Sanitário Especial para subsidiar os gastos da profilaxia rural e obras necessárias de saneamento no

⁴ Regulamento sanitário criado pelo médico Carlos Chagas, nomeado na época para ser o diretor do DNSP. Porém, a Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural ficou sob a responsabilidade de Belisário Pena.

interior do Brasil, com meios vindos diretamente das verbas do DNSP (CABRAL, 2013).

A partir do código sanitário de 1920 foram delegados ao Governo Federal poderes, entre esses, o estímulo para estabelecer acordos com as administrações estaduais e municipais com a intenção de favorecer a efetivação dos serviços de higiene e no combate às **endemias** nas cidades e zonas rurais do interior do país. Essa era uma das missões da Diretoria do Saneamento e Profilaxia Rural.⁵

Para Júlio Cesar Schweickardt, a expedição dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz à Amazônia almejava fazer investigações com o intuito de construir sugestões ou propostas para o saneamento na região. O Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural já representou um planejamento coordenado e continuado, pois pretendia atender a população rural com ações que se materializaram na criação de postos permanentes e itinerantes para cadastrar a população doente, realizar campanhas de vacinação, revacinação e de acompanhamento na distribuição de medicamentos (SCHWEICKARDT, 2011).

Para os membros da campanha sanitaria entre 1916 e 1930, dentre os quais o médico, Belisário Pena, a presença da doença seria fruto da descentralização das políticas governamentais e, também, estava associada à persistência de trabalhadores improdutivos que representava um entrave às atividades econômicas. O combate às endemias rurais ressaltava a eficácia da ciência sobre o comportamento da população e na prevenção de enfermidades tais como o **impaludismo** (malária), ancilostomíase (amarelão) e o mal de chagas (HOCHMAN, 1998).

As Doenças reveladas a partir dos atestados de óbitos

O Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) assinou em dezembro de 1920 um acordo com o Estado do Pará firmando uma parceria para combater inúmeras doenças tais como o impaludismo, **ancilostomíase**, lepra, **gastroenterite**, tuberculose, sífilis, verminoses, entre outras. Caberia à Comissão de Profilaxia Rural o papel de realizar o cadastro da população doente na área urbana

⁵ Diário Oficial da União - BRASIL. **Lei 3987, de 2 de janeiro de 1920** Seção 1 - 8/1/1920, p. 437 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>. Acessado em 09 de abril de 2021.

e rural. Entre as ações propostas temos: vacinação, revacinação, instalação de postos de saúde permanentes e itinerantes, fiscalizar moradias, a distribuição de medicamentos a população. Sob a chefia do médico Heraclides de Souza Araújo a comissão de profilaxia rural, instalada no Pará, tinha por objetivo combater as endemias predominantes.

O relatório do governador do Pará, Emiliano de Sousa Castro, em 1921, exaltava que a higiene seria o caminho para o progresso, atribuindo, inclusive, ao saneamento o aperfeiçoamento da raça, da economia e das condições sociais da população. A atuação da comissão em regiões “inóspitas” e “mortíferas” traria de volta a força do trabalhador, pois as doenças acarretavam prejuízos financeiros à nação. Por isso, era preciso medicar, colocar sapatos nos pés da população, melhorar a alimentação tida como insuficiente pelos médicos e dar instrução à população “ignorante.”¹²

A historiadora Márcia Capelari Naxara menciona, nesse contexto, a importância da construção do personagem Jeca Tatu, criado em 1914 por Monteiro Lobato, que provocou polêmicas quando Rui Barbosa questionou Lobato na campanha presidencial de 1919, momento em que este engajou-se na campanha sanitária e publicou vários artigos que denunciavam o estado de total abandono da população, em apoio à ação de Manguinhos, implementada por Oswaldo Cruz e Belisário Pena, entre outros. Nesse período, Monteiro Lobato repensou seu Jeca Tatu tendo como fio condutor “O Jeca não é assim, está assim,” atribuindo o fato do Jeca Tatu ser preguiçoso porque tinha uma doença, a ancilostomíase (amarelão). Logo, caberia ao saneamento e à educação básica serem adotados para solucionar os problemas da nação, principalmente no que correspondia a população de regiões rurais (NAXARA, 1998, p. 17).

⁶ Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1921. Dr. Antônio E. de Sousa Castro, p.47.

Figura 1 - Jeca Tatu



Fonte: CAMPOS, J. U. Jeca, Por que não trabalhas? Rio de Janeiro: Almanaque do biotônico, 1935. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1035&sid=7>. Acesso em: 09 abr. 2021.

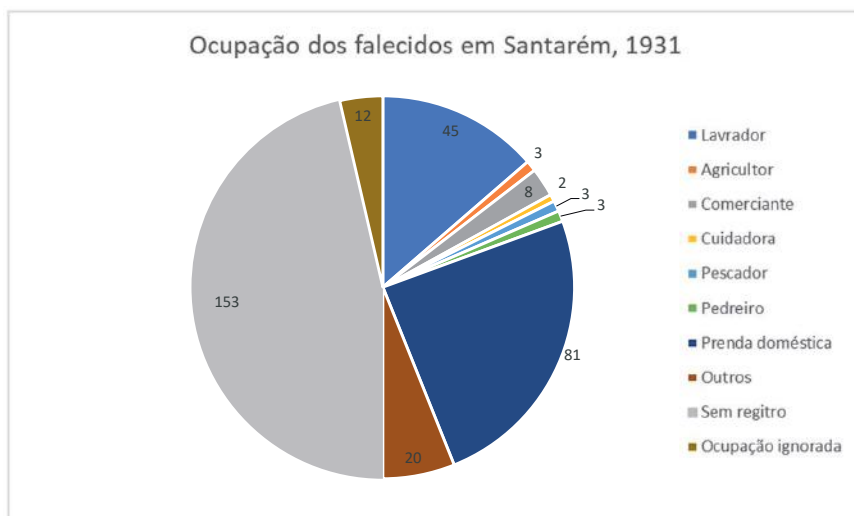
A partir da ótica da política sanitária, implementada pela Comissão de Profilaxia, a pobreza, a forma de moradia, bem como a alimentação e as práticas culturais da população são classificadas como causas patológicas para o aparecimento das doenças. O sujeito e a sua condição social são concebidos como elementos determinantes para a insurgência de enfermidades, e tais causas perpassavam também pela necessidade de construir um padrão de comportamento que o morador dessa área próxima aos rios e igapós estava distante de acompanhar. A ciência legava a eles um papel desviante, por fugirem da ordem estabelecida pelo projeto da medicina social e, por tais argumentos, constituíam um povo atrasado (GOMES, 2019).

Os atestados de óbitos registrados no Cartório Souza Alho,⁷ na cidade de Santarém, entre 1918 e 1931, trazem indícios de que a população pobre era a mais atingida por diversas doenças,

⁷ O referido cartório era o único na cidade de Santarém no período da pesquisa, porém é importante destacar que mesmo com a determinação para que os cartórios registrassem os atestados de óbitos, existem indícios de que após 1891 algumas paróquias continuaram a registrar atestado de óbito. Maria Silva Bassanezi pontua que em diversas regiões do Brasil, a grande distância geográfica entre as localidades onde viviam as pessoas dificultava o acesso aos cartórios. Logo, destaca "[...] esses serviços não chegaram a ser de fato universais e totalmente republicanos." (BASSANEZI, 2009, p. 156).

destacando-se a gastroenterite, atrelada a locais sem tratamento de água, sem redes de esgoto ou alimentos contaminados, seja por vírus, bactéria ou parasita; o paludismo, o qual é mencionado como causa morte de parte da população trabalhadora das áreas rurais, tido como um dos maiores desafios da ação da comissão de profilaxia, a qual fazia uso de quinina em formato de pílulas ou injeções para o tratamento e a tuberculose, em que as condições precárias, como vulnerabilidade alimentar, moradias sem iluminação e lotadas, esgotamento físico e as condições de trabalho, mostravam-se como fatores importantes para a exposição ao bacilo de Koch. Analisando os dados de 1931, os quais apresentam informações mais concisas sobre os atestados de óbitos de Santarém, identificamos as seguintes ocupações para as pessoas falecidas no período:

Gráfico 1 - Ocupação dos falecidos em Santarém, 1931.

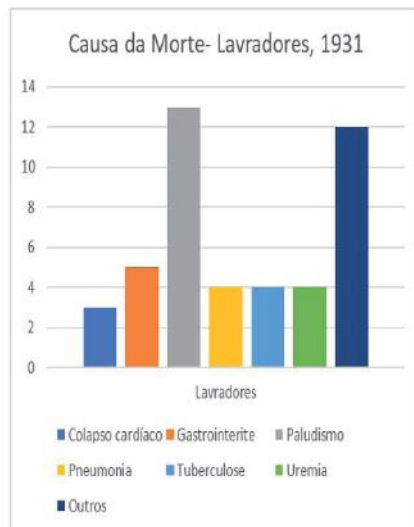
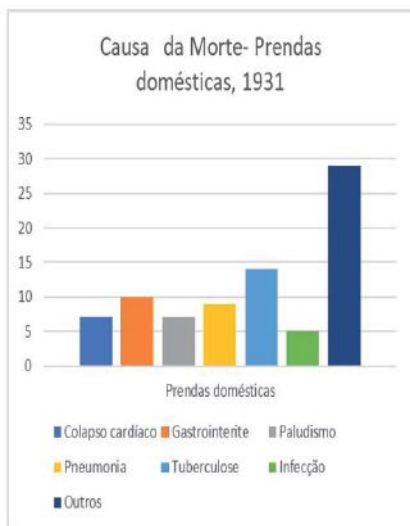


Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. SANTARÉM. Livro de **Assentos de Óbito** C 21, 1931.

Tendo como referência o gráfico acima é possível apontar dois grupos sociais como os mais afetados por doenças atreladas às condições de vida ou vulneráveis em ambiente de trabalho: as prendas domésticas, cuja maioria eram oriundas do Ceará ou pertenciam ao Estado do Pará, com faixa etária de morte entre os 7

anos e os 86 anos, assim como também encontramos os lavradores, os quais eram oriundos do Ceará, Maranhão e Piauí, mas em sua maioria pertencentes ao Pará e apresentavam faixa etária entre 17 a 83 anos de idade.⁸ Observe abaixo as principais causas de morte desses grupos sociais:

Gráficos 2 e 3 - Causa da morte de prendas domésticas e lavradores em Santarém, 1931.



Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Óbito C 21, 1931.

A partir dos gráficos, é possível compreender a recorrência de diversas doenças que faziam parte do cotidiano dessa população de trabalhadores (as), porém com destaque para a gastroenterite, tuberculose e o paludismo, essa última bem predominante entre os lavradores, mas presente também entre as prendas domésticas. Tais indícios dialogam com a perspectiva defendida por Júlio Schweickardt ao afirmar que o paludismo ou malária atingia os pobres que viviam na beira dos igarapés e em áreas de reduzida urbanização e saneamento (SCHWEICKARDT, 2011).

⁸ Observe no apêndice o quadro sobre a procedência desses trabalhadores.

A partir de década de 20 passou a funcionar no Instituto Oswaldo Cruz e no Instituto Butantã o Serviço de Medicamentos Oficiais, cuja função era produzir substâncias destinadas ao tratamento da malária, ancilostomíase, sífilis, **hanseníase** e **leishmaniose**. Esses institutos forneciam gratuitamente os comprimidos de quinina aos postos de profilaxia rural para o tratamento da malária (BENCHIMOL; SILVA, 2008).

Apesar do fornecimento de quinina, da criação do posto de saúde “Gaspar Vianna”, em Santarém, por volta de 1924 e da visitação dos médicos aos recônditos mais longínquos por meio de postos itinerantes para combater a malária, a população pobre continuava dominando nas estatísticas dos atestados de óbitos. Precisamos ainda pontuar os possíveis casos de subnotificação que ocorriam e fugiam ao controle do registro nos cartórios.

Ainda sobre o gráfico 2 e 3, é possível identificar a tuberculose como uma patologia social, pois sua eventualidade e propagação estão diretamente ligadas às condições de vida e trabalho insalubres. A convivência de famílias aglomeradas em habitações pequenas propagava o adoecimento coletivo, os médicos achavam que era uma enfermidade hereditária, ignorando em sua análise o ambiente de vivência dos doentes. Dilene Nascimento revela que nas primeiras décadas do século XX a tuberculose foi tida pelas autoridades como uma doença fruto do crescimento desordenado. Apenas em 1920 tem-se a criação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, que tinha como premissa no combate à doença a notificação, o isolamento e a desinfecção (NASCIMENTO, 2005).

A partir da ideia de que a doença é um conceito historicamente construído, é possível perceber como em diferentes temporalidades e sociedades, ela revela relações sociais, processos migratórios, o desmatamento da natureza, disparidades sociais e diferentes discursos produzidos pelas autoridades públicas para negar, justificar ou combater a existência de endemias, epidemias e pandemias. As enfermidades mostram os grupos mais vulneráveis e como, por diversas vezes, o combate aos processos de adoecimento da população não têm como preocupação o sujeito, mas sim o impacto financeiro que a ausência desse trabalhador pode causar ao sistema econômico. Grande parte das políticas públicas não se preocuparam, tanto no passado quanto no presente, em assegurar

melhores condições de sobrevivência ao trabalhador, mas em mantê-lo produtivo. Os atestados de óbitos são documentos que trazem consigo relações sociais, políticas públicas e/ou a ausência delas, mas revelam acima de tudo, algo que não podemos encontrar escrito diretamente nas páginas que percorremos ao lê-los: a dor da perda.

Glossário

- **Ancilostomíase:** também chamada de ancilostomíase, necatoríase, amarelão ou doença do Jeca Tatu. Pode gerar a perda de sangue intestinal causada pela fixação dos vermes adultos à mucosa e submucosa dos intestinos.
 - **Endemia:** é a presença constante de uma doença em determinada zona geográfica.
 - **Gastroenterite:** inflamação do tubo digestivo (estômago e intestino) causada por vírus, bactéria ou parasita. Pode ter como sintomas: diarreia e vômito.
 - **Hanseníase:** conhecida antigamente como Lepra, é uma doença crônica, transmissível. Possui como agente transmissor o *bacilo Mycobacterium leprae*. Pode causar lesões neurais, conferindo à doença um alto poder incapacitante se não tratada, pois tem cura.
 - **Impaludismo/Paludismo ou Malária:** Infecção ou doença causada por parasitos do gênero *Plasmodium* (família Plasmodiidae). A transmissão normal é feita por mosquitos, Anopheles.
 - **Leishmaniose:** Doença infecciosa, porém, não contagiosa, causada por parasitas do gênero *Leishmania*. Os parasitas vivem e se multiplicam no interior das células que fazem parte do sistema de defesa do indivíduo.
 - **Sífilis:** A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada pela bactéria *Treponema pallidum*.
 - **Tuberculose:** doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões, embora possa acometer outros órgãos e/ou sistemas. A doença é causada pelo *Mycobacterium tuberculosis* ou bacilo de Koch.
-



PRATICANDO O CONHECIMENTO

Conhecendo o documento:

1. Neste capítulo você conheceu os *Registros de Óbito*, com base no seu aprendizado observe o registro abaixo realizado em Santarém, no ano de 1932:

n.º 403 Assento de óbito

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil novecentos trinta e dois, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, em meu cartório à rua Figueira Campos, n.º 23, me foi presente um atestado firmado pelo Sr. Juiz de Paz Eloy de Figueiredo affirmando o óbito de ~~o~~ Francisca de Silva, do sexo feminino, branca, de trinta e dois annos de idade, viúva, doméstica, cearense, filha de Raymunda dos Anjos, occorrido nesta cidade no Hospital S. José, hontem às vinte e duas horas, sendo a causa da morte ~~Im-~~ paludismo - pneumonia - e gastro enterite secundaria. E para constar lavrei este assento; do que dou fé. Eu, Oelbeiro de Moraes de Novaes, escrivão publico, que assino, e devesse ser chameado (Eu, o Sr. Juiz de Paz e o Sr. Juiz de Paz de Novaes).
Octavio Gumbel e Silva
Honorario Juiz de Paz

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. SANTARÉM. Livro de Assentos de Óbito C-21. n.º 403, 1932.

a) A transcrição do documento está com algumas partes faltantes. Seguindo a orientação das linhas, complete as informações transcrevendo nos espaços correspondentes: dia, mês, ano do registro; o nome do médico atestante do óbito, nome do falecido, naturalidade, cor, idade, profissão, local e hora do falecimento e a causa da morte. Lembre-se a grafia do documento deve ser mantida como no manuscrito.

01	Nº 403 Assento de óbito
02
03	
04, nesta cidade
05	de Santarem, Estado do Pará, em meu carto-
06	rio à rua Siqueira Campos, nº 23, me
07	foi presente um atestado firmado pelo
08, affirman-
09	do o óbito de,
10	do sexo feminino,, de
11, viuva,,
12, filha de Raymunda dos
13	Anjos, ocorrido nesta no -
14, hontem, às
15	horas, sendo a causa da morte -
16 - - e
17	secundaria. E para constar la-
18	vrei este assento, do que dou fé. Eu,
19	Alberico Mendes de Novoa, es-
20	crevente juramentado, que escrevi. Eu,
21	Severo Sirotheau Corrêa, oficial abaixo e
22	assino. Severo Sirotheau Corrêa
23	Octavio Gentil e Silva
	[?] Gentil e Silva

- b) O documento que você transcreveu é de 1932, pesquise modelos atuais de certidão de óbito e apresente as diferenças e semelhanças na estrutura destas fontes documentais. Após a investigação, exponha o resultado em um mural.
- c) Busque saber sobre os procedimentos a serem adotados após o falecimento de uma pessoa até a obtenção da certidão de óbito.
- d) Pesquise a respeito dos documentos necessários para solicitar a certidão de óbito.
- e) Faça um levantamento dos cartórios de registro civil da sua cidade.

Sobre a seção Conhecimento histórico:

1. Volte ao texto da seção “Conhecimento histórico” e observe os gráficos 1, 2 e 3 sobre os óbitos em Santarém, 1931, em seguida argumente sobre as questões abaixo:

- a) O que os dados do gráfico 1 demonstram?
- b) A partir dos dados dos gráficos 2 e 3 estabeleça relação entre doença e trabalho.
- c) O que as doenças podem revelar sobre uma sociedade e, em específico a sociedade Santarena da primeira metade do século XX?

Atestado de óbito: entre o presente e o passado

1. A pandemia da Covid 19 atualmente tem alterado nosso cotidiano e elevado o número de óbitos no mundo inteiro. No Brasil são mais de 290 mil mortes, até o momento da escrita deste texto. Sobre esta questão releia o trecho abaixo e resolva as questões 1, 2 e 3:

Respeitar o isolamento social, lavar as mãos, usar máscaras passou a ser um caminho para a sobrevivência e, também de respeito a vida do outro. As escolas tiveram que se repensar, a desigualdade social se alastrou e problemas no âmbito da saúde vieram à tona, denunciando a importância cada vez maior do atendimento realizado pelo Sistema único de Saúde (SUS).

- a) Escreva um texto explicando por que o combate a pandemia da Covid 19 é também uma questão de responsabilidade coletiva.
- b) Relacione saúde pública, doenças e desigualdade social.
- c) Que serviços na sua cidade é realizado pelo SUS? Na sua opinião, por que a atuação do SUS é tão importante no Brasil.

2. Observe no Apêndice deste capítulo, o Quadro 1: Incidências de doenças e causas de morte em Santarém (1918-1930). É possível verificar a presença do termo “moléstia ignorada”, isso ocorria quando a causa da morte não era identificada pelo médico. Com o avanço da ciência e da medicina essas as doenças passaram a ser cada vez mais identificadas, assim como os medicamentos, e o desenvolvimento de vacinas. Com o avanço da ciência, como se observa no gráfico o número de causas “ignoradas” vai diminuindo. Atualmente, a ciência tem tido papel fundamental no combate à Covid-19, tanto pela rápida identificação do vírus e de sua transmissão como também pelo desenvolvimento de vacinas. A esse respeito observe as imagens abaixo e responda as questões 1, 2 e 3:

Imagem 1



Fonte imagem 1: Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/22/interna-brasil,846948/em-situacao-critica-amazonas-faz-valas-coletivas-para-mortos-por-covi.shtml>. Acesso em 20/04/2021

Imagem 2



Fonte imagem 2: Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/01/vacinas-campanha-vacinacao-fake-news-duvida/> Acesso em 20/04/2021

- a) Redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se acerca da Covid 19 e a importância da vacina atualmente.

- b) Pesquise sobre as principais descobertas científicas sobre a Covid 19, destacando o papel das Universidades brasileiras nesse processo.
- c) Explique como o negacionismo da Ciência e desinformação pode ter impacto no número de óbitos pela Covid 19 no Brasil.

PARA SABER MAIS CONFIRA AS REFERÊNCIAS:

AMARAL, A. S. **Vamos à vacina?** Doença, saúde e prática médico-sanitária em Belém (1901-1911). 2006. Dissertação -282 folhas (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.

BASSANEZI, M S. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, C. B. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

BENCHIMOL, J. L.; SILVA, A. F. C. da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p.719-762, jul./set. 2008.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo século XV-XVIII**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CABRAL, D. **Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

CAMPOS, J. U. Jeca, Por que não trabalhas? Rio de janeiro: Almanaque do biotônico, 1935. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1035&sid=7>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - BRASIL. **Lei 3987, de 2 de janeiro de 1920** Seção 1 - 8/1/1920, p. 437 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>. Acessado em 09 de abril de 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GOMES, E. C. R. **A Lepra e a Letra**: escrita e poder sobre a doença na cidade de Belém (1897-1924). 2019. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2019.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento**. São Paulo: Editora Hucitec (ANPOCS), 1998.

JORGE, Maria Helena Prado de Mello.; LAURENTI, Ruy.; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. O Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM: concepção, implantação e avaliação. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE; OPAS; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (org.). **A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde**: Produção e disseminação de informação sobre saúde no Brasil. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. p. 71-108.

LE GOFF, J. **As doenças têm História**. Lisboa: Terramar-editores, 1997.

LIMA, Oscar Palma; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A contabilidade de óbitos e a organização social da morte no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, abr.-jun. 2020, p.355-373.

MC NEILL, William. **Le temps de la peste**. França: Hachette, 1978.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel do coronavírus**: Brasília, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

NASCIMENTO, D. R. do. **As pestes do século XX**: tuberculose e aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, D. R. do; CARVALHO, D. M. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1998.

OSWALDO CRUZ, Instituto. A bordo do vapor Pará, tripulantes e prováveis participantes da expedição. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1912. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 de setembro de 2021 .

PORTER, R. **História da Medicina**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2006.

REVEL, J.; PETER, J. P. O corpo: o homem doente e sua história. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. (orgs.). **História: novos objetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 141-159.

RODRIGUES, S. F. **Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889, 1919**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.

SAMPAIO, G. dos R.; BATISTA, R. dos S. Tempos de covid-19: as doenças têm história, os trabalhadores também. **Revista Mundo do Trabalho Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-6, fev. 2020.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no estudo do Amazonas, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (orgs.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila e MACHADO, C. Vieira. Descentralização e coordenação federativa: a experiência brasileira na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(3):807-817, 2009.

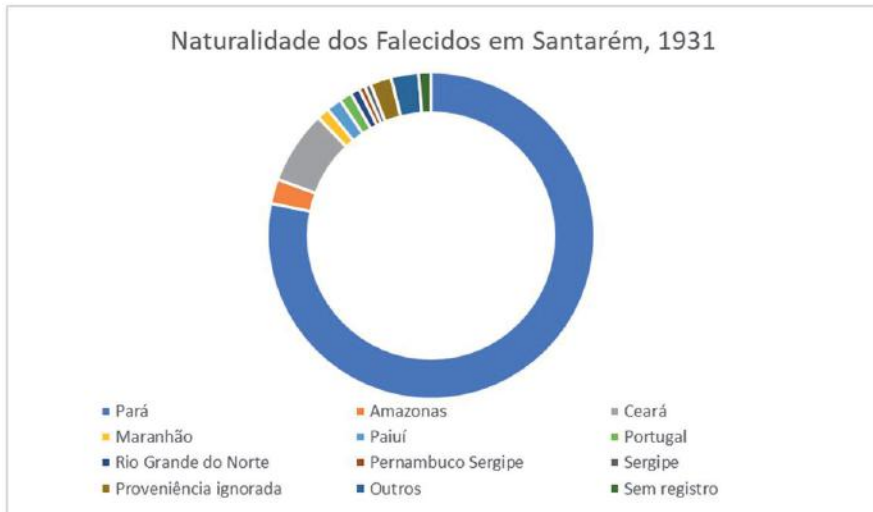
Apêndice

Quadro 1: Incidências de doenças e causas de morte em Santarém (1918-1930)

Causa da morte	1918	1919	1920	1921	1923	1924	1925	1926	1927	1930
Moléstia ignorada	180	163	196	172	37	161	267	184	77	02
Tuberculose (generalizada, laringea e pulmonar)	05	09	10	----	----	02	01	02	03	03
Pneumonia	03	04	----	----	----	04	05	04	01	01
Febres	04	----	----	----	----	----	----	----	01	----
Sem assistência médica	18	----	----	11	----	----	----	----	----	----
Natimorto	04	----	09	09	----	----	----	----	----	----
No parto	07	05	----	----	----	----	----	----	----	----
Ankilostomiase (Ancilostomíase)	----	05	----	07	03	----	----	----	----	----
Arteriosclerose generalizada	----	04	----	05	02	----	----	----	----	----
Bacilose	----	03	----	----	----	----	----	----	----	----
Colibacilose (Colibacilose Intestinal)	----	03	----	----	04	09	----	----	----	----
Gastroenterite	----	06	17	07	02	09	----	----	----	06
Gripe Pulmonar	----	03	----	----	----	----	----	----	----	----
Infecção intestinal	----	04	03	----	----	----	----	04	02	----
Infecção paratífica	----	02	05	----	----	08	----	----	----	----
Nefrite (Aguda e Palustre)	----	04	----	----	----	----	03	----	----	----
Phymatose pulmonar (Fimatose)	----	03	----	----	----	03	----	----	----	----
Uremia	----	03	06	----	----	----	----	----	----	----
Septicemia para-lipitica	----	03	----	----	----	----	----	----	----	----
Cachexia (Palustre, Pneuma Cardíaca)	----	----	----	----	----	----	03	03	----	----
Meningite	----	----	----	----	----	----	02	03	02	----
Paludismo (Malária)	----	03	13	04	----	02	06	05	----	09
Sífilis (congenita, terciária)	----	----	01	----	----	01	----	01	----	----
Colapso cardíaco	----	----	----	----	----	----	----	----	02	----
Outros	25	29	29	40	08	20	----	----	----	06
Não consta a causa da morte	45	26	29	04	17	64	----	----	----	----
Total	291	282	318	273	73	283	233	250	109	32

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. SANTARÉM. Livros de Assentos de Óbito C-14; C-15; C-17; C-18; C-19; C-21, 1918-1930.

PROVENIÊNCIA GERAL DOS REGISTROS DE 1931



PROVENIÊNCIA DE LAVRADORES E PRENDAS DOMÉSTICAS, 1931

	Lavrador (a)	Prenda doméstica
Naturalidade	Número de óbitos	Número de óbitos
Pará	33	58
Maranhão	01	----
Alagoas	----	01
Amazonas	01	04
Ceará	08	11
Nova York	----	01
Piauí	02	02
Rio Grande do Norte	----	01
Portugal	----	01
Sem registro	----	02
Total	45	81

Fonte: CDHBA, Fundo Cartório Souza Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Óbito C-21, 1931.

POSFÁCIO*

Ensinar História Hoje: um ato de coragem

“Ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário”.

Paulo Freire

Paulo Freire, grande educador e patrono da educação brasileira, mais uma vez, como de costume, é assertivo em suas palavras: ser professor sempre foi trabalhoso, duro, difícil, porém necessário. Hoje, pode-se dizer, a profissão encontra-se em um patamar de dificuldade muito maior do que quando da observação de Freire, afinal a história é dinâmica, os tempos são outros e a sociedade transformou-se de alguma forma. A escolha da licenciatura como formação e, posteriormente, como projeto profissional para a vida, não é para qualquer um: há a desvalorização cada vez mais crescente do professor no Brasil, a qual, muitas vezes, se sobrepõe a toda e qualquer paixão pelo ensino, a todo e qualquer amor pela profissão.

Desestímulo, desânimo, indignação são algumas das “pedras” que fazem parte do percurso profissional dos licenciados, em especial daqueles que, em tempos atuais, escolheram a área de humanas para lecionar. No entanto, professor é “bicho estranho”, resiste, persiste e, muitas vezes, - digamos que na maioria das vezes -, transforma as pedras em flores, porque tem coragem para isso, porque reflete sobre suas práticas, porque reinventa-se quando necessário, e porque entende que a educação liberta, sobretudo para quem a escolhe como o melhor caminho a ser seguido. Este livro, para o qual escrevemos o presente posfácio, fala, nas suas entrelinhas, exatamente sobre isso. Basta uma leitura atenta para percebermos que não se trata apenas de relacionar as fontes documentais com os

*DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.149-152

conteúdos de História exigidos nos currículos da educação básica. É muito mais do que isso!

A leitura de “Temas e documentos para o ensino de história: trabalho e família, migrações e doenças no baixo amazonas (da colônia a república)” nos permite muito mais do que refletir o ensino da disciplina História nas escolas brasileiras, sejam públicas ou privadas. O livro, para além da reflexão, nos estimula e encoraja diante do ato de ensinar em tempos tão difíceis que nos foram impostos hoje pela pandemia do COVID-19: distanciamento social, *home office*, aulas remotas, ensino híbrido, EAD, novas tecnologias para a sala de aula.... Ensinar e aprender nunca foi tão complexo e desafiador, e nunca nos exigiu tanta coragem.

Diante do contexto brasileiro nestes tempos, este livro surge como auxílio necessário ao docente, colaborando para pensar e repensar metodologicamente as aulas de História ao propor novos caminhos e possibilidades de ensino e aprendizagem para professores e alunos. Ao apresentar parte do rico acervo documental existente na cidade de Santarém, os autores nos convidam, de forma didática, a aprender sobre a utilização das fontes históricas enquanto recursos essenciais na sala de aula, e que colaboram para despertar o interesse dos discentes sobre a sua própria história, estimulando o conhecimento e a reflexão crítica do público estudantil, e que se mostram tão urgentes na atualidade, nas mais variadas faixas etárias e níveis escolares. Além disso, este trabalho permite ao professor pensar sobre o seu lugar e o seu papel na educação básica enquanto formador para a cidadania, regido por diretrizes e bases legais que legitimam a referida função e buscam problematizar as práticas escolares cotidianas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e outros instrumentos normatizadores para a educação no país.

A História tradicional de base idealista e positivista que segue modelos lineares, sequenciais e ordenados cronologicamente, valorizando os grandes fatos históricos e a biografia de pessoas “ilustres e importantes”, vem perdendo cada vez mais espaço no ambiente escolar. Hoje a História pode ser entendida como uma “ciência em pedaços”, como a história econômica, a história social, a história cultural, a história das mentalidades... Tais campos historiográficos se relacionam entre si e não causam lacunas no aprendizado dos alunos.

A documentação apresentada neste trabalho, assim como os planos de aula sugeridos a partir da mesma, reafirmam tal entendimento: são registros de nascimento, óbito, casamento e inventários dos períodos colonial, imperial e republicano, reveladores da diversidade de temas possíveis para a sala de aula e que compõem a estrutura da ponte que interliga passado, presente e futuro. Neste sentido, reitera-se a importância do ensino de História na educação básica, uma vez que a apreensão do passado é ponto fundamental para a compreensão do presente e da realidade ao redor dos indivíduos, assim como fator determinante para as transformações sociais que visam um futuro melhor. Ensinar História é o primeiro passo, ou um conhecimento prévio, que permite o entendimento de que os sujeitos sociais se transformam de acordo com as realidades por eles vivenciadas, de forma individual ou coletiva, no decorrer dos tempos.

Como já mencionamos, o livro oferece diversas e interessantes possibilidades para a utilização das fontes documentais de forma intrínseca aos conteúdos de História, levando o professor a direcionar suas aulas por caminhos que buscam estimular os alunos a identificar o seu lugar e o seu papel social, porém, sem esquecer de conscientizá-los em relação às suas responsabilidades mediante a sociedade em que vivem, além de viabilizar a estes estudantes o entendimento sobre a importância da valorização, preservação e difusão da memória histórica para a humanidade.

Este livro, fruto do esforço coletivo de docentes e discentes do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará, aproxima “mundos” até pouco tempo bastantes distantes para os que vivenciam ou não o ensino superior: de um lado a academia e toda a teoria e status inerente a ela, e de outro a comunidade não acadêmica, a qual muitas vezes desconhece a importância da produção universitária para suas vidas, assim como o acesso aos seus produtos e serviços a que tem direito. A ideia dos organizadores deste trabalho em promover esta aproximação entre academia e sociedade, pode ser definida como necessária, corajosa, sensível e louvável, sobretudo quando se considera o contexto de uma pandemia que traz consigo crises sem precedentes e de ordem mundial em vários setores das sociedades do globo, sendo o setor da educação um dos mais atingidos e, ao mesmo tempo, um dos menos dignos de atenção, especialmente em um país chamado Brasil.

Diante disso, voltemos para o início deste posfácio, onde falamos de estímulo, de coragem e de desafios em relação ao ato de ensinar, em especial, o ato de ensinar História. Este trabalho nos brinda ao contemplar tais adjetivos na forma de uma leitura interessante, prazerosa e reflexiva; nos convidando a repensar, melhorar e mesmo adaptar as nossas práticas para a sala de aula, em especial quando levamos em consideração o contexto atual do país e do mundo. Reafirmamos que este livro é um auxílio grandioso e necessário, que possibilita tornar a disciplina História na educação básica muito mais interessante e prazerosa, não somente para os que aprendem, mas também para os que ensinam, despertando em todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem o desejo e a coragem para transformar a sociedade da qual fazemos parte em um lugar melhor.

Anna Raquel de Matos Castro

Professora da educação básica (SEDUC – Pa)

Leonardo da Silva Torii

Professor da educação básica e diretor do Arquivo Público do Estado do Pará (SEDUC – Pa | APEP/ SECULT- Pa)

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

• **Anna Raquel de Matos Castro**

Doutora em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial pela Faculdade Integrada Brasil-Amazônia (FIBRA). Atualmente é professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação-SEDUC- Pará. Realiza pesquisas com ênfase em História do Brasil Republicano, sobretudo, sobre a História das Ciências na Amazônia.

• **Elane Rodrigues Gomes**

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professora do Ensino Básico Técnico-tecnológico da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da República, atuando principalmente nos seguintes temas: História da saúde e da doença, Ensino de História e Cultura material.

• **Emilie Stoll**

Doutora em Antropologia pela École Pratique des Hautes Études, França, e doutora em Ciências ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é pesquisadora no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França, lotada no laboratório Laboratoire Caribéen de Sciences Sociales (LC2S). Tem experiência na área de antropologia da transmissão, atuando principalmente nos temas de ordenamento fundiário, migrações e ocupação da terra por famílias indígenas e tradicionais da região de Santarém.

• **Gefferson Ramos Rodrigues**

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. Atualmente é professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil colonial, atuando principalmente nos temas sobre rebeliões na América portuguesa, sobretudo, em relação a participação de grupos populares, a exemplo de índios, escravos e homens livres pobres.

- **Isabel Teresa Creão Augusto**

Doutora em História Social pela PUC-SP. Atualmente é professora do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Tem experiência em pesquisa e docência na área de História, principalmente nos seguintes temas: cultura, domicílio, vida material, sociabilidade, Grão-Pará e século XIX.

- **Karl Heinz Arenz**

Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Université Paris IV (Paris-Sorbonne), França. Atualmente é professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) da mesma Universidade. Tem experiência na área de História com enfoque em História Colonial da Amazônia.

- **Lademe de Sousa Correia**

Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é professora do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia, Historiografia, História Intelectual e Ensino de História.

- **Leonardo da Silva Torii**

Mestre em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Especialista em “Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará” e “Saberes Africanos e Afro-brasileiro na Amazônia” ambas pela UFPA. Atualmente é professor da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC – Pará e Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP/SECULT-Pa). Tem experiência na área de História com pesquisas voltadas principalmente aos seguintes temas: Arquivologia, Arquivo Público do Estado do Pará, documentos históricos, acesso, patrimônio histórico e cultural, ensino de História na Educação Básica.

- **Luiz Carlos Laurindo Junior**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Desenvolve pesquisas sobre a escravidão

de origem africana na Amazônia, com foco nos seguintes temas: tráfico de escravos, economia e escravidão, escravidão urbana, cotidiano e sociabilidade, mundos do trabalho.

• **Mauro Cezar Coelho**

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) onde atua na Faculdade de História e no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Tem experiência na área de História com ênfase em História Colonial e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia colonial, História Indígena e do Indigenismo, História da Ciência, História da Educação e Ensino de História.

• **Wania Alexandrino Viana**

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professora do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Desenvolve pesquisas em História da Amazônia colonial, com ênfase em História Militar, tropas, fronteiras, História Indígena, alianças e conflitos, século XVIII.

Esta obra tem como público-alvo professores/professoras, alunos/alunas de ensino médio, trazendo novos materiais, métodos e temas para a sala de aula. O objetivo principal é estimular a autonomia do professor e a curiosidade dos alunos pela documentação histórica, a pesquisa e o conhecimento sobre a sociedade amazônica, a partir de temas que atravessam a história, da Colônia à República.

Com base no acervo do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), sediado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), os capítulos desse livro buscam evidenciar as potencialidades para o ensino de registros cartorários de nascimento, casamento e óbito, e também de inventários post mortem, colocando em prática uma antiga necessidade de aproximar a pesquisa acadêmica da construção do conhecimento histórico escolar.



GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO
Embaixada no Brasil

